

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Escola de Comunicação(ECO)

Giuliano Djahjah Bonorandi

Neoliberalismo, redes e afetos:
Uma cartografia da experiência espanhola

Rio de Janeiro
Maio de 2017

Giuliano Djahjah Bonorandi

Neoliberalismo, redes e afetos:
Uma cartografia da experiência espanhola

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Antoun

Rio de Janeiro
Maio de 2017

Djahjah-Bonorandi, Giuliano
Neoliberalismo, redes e afetos: uma cartografia da experiência espanhola. Giuliano
Djahjah Bonorandi. Rio de Janeiro, 2017

174f.: il.

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação,
CFCH, 2017.
Orientador: Henrique Antoun

1. Neoliberalismo. 2. Redes
3. Afetos – Teses.
I. Antoun, Henrique (Orient.). II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. III. Neoliberalismo, redes e afetos:
uma cartografia da experiência espanhola

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

A minha família, diga-se: meu saudoso pai, Carlo, minha mãe guerreira, Noemia, e minha doce irmã Paulinha, pela paciência, carinho e apoio nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo e orientador, Henrique Antoun por me ajudar a limpar o meio de campo mental e me inspirar a novas compreensões do mundo.

A minha amiga e co-orientadora Rose Marie Santini, sempre ali, me mostrando o caminho mais simples.

A amiga e cartógrafa Natasha Rena pela parceria e aos nossos encontros sevilhanos com os indisciplinados David Alvarez e Talita Lessa.

A todos xs queridxs da Casa Invisible, especialmente a Clara, Violeta, Juan, Marta, Javi e Santí que me acolheram com seu sotaque andaluz e os bons ventos da autonomia.

Na Espanha, não posso deixar de agradecer aos amigxs: Ana Torbe, José Candón, Javier Toret, Xavier Barandarian, Cristina Ribas, Paula Cobo-Guevara, Sandra Arencón, Josué Lugo, Hassan Caleph, Concha Jimenez e todos os *cantaores* e *bailaoras* que embalaram minhas noites solitárias. E a todos os entrevistados pela gentileza e abertura.

No Brasil, aos imprescindíveis amigxs que me deram aquela força supimpa neste processo: Suriba, Jana, Belisário, Bete, Samuca, Jiló, Débora Salles, Guilherme Vizinho, Luara Moura e Laís Dias. A Margarete Almeida pela ajuda na revisão. A toda turma da cultura digital brasileira: *it was the Pontos de Cultura, stupid!*

Aos amiguinhos que deram aquela força na reta final: Bertine, Lorazepam e Cloridrato de Sertralina.

Ao axé de Isa, Adailtón e Ivete.

E a ela, sempre ela. 7 anos aprendendo a caminhar, a falar, a escutar, a admirar as microforças da natureza. Além de ter me ensinado isso tudo, ela me mostrou o que é o sublime, o tempo aberto, a subjetivação alegre e toda a potência inventiva que a gente tem na gente. Em troca só posso dar aquilo que todo pai e mãe deve dar: autonomia e repertório. O resto é com ela. Vai Clarice que o mundo é teu, é nosso!

A magia não é mágica. Laroîê. Xewepa Babá.

Em física, um buraco de minhoca ou buraco de verme é uma característica topológica hipotética do contínuo espaço-tempo, a qual é, em essência, um “atalho” através do espaço e do tempo. Um buraco de verme possui ao menos duas “bocas” conectadas a uma única “garganta” ou “tubo”. Se o buraco de verme é transponível, a matéria pode “viajar” de uma boca para outra passando através da garganta. Embora não exista evidência direta da existência de buracos de verme, um contínuo espaço-temporal contendo tais entidades costuma ser considerado válido pela relatividade geral.

Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Buraco_de_minhoca)

```
while ( love & passion ) {  
    for( fight = 0 ; rights < freedom ; rights++ )  
        fight = standup( rights );  
    free( babylon );  
}
```

jaromil

RESUMO

DJAHJAH-BONORANDI, Giuliano. **Neoliberalismo, redes e afetos**: uma cartografia da experiência espanhola. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

Esta pesquisa tem como objetivo cartografar as recentes experiências políticas espanholas a partir do acontecimento 15M e suas subsequentes iniciativas. Em primeiro lugar, buscamos compreender o neoliberalismo como fenômeno global de expansão da subjetividade-empresa e da lógica concorrencial para observar as especificidades deste processo no território espanhol e como seus efeitos, notadamente a crise imobiliária de 2008, foram catalisadores dos arranjos constituintes de novos movimentos sociais e apostas políticas. Em seguida, abordamos os afetos como motores de propostas de atuação política a partir de 3 eixos: a aposta pós-hegemônica influenciada pelo pensamento de Ernesto Laclau que se materializou no partido Podemos e que tem a transversalidade discursiva e a ocupação de significantes vazios como linhas de ação ; a aposta tecnopolítica que pleiteia o *desbordamiento* afetivo como método de criação de acontecimentos e produção de novas sensibilidades com ênfase no uso de Novas Tecnologias de Comunicação e Informação; e a aposta territorial-afetiva do sindicalismo social que pleiteia uma feminilização da política a partir do encontro presencial e da ajuda mútua. Tais apostas engendram diálogos e conflitos que também se manifestam nas formas de organização. Por isso, abordamos as redes e suas topologias organizativas para compreender como tais abordagens se traduzem em criação de métodos e ferramentas de participação política.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Redes; Afetos; Tecnopolítica; Biopolítica.

ABSTRACT

DJAHJAH-BONORANDI, Giuliano. **Neoliberalism, networks and affects: a cartograph of the Spanish experience**. Rio de Janeiro, 2017. Thesis (P.H.D in Communication and Culture) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

The goal of this research is to cartography the recent Spanish political experiences since the 15M movement and its subsequent initiatives. At first, we will seek to understand neoliberalism as a global phenomenon as the expansion of the entrepreneur subjectivity and concorrenial logic to observe the specificities of his process in the Spanish territory and how its effects, mainly after the 2008 real state crisis, catalyzed the constitutive process of new social movements and political bets. In the following, we will approach the affects as engines of political strategies from three main axes: The post-hegemonic bet influenced by the work of Ernesto Laclau that was materialized in the political party Podemos and that has the discursive transversality and the occupation of empty significant as lines of action; The technopolitical approach that advocates the affective overflow as a method of creation of happenings and the production of new sensibilities emphasizing the use of new information and communication technologies; and the affective-territorial approach of the social syndicalism that endorses a feminization of politics underlining the role of the live meetings and the mutual aid. All approaches promote dialogues and conflicts that are also expressed into organization forms. Thats why we will also address the networks and its organizational topologies to comprehend how such bets translate themselves into the creation of methods and tools to allow political participation.

Palavras-chave: Neoliberalism; Networks; Affects; Technopolitics; Biopolitics.

Índice de figuras

Figura 1:Trajeto de Deriva realizada na costa mediterrânea espanhola em julho de 2016.....	55
Figura 2:Cartaz no centro de Barcelona "Tourism Kills the City"	55
Figura 3:Construção de prédio abandonado no município de Benidorm, Valencia.....	56
Figura 4:Revitalização da Região Portuária de Valencia.....	58
Figura 5: Cartaz da Campanha V de Vivienda.....	59
Figura 6:Mapa do Acampamento da Plaza Sol em Madrid.....	76
Figura 7:Organograma com projetos e iniciativas derivados do 15M.....	76
Figura 8:Sede do Coletivo 15M do bairro San Pablo em Sevilla.....	80
Figura 9:Coletivo de Idosos YaYoFlautas.....	81
Figura 10:Caixa de CGTina.....	86
Figura 11:Ilustração de um sistema-rede multicamadas.....	94
Figura 12: Captura de tela de Pad para sincronização de campanhas nas redes sociais.....	95
Figura 13:Programa eleitoral do Podemos em formato de Catálogo da IKEA.....	119
Figura 14:Mapa dos Círculos do Podemos.....	125
Figura 15:Uma cartografia de cartazes nas paredes do CSOA Casa Invisible/Málaga.....	141
Figura 16:Cartaz do evento "Radicalizar a democracia" no CSOA Casa invisible/Málaga.....	142
Figura 17:El Conõ Insubmiso: procissão feminista na semana santa em Málaga.....	145
Figura 18:Mapa comparativo entre Acampadas e Candidaturas Municipalistas.....	147
Figura 19:Um dos tweets fundacionais do municipalismo de confluência.....	149
Figura 20:Colméia territorial da plataforma Málaga Ahora.....	151
Figura 21:Organograma do modelo de organização da Plataforma Málaga Ahora.....	152
Figura 22:Mapa das interações entre usuários da plataforma Decidim.BCN.....	157
Figura 23:Chamada do evento "Cidades sem Medo"	158

Sumário

1. Introdução.....	11
1.1 Trajeto.....	12
1.2 Uma cartografia.....	19
1.3 Rizoma.....	21
1.4 Transversalidade.....	23
1.5 Rastros.....	25
1.5.1 Entrevistas.....	27
1.5.2 Roteiro das entrevistas.....	28
2. Neoliberalismo.....	30
2.1 O nascimento da biopolítica.....	31
2.2 Sujeito-empresa.....	43
2.2 Território-Espanha.....	51
3. Afetos.....	65
3.1 Multidão.....	65
3.2 Subjetividades e Comunicação.....	68
3.3 O 15M como acontecimento afetivo.....	74
3.4 Linguagem e Imaginários.....	83
4. Tecnopolítica.....	89
4.1 Redes e Enxames.....	89
4.2 Fábrica de acontecimentos.....	93
4.3 Liderança Distribuída.....	103
4.4 Código aberto.....	108
5. Neopopulismo	115
5.1 Liderança televisiva.....	118
5.3 Paixões.....	121
5.3 Círculos.....	124
6. Sindicalismo Social.....	132
6.1 Território.....	136
6.2 Centros Sociais.....	139
6.3 Devir Mulher.....	142
6.5 Municipalismo.....	147
7. Considerações Finais.....	160
Referências Bibliográficas.....	165

1. Introdução

O objeto de pesquisa dessa investigação é o conjunto dos efeitos sociopolíticos produzidos na Espanha após o 15M e até a atualidade. O 15 de Maio de 2011 se tornou um marco histórico para os espanhóis e uma referência global para movimentos sociais. Segundo Castells (2013), o 15M foi um exemplo de efetuação de redes de indignação e colaboração sob a lógica da “auto-comunicação de massas” que utilizam as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) para alavancar protestos massivos, acampamentos e outras ações políticas estratégicas aparentemente sem comandos hierárquicos ou formas de organização centralizadas. Foram eventos que conseguiram mobilizar públicos heterogêneos, e se por um lado promoveram expectativas, novas linguagens, velocidades, ao mesmo tempo trouxeram muitas perguntas sobre os limites da participação cidadã diante de uma crise do sistema de representação das democracias contemporâneas e da hegemonia do neoliberalismo.

Pois, esta pesquisa se dedica a uma investigação em um território específico, no caso, a Espanha, por ter sido neste ciclo que se inicia em 2011, um lugar onde se manifestaram acontecimentos singulares, tanto do ponto de vista dos efeitos e atividades políticas, como pela diversidade de atores envolvidos. Mais do que uma grande manifestação popular ou o acampamento duradouro nas praças públicas, fatos que também ocorreram em outros territórios, o 15M continuou produzindo efeitos. Foi um catalisador de energias coletivas que se manifestaram posteriormente em novas manifestações, campanhas, coletivos e em projetos de ocupação das instituições. Mobilizou novas organizações, movimentos sociais, partidos políticos e produções acadêmicas. Como verificamos, desde lá, muitas iniciativas e atividades se dispersaram e ativaram atores, processos políticos, conflitos e dilemas. Um desses efeitos, foram as apostas de ocupação institucional que surgiram na esteira do 15M. Estas, propuseram uma tradução, uma passagem, de movimentos sociais – que se propunham horizontais e abertos – às apostas eleitorais e de governo dos territórios. Estas apostas servem para mobilizar os problemas que instigam os caminhos dessa investigação.

Em primeiro lugar, elas ressaltam o problema da democracia no contexto neoliberal. A crise de representação das democracias ocidentais revela a incapacidade e a perda de autonomia de gestão dos territórios por parte dos Estados-Nação. A suposta indiferenciação entre partidos de centro-esquerda e centro-direita e a subjugação aos termos das estruturas supranacionais para a implementação de políticas de austeridade, revelam esta crise de

impotência do político enquanto campo de emancipação. Então, como estes movimentos propõe superá-la? Se os lemas do movimento espanhol eram “Democracia Real Já” e “Não somos mercadoria na mão de políticos e banqueiros”, como efetua-los na prática?

Em segundo lugar, há o reconhecimento de que o neoliberalismo não se reduz a um modelo de produção econômico, mas é antes de tudo uma governança das subjetividades. Dessa forma, estes movimentos não deixam de refletir e reconhecer que o que está em jogo é a capacidade afetiva de se criar outros modos de ver e dizer o mundo. Que máquinas de subjetivação são criadas em oposição às máquinas de produção de subjetividade do neoliberalismo? Como a comunicação e seus meios é pensada para tais fins?

Finalmente, outras indagações se colocam sobre a questão organizativa. Se estamos supostamente lidando com novos tipos de movimento - movimentos de código aberto, movimentos-rede, movimentos de inteligência coletiva – nesta passagem às instituições como operar estados-rede e partidos-rede, sendo o Estado e o partido (ou o sindicato) estruturas historicamente rígidas, inflexíveis e hierárquicas? Que métodos são capazes de permeabilizar as estruturas institucionais? Como veremos, o embate entre a horizontalidade e verticalidade nas inovações institucionais engendram diversas apostas e também conflitos.

1.1 Trajeto

Para sistematizar nossa cartografia realizaremos o seguinte trajeto. O segundo capítulo abordará o neoliberalismo como fenômeno social, econômico e subjetivo. A inclusão deste capítulo decorre da percepção de que o atual modelo de produção ao qual o capitalismo se inclinou nos últimos quarenta anos é fundamental para compreender os fenômenos analisados. Circundar toda a complexidade de transformações e valores ao termo neoliberalismo é sem dúvida uma redução. No senso comum, este termo se refere a valores econômicos, redução de investimentos públicos e valorização do investimento privado em benefício de uma suposta da liberdade individual e de mercado. A leitura das Aulas de Michel Foucault reunidas sobre o título de “O Nascimento da Biopolítica” (2008), traçam uma genealogia do neoliberalismo e nos revelam as origens da ideologia que criaram as condições de possibilidade da hegemonia do mesmo a partir dos anos 70. A leitura de Foucault nos traz o entendimento biopolítico do neoliberalismo sob a noção de governamentalidade. A emergência da racionalidade neoliberal pode ser interpretada sobre diversas perspectivas, como a passagem de uma sociedade disciplinar a uma sociedade de controle como descrita por Deleuze (1992); a re-

financeirização da economia e desterritorialização dos fluxos de capital sob um novo espírito do capitalismo; a acumulação por despossessão (HARVEY, 2004); ou a emergência do capitalismo cognitivo e do trabalho imaterial (NEGRI e HARDT, 2001); mas neste primeiro momento privilegiaremos a noção de governamentalidade de Foucault por esta pôr em evidência a relação entre as transformações econômicas e subjetivas. Laval e Dardot (2016) aprofundam a leitura de Foucault descrevendo a Grande Virada do neoliberalismo em meados dos anos 70 associando-a à produção de uma subjetividade-empresa, onde a lógica da concorrência se dissemina por todos os aspectos da vida, tornando o neoliberalismo uma nova razão do mundo que reorganiza a sociedade de forma cada vez mais global em termos econômicos, políticos, culturais e subjetivos.

Por isso, em seguida refletimos como o contexto neoliberal incidiu no território específico da Espanha e seu contexto socioeconômico. É que a emergência do 15M está diretamente conectada com a crise financeira de 2008, talvez a maior evidência do avanço neoliberal que vem se desenhando nos últimos 40 anos. O fenômeno chamado de “Tsunami urbanizador” (DÚRAN, 2006) varreu o território espanhol com uma bolha imobiliária que hoje têm com consequência o aumento expressivo da pobreza e precarização, além da perda de suas casas por milhares de pessoas. Estes fatos reverberaram na incapacidade do sistema político de responder às demandas sociais, independentemente do espectro político que esteja no comando do governo. A obediência às regras econômicas impostas por órgãos supostamente técnicos refletem a incapacidade das democracias modernas de gerirem seus territórios com autonomia onde a lógica concorrencial instala-se no cerne dos próprios Estados-Nação. Os cortes em gastos sociais e as denúncias de corrupção influíram diretamente na crise de representação denunciada pelos ativistas do 15M.

O problema que mobiliza o terceiro capítulo é o reconhecimento de como os afetos e o entrelaçamento destes com o ecossistema atual de mídias de propagação de mensagens – incluindo-se as novas mídias interativas e sociais - estão relacionados com a produção de subjetividades. Em primeiro lugar nos debruçaremos sobre o entendimento da autonomia italiana sobre a emergência do capitalismo cognitivo e do trabalho imaterial para propor uma ontologia da multidão, onde uma nova subjetividade do operário social, imerso nas redes de comunicação, produz novos tipos de composição social e conseqüentemente novos ciclos de luta. Também investigamos as ideias de Gabriel Tarde e sua concepção de proliferação de crenças e desejos. Pensado diante da emergente sociedade de massas com seus novos meios de comunicação, Tarde cria em sua teoria uma microssociologia que nos ajuda a fundar uma

leitura da realidade atual a partir da tríade imitação-repetição-invenção. Pensar a partir destas noções nos permite perceber os agregados sociais como públicos que podem se formar e se derivar. É esta contribuição de Tarde para que talvez só a sociedade impregnada de máquinas de comunicação como a nossa dos tempos atuais possa perceber com mais clareza. Estes dois fundamentos aliados a outros autores nos ajudarão a delinear uma concepção afetiva e biopolítica dos meios de comunicação. A sofisticação que representa a informatização generalizada da sociedade não acompanharia esta complexificação das relações afetivas mediadas pelas expressões no interior dessas máquinas? O investimento na produção cognitiva de indivíduos imersos em redes midiáticas, fluxos de informação instantâneos e contínuos e na circulação intensa de dados e imagens são reflexos desse momento histórico onde afetos, códigos, ideias e formas de comunicação –formas de vida comum - são espaço de conflito. Não é por acaso que toda a indústria do entretenimento, da publicidade, e da intermediação cria uma máquina poderosa de propagação de afetos, de produção e captura de crenças e desejos.

Em seguida, aprofundaremos as interpretações do que foi o acontecimento 15M e seus efeitos por sua dinâmica afetiva. Definido como um “clima social”, um ambiente que catalisou sentimentos dispersos, o 15M é compreendido como um fenômeno que conseguiu produzir uma transversalidade entre distintos setores sociais, conectou uma geração de ativistas ligados aos movimentos de resistência global a uma camada mais jovem nativa das redes sociais, e sincronizou o repúdio para com a classe política e a elite econômica espanhola. Para além de seus efeitos políticos, destacamos como a questão da comunicação, da produção de linguagens e imaginários ganhou centralidade no interior dos movimentos sociais. Em nosso entendimento, é significativo que os movimentos analisados identifiquem e proponham modos organizativos de produção de afetos, criem suas máquinas, seus métodos, suas próprias técnicas para a mudança de sensibilidade. Diante da máquina de propagação de crenças e desejos da publicidade, da mídia de massa, dos Estados-Corporações e suas técnicas de *agenda-setting*; estas se propõem a modular outros afetos como uma contraposição à subjetividade-empresa, produzindo outras subjetividades que escapem da racionalidade neoliberal. Entretanto, este processo não se dá sem diferenças. Para melhor compreender tal fenômeno sistematizamos as apostas político-afetivas em três diferentes leituras:

a) a aposta tecnopolítica, que a partir do paradigma da rede e da inteligência coletiva propõe modos de *desbordamento comunicativo*, onde as redes distribuídas de comunicação ganham

centralidade como lugar de interação e co-produção contínua de diferenças estéticas, valores e novas sensibilidades;

b) a aposta populista pós-gramsciana do partido Podemos, que propõe a criação de hegemonia a partir da re-ocupação de significantes vazios para a reconstrução do campo nacional popular;

c) a aposta do sindicalismo social ou biosindicalismo, que ao criar uma política para os afetados pela crise, a partir do cuidado e da empatia, propõe formas de ressubjetivação a partir da potência do encontro e da ajuda mútua, ocupando espaços no território para reafirmação e reconstrução de laços afetivos;

Obviamente, essa sistematização é arbitrária e não dá conta da complexidade dos eventos. Porém, acreditamos que ela será útil para melhor compreender as dinâmicas, em alguns momentos complementares e em outros conflituosas, das iniciativas que buscamos pesquisar. Fundamentalmente, será caro para nossa investigação demonstrar como as diferentes leituras sobre o modo de produção de afetos e mobilização dos corpos também produzirão diferentes interpretações para operar uma tradução dos movimentos sociais às instituições. Para isso, nos capítulos seguintes buscaremos também aprofundar a compreensão em cada uma destas interpretações e como se refletem em modelos organizativos e métodos de governança propostos.

Pois, no quarto capítulo nos concentraremos na interpretação que relaciona os eventos ligados ao 15M como fenômenos afetivos associados a uma tecnopolítica, definida como o “uso tático e estratégico de ferramentas digitais para organização e auto-modulação da ação coletiva” (TORET, 2013). Esta leitura, cuja produção teórica tem como autores ativistas intrinsecamente ligados ao 15M, propõe que o novo ciclo de movimentos-redes (MONTERDE, 2015) surge por contágios emocionais tecnologicamente estruturados a partir de eventos que disparam sincronizações afetivas entre as camadas de interação. Essa dimensão romperia então com o modelo tradicional de movimento social ancorado em convocações, ideologias e afiliações. Desse modo, a partir do entendimento de que o capitalismo cognitivo se produz em velocidades cada vez maiores, por ondas de acontecimentos afetivos, surgem novos conceitos que propõem ler as dinâmicas do 15M como acontecimentos emergentes, produzidos pela inteligência coletiva. Em outras palavras,

movimentos em rede que são capazes de produzir estrategicamente acontecimentos utilizando tecnologias de comunicação distribuída para sincronizar afetos que já estão presentes e dispersos na sociedade, sem um comando central. Por isso, efetua-se um desbordamento, pois cada ciclo de acontecimentos diferencia-se do outro, transmutando as sensibilidades e produzindo novas identidades coletivas.

Quanto a questão organizativa, a leitura tecnopolítica busca responder ao dilema da horizontalidade e da representação propondo os conceitos de liderança distribuída e especialização funcional (MONTERDE, 2016). O que caracterizaria a topologia organizativa destes movimentos seria sua natureza expansiva e promotora de diferenças a partir da atividade. Por exemplo, o coletivo Democracia Real Ya com diversos núcleos na maioria das cidades espanholas, e sem controles de entrada de novos nós, foi a experiência que desencadeou o 15M como manifestação. Experiência que depois se derivou nos acampamentos e iniciativas subsequentes nas diferentes ações às quais o movimento 15M impulsionou: desde assembleias de bairro, rádios, televisões comunitárias, enciclopédias colaborativas, o coletivo de idosos YAYOflautas, campanhas contra corrupção, iniciativas de sindicalismo social, entre outros. Pensa-se então o desbordamento como fenômeno de auto-organização, pois a lógica das decisões por ação voluntária e variante determinam a distribuição temporária das lideranças e a mutação contínua das topologias.

Outra característica da leitura tecnopolítica é a influência da cultura hacker e do software livre. Nesse sentido, o problema dos métodos e procedimentos é constantemente colocada como intrinsecamente ligado a questão política. Este fenômeno é uma herança das leituras tecnológicas incorporadas pela tradição do movimento hacker no interior dos movimentos-rede na Espanha. A ideia de que um método organizativo e de formação de rede é capaz de definir os rumos políticos de determinada iniciativa e organização se assemelha a ideia de que o código é a lei (LESSIG, 2002), ou seja, que os códigos-fonte de determinado software vão definir os parâmetros das relações que ali se estabelecerão. Da mesma forma, as regras, métodos de entrada e saída de uma atividade ou organização política vão influenciar a maneira pela qual esta vai operar como rede. O paralelismo entre código e política, portanto, é extremamente presente na descrição das atividades. Alguns exemplos servirão para ilustrar essa noção. Um deles, é o Partido X, iniciativa que se propunha como um partido de código aberto, que mais do que uma plataforma política definiria um método de gestão. Outros exemplos são os dispositivos de “desrepresentação” que apostam em plataformas digitais de participação e tomadas de decisão para propor modos de governo a partir da inteligência

coletiva e substituição da democracia representativa por uma democracia direta, como as plataformas das prefeituras de Madrid e Barcelona, respectivamente Participa.Madrid e Decidim.BCN, assim como a iniciativa Democracia 4.0.

O quinto capítulo abordará a concepção do neopopulismo que emerge partir do surgimento do Podemos como uma das expressões eleitorais do 15M em 2014. Pois, o Podemos a propósito, propõe uma atuação no campo afetivo e da produção de linguagens e imaginários a partir da perspectiva pós-gramsciana de Ernesto Laclau (2012). E parte do pressuposto de ocupar “significantes vazios”, ou seja símbolos, palavras e valores que a partir de uma crise orgânica devem ser reapropriados para criar um novo antagonismo com o objetivo de recriar uma unidade e recompor o tecido social em torno destes valores para “construir um povo”. Esquivando-se da dicotomia esquerda-direita, muito presente na sociedade espanhola desde a guerra civil, o Podemos assume também uma proposta de transversalidade discursiva, em uma nova ocupação de uma série de símbolos: a casta, a gente, a pátria, a nação, a cidadania. Esta posição entra em conflito com posições adeptas à ideia tecnopolítica do desbordamento, ou seja, a perda de controle sobre o discurso, apostando em linguagens e estéticas criadas pela inteligência coletiva, abertas, que são recriadas a todo momento. A crítica ao Podemos se materializa na ideia de que este “fechou o código” em busca da criação de uma unidade política que se reflete em uma proposta comunicativa limitada.

Esta questão também se manifesta no debate sobre o papel e tipos de mídias que influem nas construções de subjetividades, crenças e desejos na sociedade contemporânea. A ênfase do Podemos na ocupação da televisão, e em uma figura carismática como seu líder Pablo Iglesias, foram reconhecidamente importantes para rápido crescimento do partido. Por outro ponto de vista, essa estratégia é ambígua, pois ao mesmo tempo, deixa o partido e a liderança suscetíveis aos ataques dos mesmos meios que lhe abriram espaço. Estabelece-se, portanto, um debate sobre a qualidade dos meios de massa e as mídias distribuídas enquanto lugares de luta política.

Da mesma forma, as diferenças também se evidenciam na questão organizativa, entre controle hierárquico e a centralização das tomadas de decisões e o desbordamento organizativo que permite a criação de novos nós e coletivos a qualquer momento no interior das estruturas. O debate entre hegemonia e desbordamento a partir da estruturação de rede se reestabelece, pois se no seu início explosivo e midiático o Podemos criou a estrutura dos círculos de forma aberta e descentralizada, após seu congresso fundacional, modificou o

método do partido, criando as secretarias-gerais, verticalizando a tomada de decisões e acirrando disputas internas dentro do partido em nome da eficácia e da celeridade necessária para concorrer às eleições nacionais, o que foi denominado de “assalto aos céus”.

O sexto capítulo abordará as experiências do sindicalismo social espanhol ou biossindicalismo, que tiveram nas Mareas e na Plataforma de Afetados pelas Hipotecas (PAH) sua expressão mais conhecida. Esses coletivos propuseram uma atuação com os afetados diretamente pela crise. Enquanto as Mareas se articularam ignorando os sindicatos como mediadores, produzindo uma relação entre pais, professores e alunos no caso da Marea Verde, que lutava pela educação pública, por exemplo, a PAH desenvolveu um trabalho de ativismo com famílias desalojadas, que envolvia piquetes, ações judiciais e ocupação de espaços. Mas Segundo seus participantes, a principal característica era a ativação do cuidado, a criação de novos laços de ajuda mútua entre os afetados, em uma produção subjetiva coletiva. Neste caso é relevante notar como esses coletivos atuam em uma reversão afetiva da crise, pois, em muitas famílias, ao perderem suas casas, o sentimento que predomina é a culpa individual por não ter conseguido pagar a hipoteca. As reuniões da PAH se converteram em grupos de ajuda mútua de transformação deste afeto em indignação. O território é então pensado como espaço de ressubjetivação, a partir do encontro das diferenças pelo viés do cuidado, da empatia, e da politização com diferentes tempos de produção de afetos.

Esta prática se relaciona com o que se denominou “*Okupas de segunda geração*”. Espaço importante de ativismo desde os 80 na Europa, o movimento *okupa* teve grande relevância nos ciclo de lutas da resistência global. Influenciados pela autonomia italiana e a concepção biopolítica do trabalho, parte dos espaços começou a delinear o conceito de *okupa de segunda geração*, espaços para a gestão de um biossindicalismo, mais abertos ao entorno e menos identitários. Seriam espaços de encontro de diferenças, centros sociais autogestionados. Estes espaços foram laboratórios de produção de linguagens, encontros de coletivos associados ao 15M e suas subsequentes manifestações.

Com a valorização do território como interface de comunicação, o sindicalismo social está também entrelaçado com as apostas municipalistas. Apesar de ser uma experiência heterogênea em cada cidade, estas ganharam muita força com a eleição de iniciativas afins para as prefeituras de Madrid e Barcelona. A ideia de um movimento municipalista decorre do fato da experiência ter se replicado em quase todas capitais de província espanholas, e se não ganhou em todas, movimentou as atmosferas políticas locais. Com influência autonomista, o movimento municipalista propõe a ideia de confluência e criação de partidos-movimentos,

ancorados nas realidades locais, nos encontros presenciais, nas lutas cotidianas das metrópoles.

1.2 Uma cartografia

Desde o início dessa pesquisa, a questão do método se impôs como um problema. Pois, ao adentrar o contexto espanhol como território de investigação ficou claro que a complexidade dos atores – tanto coletivos como individuais – que participavam dos processos impediria qualquer leitura linear e simplista da realidade. Os últimos acontecimentos políticos na Espanha foram para o campo progressista um marco e uma contínua referência de atuação. Desde o 15M, esta data inesquecível para os espanhóis, até, por exemplo, a chegada a prefeitura de Barcelona de uma candidata ativista como Ada Colau, foram muitos os exemplos de inovações políticas que chegavam através das redes sociais, narrativas quase que mágicas, conceitos acadêmicos inovadores, uma multidão organizada que inventava um poder constituinte.

Porém, chegar na Espanha para o estudo de campo foi como mudar de escala, como, através de uma lupa, perceber o quão complexa era a realidade. Nuances, rachas, atores e identidades coletivas variadas e conflituosas, inconsistências. Se tudo parecia linear e convergente de longe, atravessar o Atlântico revelou um real complexo e múltiplo. Não que este fora menos rico, porém, o contexto revelava diferentes camadas superpostas em sedimentações que os fenômenos traziam consigo: as condições socioeconômicas, a formação histórica da sociedade, as tradições e composições sociais, as diferenças territoriais. Por outro lado os indivíduos e coletivos que interagimos e convivemos traziam conflitos, contextos, leituras e desejos distintos diante dos acontecimentos.

Aos poucos, a partir de reflexões e aproximações com métodos de pesquisa qualitativa e das qualidades da pesquisa de campo, foi afirmando-se o método da cartografia como meio de pesquisa¹ e atuação no mundo tal como proposta por Félix Guattari e Gilles Deleuze em sua obra "Mil Platôs" (1995). Mais do que uma escolha, foi um processo de reconhecimento do cenário em que estava já imerso, um reconhecimento de que um todo social, ao ser analisado a partir de uma postura sujeito/objeto, é insuficiente e reducionista posto que ignora

1 Para essa aposta, não podemos deixar de citar a influência do encontro com a pesquisadora Natasha Rena do grupo de pesquisa Indisciplinar da UFMG que realizava pesquisa semelhante à nossa na Espanha, porém voltada para campo do Urbanismo. As dissertações de mestrado de Paula Bruzzi Berquó e Joviano Mayer também serviram de inspiração para esta escolha.

que os sujeitos e objetos são continuamente produzidos e produtores de si e dos outros. Uma abordagem a partir de uma filosofia do acontecimento possibilita outros desenvolvimentos, pois evidencia que a constituição do mundo e das subjetividades não têm mais como ponto de partida o sujeito, mas o próprio acontecimento.

A cartografia pressupõe que a complexidade das relações é incapaz de ser abordada de forma linear ou hierárquica. Ora, a complexidade das relações sociais, a formação de agregados coletivos, a proliferação de crenças e desejos reflete essa dificuldade a todo momento. O desafio de fazer uma pesquisa sobre processos atuais, que estão em pleno acontecer, se ramificando e se influenciando, dificulta exatamente uma leitura linear que consiga sistematizar esse entendimento de uma maneira que evite qualquer reducionismo. Assumir esse “estar entre” algo foi o maior incentivo a escolher esta metodologia de abordagem do real e conseguir extrair elementos que possam aprofundar o entendimento deste. Procurávamos uma estratégia de pesquisa, que assim como o próprio objeto, permitisse atravessamentos e composições.

Esse reconhecimento implicava inserir-se na experiência ao invés de buscar uma essência do fenômeno, representá-lo tentando construir imagens ou revelar verdades escondidas. Adentrar as redes, acompanhar percursos, produzir e inclusive construir junto. Estas experiências se deram das mais variadas formas já que o objetivo era cartografar os efeitos sociopolíticos do acontecimento 15M. Em muitos momentos, houve participações em encontros de partidos políticos, coletivos e movimentos sociais com vivências presenciais; em outras, a distância, com ajuda das tecnologias digitais. Houve momentos de observação e de engajamento. Porém, ao invés de uma análise rígida para alcançar um objetivo previamente determinado, foi esse próprio percurso que passou a nortear as perguntas, apostas e conflitos que iam surgindo. Por isso nossa opção foi por uma espécie de conduta cartográfica, uma atitude, um tipo de atenção que permitisse esse traçado aberto.

“como estudar processos acompanhando movimentos, mais do que apreendendo estruturas e estados de coisas? Investigando processos, como lançar mão de um método igualmente processual? Como assegurar, no plano dos processos, a sintonia entre objeto e método” (PASSOS *et al*, 2009:6)

1.3 Rizoma

Através do conceito de rizoma, Deleuze e Guattari delinearam uma base que permite compor uma atitude cartográfica. A figura do rizoma expõe uma nova maneira de enxergar a realidade opondo-se a modelos de verdade fundados no Uno, em estruturas ou bases sólidas. O modelo do rizoma, extraído da botânica, pressupunha pensar que os fenômenos se apresentam como múltiplos, variam em diversas direções, em linhas tortas, irregulares, divergentes. Opondo-se ao modelo hierarquizador da árvore e das dicotomias, o rizoma é a própria produção do múltiplo "não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o Uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele)" (DELEUZE; GUATTARI, 1995:14-15).

O rizoma é formado por processos horizontais de produção que para serem apreendidos devem levar em conta dimensões cuja expansão depende de novas combinações. Qualquer ponto do rizoma pode se conectar a outro. Aqui se afirma uma heterogênesse em oposição à ordem filiativa do modelo de árvore e raiz. O rizoma é distinto disso tudo, "pois não fixa pontos nem ordens - há apenas linhas e trajetos de diversas ideias, estados e coisas, e nada remete necessariamente a outra coisa."² Ao pensar a linguagem, por exemplo, uma prática analítica do tipo rizoma procura analisá-la efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros, pois a análise linguística que se fecha sobre a própria linguagem só o faz "em uma função de impotência".³ Isto equivale a dizer que estaríamos, neste caso, subordinando linguagem à linguagem apenas, definindo-a ao mesmo tempo como ponto central e elemento local. Uma analítica rizomática, ao contrário, procura "estabelecer conexões transversais entre os estratos e os níveis, sem centrá-los ou cercá-lo, mas atravessando-os, conectando-os". (GUATTARI,ROLNIK, 2011: 322)

O princípio da multiplicidade propõe pensar o múltiplo efetivamente como substantivo, pois é aí que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou objeto, pois a multiplicidade não constitui sujeito e muito menos objeto, mas apenas "determinações, grandezas e intensidades, que não podem crescer sem que se mude de natureza". (DELEUZE,GUATTARI, 1995: 16).

2 Id.

3 loc.Cit

"Todo rizoma compreende linhas de segmentariedade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas também compreende linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar".⁴

Cada vez que há ruptura no rizoma as linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas estas linhas de fuga são parte do rizoma: as linhas não param de remeter umas às outras. Traça-se uma linha de fuga quando se faz uma ruptura, mas ela pode encontrar-se com elementos que reordenam o conjunto e reconstituem os territórios. "Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?"⁵

E finalmente, devemos abordar os princípios da cartografia e da decalcomania. O decalque se baseia em uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta, ou seja, de algo que já está dado. O rizoma é mapa, e não decalque:

"o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação"⁶

Realizar uma cartografia é portanto assumir o rizoma como modelo analítico. Porém, não se deve considerar que os decalques e as representações arbóreas do sistema-raiz devam se opor ao rizoma de forma dualista. Devemos compreender que estas estruturas compõem o próprio rizoma e dão forma aos territórios e organizações estabelecidas, enquanto, ao contrário, o rizoma se refere aos processos coletivos de formação de ideias e de mundos possíveis. O que acontece é que ambas dinâmicas se inter-relacionam, e assim, esta relação cria um outro nível de complexidade.

"O próprio rizoma compreende, além das linhas de segmentariedade - divididas entre segmentariedade dura (linhas molares), e segmentariedade flexível (linhas moleculares) - as próprias linhas de fuga. Se as primeiras engendram formas, por meio das quais o rizoma passa a ser atribuído, estratificado e significado; e as segundas arrancam dos contornos partículas em velocidade, fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização e geram "embaralhamentos" ou micro-fissuras em meio às hierarquias; pelas últimas operam-se fugas que desestruturam tais atribuições, levando-as a um estado processual, a uma condição de gerúndio

4 Ibid p.15

5 Ibid p.18

6 Ibid p.22

permanente (em-formação) rumo ao desconhecido. (BERQUÓ, 2016:46)

Cartografar deixa de ser um ato de representação mas sim de atuação "entre as coisas", em um plano afetivo e não em formas já codificadas, permitindo múltiplas entradas e saídas. Um território, dessa maneira, não necessariamente corresponde aos seus contornos geográficos. Nessa perspectiva, "um espaço pode constituir um território, assim como uma língua, uma ideia ou um determinado modo de pensamento."⁷

Uma cartografia deve então investigar como se dão processos de desterritorialização e reterritorialização; reconhecer enraizamentos e obstruções, processos de tomada de poder desvios e fluxos; ressaltar diferenças de intensidade, perceber as linhas de fuga, mas também "mostrar até que ponto do rizoma se formam fenômenos de massificação, de burocracia, de leadership, de fascistização, etc., que linhas subsistem, no entanto, mesmo subterrâneas, continuando a fazer obscuramente rizoma". (DELEUZE; GUATTARI, 1995:24)

"como qualquer outra cartografia, seja qual for seu tempo e seu lugar, trata-se aqui da invenção de estratégias para a constituição de novos territórios, outros espaços de vida e de afeto, uma busca de saídas para fora dos territórios sem saída" (GUATTARI, ROLNIK, 2011:18).

Para denominar as diferenças entre os territórios e suas relações com este fora, Deleuze e Guattari propõe pensá-los respectivamente como "plano de organização" e "plano de consistência", não para propor uma diferença entre escalas, mas sim para afirmar a presença de planos de naturezas distintas. Se um produz segmentos bem determinados de uma macropolítica, onde se forjam dualidades e hierarquias, o segundo corresponde ao plano em que das formas, a partir de uma micropolítica, fogem partículas de velocidade, fluxos de intensidade. Mas não há dualidade entre ambos, eles encontram-se sempre justapostos. "Tais planos diferenciam-se e entrecruzam-se na mesma medida em que o rizoma distingue-se do sistema árvore-raiz ao mesmo tempo em que, com ele, compõe agenciamentos." (BERQUÓ, 2016:48)

1.4 Transversalidade

Pois, mais do que apresentar uma metodologia, fizemos esta introdução ao rizoma para

7 Ibid p.47

destacar como este está imbricado com nosso campo de pesquisa. Como veremos, a tensão entre rizoma e raiz, desterritorialização e reterritorialização, planos de organização e de consistência, reflete-se nos processos que esta pesquisa busca investigar e nos problemas que já apresentamos. Como cartografia entendemos que a complexidade dos planos e linhas permite uma série de pontos de partida e derivações. Pois, para efeito de sistematização desdobramos nossa pesquisa nas três apostas afetivas descritas no item 1.2, por acreditar serem pontos de partida que assumem perspectivas distintas, mas completamente inter-relacionadas. São eixos que percebemos serem lugares onde as perguntas se instalam e reverberam em conflitos e ,portanto, merecem nossa atenção especial.

Pois, ao propor essas três abordagens e camadas que interagem em si, esperamos sintonizar o método ao objeto de pesquisa. Por isso a cartografia também nos é útil por propor uma capacidade de efetuar uma transversalidade:

"A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos (GUATTARI, 2004:111).

Como veremos a palavra transversalidade possui diferentes concepções a partir da interpretação de diferentes atores que aparecerão na nossa narrativa. Mas não seria afinal um dos problemas dos movimentos sociais contemporâneos este mesmo que propõe a transversalidade definida por Guattari: o impasse da verticalidade e da horizontalidade no bojo das democracias modernas? A crise de representação instalada nas democracias ocidentais, outro ponto de partida possível para nossa tese, não põe em crise exatamente essa questão da governança? Como é possível governar horizontalmente sem estruturas de representação? Como as apostas afetivas do desbordamento criam novas subjetividades e institucionalidades? Como a conversação e o encontro engendram transformações molares?

Passos e Benevides (2009) se referem ao plano cartesiano de organização do *socius* como sendo composto por linhas verticais que são formadas por variáveis maiores - por exemplo, homem, adulto, rico, heterossexual - e linhas horizontais - por exemplo, mulher, criança, pobre, homossexual - dão origem à linha horizontais. Porém, o plano de organização constitui um achatamento das diferenças em prol da constituição de conjuntos homogêneos. Isso ocorre tanto na linha vertical, da qual emerge uma espécie de conjunto ideal (homem-adulto-rico-heterossexual), quanto na linha horizontal que promove um identitarismo da

diferença. Mas é preciso destacar que ,apesar de distintos, ambos, o sistema metro padrão e a transversalização operam em rede. O que diferencia estes é a capacidade de embaralhamento, que traça uma linha transversal, ou seja, um processo que, mais do que possuir uma condição reticular, tenha uma natureza que permita os desarranjos.

“A transversalidade como princípio metodológico dá direção a uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los. Na verdade, trata-se da possibilidade de habitar os pontos de vista em sua emergência, sem identificação e sem apego a qualquer um deles. (...) Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição” (BERQUÓ, 2015:61)

Nesse sentido, uma pesquisa cartográfica, ao intensificar a comunicação, possibilitar relações entre relações, atrações e contágios, ativa o plano coletivo de forças. Ao cartógrafo cabe se deixar levar, em certa medida, por esse plano coletivo, não por falta de rigor metodológico, mas porque uma atitude atencional própria do cartógrafo, que o permite acompanhar as modulações e individuações dos objetos e da realidade. Opera-se então uma reversão do que tradicionalmente é denominado método, palavra que etimologicamente se refere a um caminho (Hódos) a ser trilhado para atingir determinadas metas, meta-Hodós. A cartografia propõe, um Hodós-Meta, pois as metas, os objetivos são alterados no percurso; o método se afirma como uma experimentação onde “habitar um território de pesquisa não é apenas buscar soluções para problemas prévios, mas envolve disponibilidade e abertura para o encontro com o inesperado, o que significa alterar prioridades e ,eventualmente, redesenhar o próprio problema.”⁸

1.5 Rastros

Admitindo-se estar no meio de algo, a cartografia não possui um modelo de investigação, por isso exige a criação de estratégias e procedimentos para colher dados. Rolnik (1989) afirma que a prática de um cartógrafo diz respeito às estratégias de formação do desejo no campo social em qualquer fenômeno da atuação humana, sejam estes “os movimentos sociais, formalizados ou não, as mutações da sensibilidade coletiva, a violência, a delinquência.... até os fantasmas, inconscientes e os quadros clínicos de indivíduos, grupos e

8 Loc.Cit

massas, institucionalizados ou não”⁹

Por isso, o cartógrafo deve estar atento às paisagens no entorno das formações que ele acompanha, e pode absorver materiais de qualquer procedência servindo-se de “fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa ou de um tratado de filosofia. O cartógrafo é um verdadeiro antropófago”¹⁰

Essa varredura, uma espécie de radar das atividades e variações que ocorrem em campo, portanto, pressupõe uma presença corporal e atencional do pesquisador, que deve, segundo a autora, deixar “seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e ficar inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo e língua.”¹¹

Por isso, a partir da bolsa de doutorado sanduíche, a possibilidade de atuar em campo pelo período de 12 meses permitiu a esta investigação propor uma perspectiva cartográfica ao modo de colher seus dados. Estar no território, conviver no cotidiano, instalar-se com cônjuge e filha, entender os modos de funcionamento das instituições e práticas sociais e investir-se na formação de coletivos e iniciativas políticas foram elementos de extrema relevância para compor esse percurso. Outrossim, tendo como objetos movimentos sociais e seus desejos de transformação, essa escolha admite a dimensão política da investigação, abrindo-se ao papel de co-produtora e inventora de novos arranjos sociais.

“A análise do desejo, desta perspectiva, diz respeito, em última instância, à escolha de como viver, à escolha dos critérios com os quais o social se inventa, o real social. Em outras palavras, ela diz respeito à escolha de novos mundos, sociedades novas. A prática do cartógrafo é, aqui, imediatamente política.”¹²

Colocadas estas premissas, queremos nos referir ao modo como vamos expressar os registros e dados colocados nesta tese, e de alguma forma exercer a tessitura de uma narrativa que leve em conta essas intensidades. Dessa forma, esperamos expor esta cartografia como uma espécie de tese-documenário onde trechos de textos teóricos, entrevistas, imagens e material audiovisual vão compondo a montagem dessa narrativa aberta. Levando em conta que nossa principal fonte foram entrevistas em profundidade (Ver Tabela 1) com diversos atores, os trechos selecionados serão registrados da seguinte forma:

9 Ibid. p.2

10 *loc.Cit*

11 *loc.Cit*

12 *loc.Cit*

“Os trechos selecionados das entrevistas estarão com texto tamanho 11, espaçamento simples e recuo lateral de 3cm de ambos os lados.”

1.5.1 Entrevistas

Tabela 1 – Lista de Entrevistas em Profundidade¹³

Entrevistado/a	Lugar de Atuação	Cidade
Angel Ferrero	Vereador Ganemos Jerez	Jerez
Armando Cuenca	Vereador Iruña	Iruña
Beatriz Garcia	Plataforma Municipalista Ganemos Madrid	Madrid
Carmem García	Ocupação Resurgir Sur	Sevilla
Clara Vazquez	Podemos Mulher	Madrid
Cláudia Delso	Plataforma Municipalista Marea Atlántica – Secretária de Participação	A Coruña
Emanuel Rodriguez	Fundacion de los Comunes	Madrid
Ina Rodriguez	Ocupação Resurgir Sur	Sevilla
José Candon	Assessor de Imprensa Podemos Andaluzia e Professor de Comunicação da Universidade de Sevilla	Sevilla
Jose Mejias	Plataforma Municipalista Ganemos Jerez	Jerez
Juan Carlos Monedero	Professor de Ciência Política na Universidade Complutense de Madrid	Sevilla
Lotta Tenhunen	PAH Madrid	Madrid
Luiz Gallego	Ativista	Sevilla
Manje	Plataforma Municipalista Ganemos Jerez	Jerez
Manu Guiden	Podemos Cultura	Madrid
Mario Pinto	Movimento Zero 81	Napolis
Pablo Lopiz	Vereador Zaragoza en Comu	Madrid
Pepe Ema	Podemos Madrid	Madrid
Raul Sanchez Cedillo	Fundacion de Los Comunes	Madrid
Ana García	Coletivo Patio Maravillas	Madrid
Sergio Pascual	Podemos Andaluzia	Sevilla
Ana Mendez de Andrés	Plataforma Municipalista Ganemos Madrid	Madrid
Angel	Casa Invisible	Malaga
Ângela Lara	Ativista - Barrios en Lucha - Participa Sevilla	Sevilla
Antonio Calleja-López	Pesquisador IN3/UOC / Decidim.BCN	Barcelona
Curro Machuca	Casa Invisible/ Plataforma Municipalista Malága Ahora	Malága
Eduardo Serrano	Casa Invisible	Málaga

13 As entrevistas realizadas em vídeo com a pesquisadora Natasha Rena estão disponíveis no blog <http://docposdoc.indisciplinar.com/>

Elisa Mandilo	Casa Invisible	Malága
Francis Jurado	Democracia 4.0	Sevilla
Javier Cruche	Casa Invisible/Malága Ahora	Malága
Javier Toret	Pesquisador UOC/ IN3 – Barcelona em Comú	Barcelona
José Perez de Lama	Colectivo Hackitectura	Sevilla
Juan Guan Diaz	Casa Invisible/Malága Ahora	Malága
Luis Berraquero	Ativista	Sevilla
Mariza Perez	Fundacion de Los COMunes	Madrid
Rafael Ilbanez	Ativista	Sevilla
Santi Barber	Artista e ativista	Sevilla
Santí Fernandez Paton	Casa Invisible/Malága Ahora	Malága
Violeta Cabelo	Democracia Real Ya	Sevilla
Xabier Barandiaran	Decidim.BCN	Barcelona
Ysabel Pytuskaya	Vereadora Malága Ahora	Malága

1.5.2 Roteiro das entrevistas

Para guiar as entrevistas que realizamos fizemos um roteiro de perguntas. As entrevistas, porém, foram abertas e não-estuturadas. O roteiro serviu para guiar as entrevistas que variavam segundo a dinâmica da conversa e a atuação específica de cada entrevistado.

1. Conte um pouco da sua trajetória?
2. Como a crise financeira afetou a cidade?
3. Quais são as motivações da sua luta como ativista?
4. Quais foram os impactos na cidade? O que mudou no território da cidade que influenciou protestos e desejos de mudança?
5. Acha que na Europa, e na Espanha, os processos são diferentes de outros lugares do mundo onde a pobreza e a precariedade são mais intensas?
6. Conte um pouco como foi o 15M? O que ele representa na história da Espanha e da sua cidade?
7. Quais foram os movimentos precursores que influenciaram a emergência do 15M?
8. Quais os coletivos e grupos de que você participou desde então?
9. Como você definiria o tipo de organização desses coletivos e do 15M? É diferente de movimentos sociais clássicos?
10. Como você acha que as novas tecnologias e o paradigma de rede influenciaram nesse

processo?

11. No contexto das redes sociais, você acha que a linguagem e a dimensão afetiva facilitam a mobilização? Acha que há mudanças subjetivas nas pessoas em termos de percepção do mundo?
12. Acha que as redes também podem dispersar a atenção e a reflexão pela sua efemeridade?
13. Qual a influência das lutas anti-globalização e da cultura hacker no 15M? Que ferramentas digitais você acha que são importantes na mobilização e organização de movimentos?
14. Como você interpreta as tensões entre horizontalidade e hierarquia no interior dos movimentos sociais? E a liderança distribuída?
15. Saindo da mobilização, como você enxerga a aposta eleitoral de partidos e movimentos sociais?
16. Como foi a passagem de um movimento de mobilização e protesto para um movimento de organização política?
17. Acha que há diferença entre mobilizar e organizar a longo prazo?
18. Como você enxerga o municipalismo? Como a estratégia do Podemos difere de plataformas municipalistas?
19. Como a plataforma municipalista se constituiu na sua cidade?
20. E ferramentas de participação? Vê diferenças entre ferramentas digitais e analógicas? Que estratégias e métodos você acha importante?
21. Você acha possível um estado-movimento? Que o paradigma de rede, inteligência coletiva, possam gerir a vida em comum?

2. Neoliberalismo

There is nothing about neoliberalism that is deserving of our respect, and so in concert with a prefigurative politics of creation, my message is quite simply 'fuck it'. Fuck the hold that it has on our political imaginations. Fuck the violence it engenders. Fuck the inequality it extols as a virtue. Fuck the Thatchers, the Reagans, and all the cowardly, self interested politicians who seek only to scratch the back of avarice. Fuck the fear-mongering exclusion that sees 'others' as worthy of cleaning our toilets and mopping our floors, but not as members of our communities. Fuck the ever-intensifying movement towards metrics and the failure to appreciate that not everything that counts can be counted. Fuck the desire for profit over the needs of community. Fuck absolutely everything neoliberalism stands for, and fuck the Trojan horse that it rode in on!
(SPRINGER, Online¹⁴)

Porque escrever um capítulo sobre o neoliberalismo? Pois, esta demanda se foi impondo durante o desenrolar da cartografia com a percepção de que o modelo de produção hegemônico era parte fundamental dos processos aos quais se acompanhava. O 15M e as iniciativas subsequentes são, como veremos, respostas a uma hegemonia econômica e discursiva que se impôs até 2008, com os efeitos da crise financeira. Em segundo lugar, o efeito devastador do estouro da bolha no mercado imobiliário espanhol produziu desemprego e a perda da habitação de milhares de pessoas, não sendo possível ignorá-lo como constituinte desses processos. E por fim, a crise política, a incapacidade de distinguir as políticas de centro-esquerda e centro-direita, quando o Estado se torna um mero gestor técnico das demandas do capital financeiro e de grandes grupos econômicos. Estes fatores, tão presentes nos textos, discursos de entrevistados, nas conversas, foram delineando a necessidade de se aprofundar no entendimento do que é o fenômeno neoliberalismo. Sobretudo, porque nos interessa aqui entendê-lo não como um processo meramente econômico, mas exatamente porque se espalha para todos os campos do social. Entendê-lo como um modo de produção de subjetividades, onde os indivíduos e seus afetos em relação a si e os outros estão em jogo. Isto para pensar que tipo de reversão os movimentos sociais pretenderam e pretendem criar para

14 SPRINGER, S. **Fuck Neoliberalism**. Disponível em:
https://www.academia.edu/23908958/Fuck_Neoliberalism Acesso em 10/03/2017

forjar novos modos de governança.

Pois não podemos ignorar que a pesquisa de campo na Espanha se desenrolou durante o ano de 2016 até o início de 2017, momento onde o Brasil viveu e ainda vive uma das maiores crises econômicas e políticas de sua história. Apesar de especificar o território espanhol como limite da cartografia, não é possível esquecer que diante da atual crise econômica mundial, quadro de recessão e aumento da pobreza e precarização, o golpe jurídico-midiático no Brasil revelou que a continuidade mórbida do neoliberalismo dava suas caras nos países da América do Sul. A estranha não morte do neoliberalismo (CROUCH, 2011) revela sua capacidade de se renovar, mesmo diante da crise financeira de 2008, aguçando suas necropolíticas (MBEMBE, 2003). No Brasil, diante do quadro político cada vez mais polarizado e os ataques dos poderes executivo, legislativo, aos direitos adquiridos pela CLT e pela constituição de 88, o desmonte cada vez mais aprofundado da estrutura estatal e da cadeia produtiva vêm desenhando um futuro onde a hegemonia neoliberal se expande continuamente: transformando direitos em serviços, espalhando a lógica concorrencial por onde pode. Ao mesmo tempo, com a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, emerge como resposta à crise e à precarização das condições de vida uma resposta nacional autoritária “cujos modos de subjetivação – centrados no macho-adulto-branco – são velhos conhecidos” (ROQUE, Online¹⁵).

Todo esse contexto tornou mais urgente entender o neoliberalismo como este ente que está presente de uma forma avassaladora em diversos territórios. Antes de tentar entender como ele está presente na Espanha e como se relacionou com a emergência dos movimentos sociais e suas tentativas de institucionalização e apostas eleitorais, vamos buscar entendê-lo a partir da genealogia feita por Foucault ao identificá-lo como um modo de governança de subjetividades para posteriormente ver como afetou os territórios que pesquisamos.

2.1 O nascimento da biopolítica

Foucault (2008), em suas aulas do Collège de France, realizou uma genealogia do Estado Moderno. Uma de suas principais propostas era o conceito de governo como uma governamentalidade, que ele estabelece como um guia para as reconstruções históricas que faz desde a Grécia antiga até o neoliberalismo moderno. É importante enfatizar dois pontos para compreender a noção de governamentalidade. Em primeiro lugar, o conceito de

15 ROQUE, Tatiana. “**Subjetividades no ponto cego da esquerda**”. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/subjetividades-no-ponto-cego-da-esquerda/>. Acesso em 10/03/2017

governamentalidade demonstra a reciprocidade das técnicas de poder e formas de saber. A conexão semântica de governo e modos pensamento indica que não é possível estudar as tecnologias do poder sem uma análise da racionalidade política que lhes são subjacentes. Em outras palavras, existem dois lados da governamentalidade, ou uma arte do governo. A primeira indica uma forma específica de representação. Governar define um campo discursivo no qual exercer o poder é algo racional. Isso ocorre no delineamento de conceitos, especificação de objetos e fronteiras, na provisão de argumentos e justificativas. Governar ativa um problema a ser resolvido e oferece certas estratégias para lidar com ele. Nesse sentido, também estrutura formas específicas de intervenção. Uma racionalidade política não é um conhecimento puro, neutro, que simplesmente representa uma realidade a ser governada, mas, ao contrário, constitui um exercício intelectual para processar a realidade com determinadas tecnologias políticas, incluindo-se procedimentos, agenciamentos, instituições, formas legais que buscam governar os objetos e sujeitos de uma racionalidade política.

Em segundo lugar, Foucault usa o conceito de governo em um sentido amplo fortemente guiado pelo antigo significado do termo reforçando a proximidade entre as formas de poder e os processos de subjetivação. Enquanto a palavra governar possui hoje somente um sentido político, Foucault demonstra que até o século XVIII o problema da governança era colocado de uma maneira mais ampla. Governar era um termo debatido não só nos tratados políticos, mas também em textos filosóficos, religiosos, médicos e pedagógicos. Além do aspecto de gerenciamento pelo Estado ou administrações, o ato de governar estava também associado ao autogoverno, aos cuidados com a família e as crianças, ao direcionamento da alma, etc. Por isso, Foucault define o governo como conduta, ou mais precisamente como “a conduta da conduta”, sendo portanto um termo associado ao “ato de governar a si e a governar os outros”. Na sua história da governamentalidade Foucault revela como a emergência do Estado Moderno soberano e o Individuo autônomo soberano estão intrinsecamente ligadas.

É importante salientar que a concepção de biopolítica de Foucault decorre de seus trabalhos anteriores onde analisa os regimes disciplinares. O poder se exerceria a partir de positivities e não de repressão. Dito em outras palavras o poder não cala, mas faz falar. Os regimes disciplinares e as arquiteturas de poder para as quais Foucault chamou a atenção seriam, portanto, dispositivos de produção de discursos, que capilarizados e dispersos no bojo da sociedade teriam como objetivo “administrar e produzir a vida”. A passagem de um regime

de soberania para um regime disciplinar no século XVII demonstra como os modos de produção de saber e poder se tornaram bastante distintos de um regime para o outro. No regime disciplinar, o corpo era o principal alvo do poder, e o objetivo era administrar os corpos sob o modelo do confinamento, idealizado na arquitetura do panóptico. Em um momento de transição para uma sociedade capitalista, este poder sobre os corpos era essencial para o controle de populações e adestramento do trabalho fabril. Era necessário que os corpos fossem saudáveis, dispostos, presentes e dóceis. Um poder, portanto, que investia sobre a vida, sobre a produção de subjetividades.

“Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e por meio de um ajustamento dos fenômenos populacionais aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto do seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva das suas forças foram indispensáveis naquele momento.” (FOUCAULT, 1993:155)

A passagem do regime da disciplina para o regime do controle, não abordada por Foucault mas descrita por Deleuze (1992) a partir de seu pensamento, nos leva a um aprofundamento do conceito de biopoder. Ora, se a partir da lutas anti-disciplinares agora a fábrica está dispersa em toda a sociedade, o biopoder amplia seu leque de investimento. Não é só mais o corpo o alvo do adestramento, mas “todo o seu meio ambiente, sua comunicação, os seus conhecimentos e seus afetos”. (ANTOUN, MALINI, 2010:4).

O prolema do biopoder é ,portanto, um problema de governança, e por isso, também, um problema de soberania. Reconhecer a passagem de um regime de disciplina para um regime de controle é portanto, reconhecer modos de governança distintos. Novamente a pergunta é: como governar uma multidão de singularidades? Como torná-la produtiva? Diferentemente da forma disciplinar, esta se caracteriza pela mobilização de um outro componente de controle, não mais restrito aos muros das instituições, mas relativo, ao invés disso, às várias esferas da vida humana. Nesse momento, o controle sobre a vida ultrapassa apenas o âmbito individual, voltando-se, prioritariamente, para a manipulação de todo o conjunto social, tomado ora a partir de uma perspectiva essencialmente biológica – no que concerne às taxas de natalidade, de mortalidade, às patologias, à longevidade, dentre outros.

“Se as disciplinas se dirigiam ao corpo, ao homem-corpo, a biopolítica se dirige ao homem-espécie. Se a disciplina, como diz Foucault, tenta reger a multiplicidade dos homens enquanto indivíduos sujeitos à vigilância, ao treino, eventualmente à punição, a biopolítica se dirige à multiplicidade dos homens enquanto massa global, afetada por processos próprios da vida, como a morte, a produção, a doença” (PELBART, 2011, p.57).

Pois, voltando à questão da governamentalidade, enquanto que nas aulas de 78 Foucault traçou uma genealogia desta a partir da Grécia Antiga à época romana através da conduta pastoral do cristianismo, as palestras de 1979, sob o título de “O nascimento da Biopolítica”, focaram no estudo das formas de governo liberal e neoliberal. No começo e no fim das aulas, Foucault apresenta as ideias do liberalismo clássico debatendo os trabalhos de Adam Smith, David Hume e Adam Ferguson, e nas aulas entre estes ele analisa a governamentalidade neoliberal, concentrando-se especificamente em duas formas de neoliberalismo: o liberalismo alemão do pós-guerra e o neoliberalismo da escola de Chicago, que deriva do primeiro e dá um passo a mais em uma forma mais radical.

As bases teóricas do liberalismo alemão do pós-guerra foram delineadas por juristas e economistas que entre 1928 e 1930 que pertenceram ou eram associados a escola de Freiburg e posteriormente lançaram a publicação “Ordo”. Estes, chamados de ordoliberais – tiveram um papel substancial ao propor uma “economia social de mercado” e influenciaram os princípios de uma política econômica aplicada na Alemanha Ocidental, em seus primeiros anos. Foucault destaca então o debate que ocorreu entre a Escola de Freiburg e a Escola de Frankfurt. As duas tinham em comum não só a época em que apareceram na cena acadêmica ou o exílio forçado pelo nazismo, mas também eram parte de um debate acadêmico que se

destacava na Alemanha da década de 20 associado ao pensamento de Max Weber. Weber havia tido um papel significativo ao ter transformado o ponto de vista de Marx sobre a lógica contraditória do capitalismo em um debate sobre a “racionalidade irracional” da sociedade capitalista. Esse ponto era lugar de partida das duas escolas, mas resultou em ângulos completamente diferentes de debate: A escola de Frankfurt buscava uma nova racionalidade social que anulasse e substituísse a irracionalidade da economia capitalista. A Escola de Freiburg optava por uma abordagem oposta e sugeria uma redefinição de uma racionalidade econômica para prevenir um desdobramento de uma irracionalidade social.

Foucault reitera que outro paralelo de ambas escolas é a reflexão sobre as razões da emergência do nazismo. Aqui também as respostas são diametricamente opostas. Enquanto Adorno, Horkheimer e outros adeptos da teoria crítica insistiam que havia uma causalidade entre capitalismo e fascismo, os neoliberais consideram o terceiro Reich não um produto do liberalismo mas ao contrário o resultado da ausência de liberalismo. O colapso da democracia na Alemanha não teria sido causado por uma economia liberal em funcionamento, mas havia sido uma consequência do fato que tal economia não existia. Pelo ponto de vista dos Ordoliberais, o terceiro Reich era um resultado inevitável de uma série de políticas antiliberais. Diferentemente da Escola de Frankfurt, a Escola de Freiburg acreditava que uma alternativa crucial não era entre capitalismo e socialismo, mas entre liberalismo e diferentes formas de intervencionismo (socialismo soviético, nacional-socialismo, keynesianismo), todos estes, que em diferentes níveis, ameaçavam a liberdade.

Foucault propõe que a base teórica da convicção ordoliberal era sua concepção radicalmente antinaturalista do mercado e da competição. No esquema Ordoliberal, o mercado não devém de uma realidade econômica natural, com leis intrínsecas que a arte de governar deve respeitar, ao contrário, o mercado só pode se constituir e se manter através de intervenções políticas. Nesse ponto de vista, a competição como o mercado, não é um fato natural já parte e parcela do domínio econômico, mas sim uma mecanismo econômico fundamental que só pode funcionar se apoiado por uma série de condições, e estas devem ser garantidas por medidas legais. A competição pura não é portanto algo que existe naturalmente, nem algo adquirido. Em tal abordagem não há espaço para uma concepção que distinga um domínio limitado da liberdade e um domínio legítimo da intervenção governamental. Ao contrário desta concepção negativa do Estado típica da teoria liberal dos séculos XVIII e XIX, para o ponto de vista ordoliberal, o mecanismo de mercado e o impacto da competição só podem emergir se forem produzidos por uma prática de governo. Os

ordoliberais acreditam que o Estado e o mercado não são justapostos mas que um presume mutualmente a existência do outro.

Foucault enfatiza também importantes funções estratégicas deste antinaturalismo. Ele inicialmente significa em termos teóricos que uma separação estrita entre uma base econômica e uma superestrutura juridico-política é inapropriada. Essa dicotomia, portanto, não é viável, porque a economia não é um mecanismo natural, mas define um campo social de práticas reguladas. O significado histórico dessa hipótese é que ela rejeita um conceito de história que busca derivar as mudanças sociopolíticas dos processos de transformação da economia capitalista. Para os ordoliberais, a história do capitalismo é uma história econômico-institucional. Não é uma causalidade unilateral que estrutura o curso da história mas uma reciprocidade incessante: o capitalismo é uma “figura histórica” pela qual os processos econômicos e os arranjos institucionais se articulam, se referem e apoiam um ao outro.

A dimensão política dessa hipótese põe em jogo a sobrevivência do capitalismo. Para os ordoliberais não há capitalismo porque não há lógica do capital. O que é chamado capitalismo não é o produto de um processo econômico puro e um capitalismo histórico não pode derivar de uma lógica do capital. Em outras palavras, temos que lidar com algo que é aberto a um número específico de variáveis econômicas e institucionais, e que opera em um campo de possibilidades. Portanto, o foco do debate teórico é sobre o fato de que o capitalismo é uma construção, uma unidade econômica-institucional, então devemos intervir nesse conjunto de uma maneira que, de uma vez só, se mude o capitalismo atual e se invente um novo capitalismo.

Essa forma de argumentação também emerge na maneira pela qual os ordoliberais rebatiam duas posições que sustentavam a impossibilidade de uma transformação a partir de uma economia capitalista. Por um lado, rejeitavam a leitura pessimista de Schumpeter que o capitalismo tinha necessariamente tendências monopolistas. Eles concordavam que a atual concentração não era atributo de um processo econômico em si, mas algo que decorria das consequências sociais da competição, ambos pensavam na monopolização como um fenômeno social. Entretanto os ordoliberais retiravam conclusões completamente diferentes. Pois, já que a tendência monopolista era um fenômeno social, por isso mesmo, não seria algo irrevogável ou inevitável, mas algo que poderia ser prevenido por intervenções e um arranjo institucional. O monopolismo não seria fatalmente um destino econômico, mas o resultado de uma política estratégica falha e formas de institucionalização inadequadas.

Por outro lado, os ordoliberais atacaram a proposta de Sombart da qual a economia moderna era um desenvolvimento irreversível em direção a uma sociedade de massa uniforme que conduziria a deterioração das relações humanas e da experiência de comunidade dando lugar a cada vez mais relações sociais anônimas. Os ordoliberais argumentavam na direção contrária, afirmando que o capitalismo não era responsável pelos problemas apontados por Sombart e outros, mas que ao contrário, este fato era consequência dos métodos de planejamento e burocracia lançados pelos inimigos do mecanismo de mercado. Desse ponto de vista, a governança neoliberal não visava uma sociedade uniforme, mas ao contrário representava uma nova direção distante das tendências homogeneizadoras da sociedade de massas.

Se seguimos a interpretação de Foucault, os esforços teóricos dos ordoliberais eram desenhados para destacar, em meio a experiência do nazismo, que as irracionalidades e disfunções da sociedade capitalista poderiam ser superadas por invenções político institucionais, já que esses problemas não eram inatos a lógica do capitalismo, mas de natureza histórica. Por isso, estes mudam o ângulo teórico, pensando a economia em termos institucionais e não mais naturais. Sob tais condições não faria mais sentido falar em uma lógica destrutiva do capital, já que tal discurso assume uma existência autônoma da economia com suas próprias regras e limites. Presume-se que a sobrevivência do sistema capitalista dependeria da capacidade de construir respostas inovadoras aos problemas estruturais. Em outras palavras, os ordoliberais queriam mostrar que não há somente um capitalismo com sua lógica e contradições. Mas uma entidade econômica institucional que é historicamente aberta e pode ser mudada.

Tal concepção de domínio econômico inclui a necessidade de elaborar uma política social que não seja limitada a transferência e redistribuição de renda mas ofereça ativamente condições para criação de mercado. Para os ordoliberais, políticas sociais não deveriam exercer uma função compensatória, ou reduzir os impactos antissociais da competição, mas, ao contrário deveriam impedir os mecanismos anticompetitivos que a sociedade cria ao longo do tempo. Tais políticas se dividem em dois ramos: a universalização do empreendedorismo e a redefinição da lei.

O primeiro leva em conta a noção de que uma política social consiste em forjar um arranjo social no qual exista uma base material para a empresa como uma forma a qual obedece o princípio da “igualdade da desigualdade para todos”. O objetivo dessa estratégia política é multiplicar e expandir a forma empresarial no bojo do corpo social. Essa

generalização funciona primeiramente gerando um modelo de relações sociais a partir das lógicas econômicas, oferta e demanda, competição, etc. E em segundo lugar, atua com o que Rustow denominou uma “política vital” direcionada a reproduzir e reativar valores morais e culturais para “compensar o que há de frio e impassível, de calculista, de racional, de mecânico no jogo da concorrência propriamente econômica.”¹⁶.

O outro ramo das políticas sociais complementa o primeiro, e abrange uma redefinição da forma da lei e das instituições da lei. Uma intervenção social é necessária para ancorar a forma empresarial no coração da sociedade. Enquanto que no século XVIII, uma mínima intervenção política era pré-condição para o funcionamento da economia, para o neoliberalismo alemão a lei não é mais um fenômeno superestrutural, mas se torna parte essencial da base economico-institucional e portanto indispensável para a criação das formas empresariais na sociedade.

Foucault destaca que o construtivismo e o anti-naturalismo do projeto ordoliberal não pode ser separado das condições históricas na Alemanha pós-guerra. A noção de domínio econômico aberto que só é criada por intervenção social incessante serviu como legitimação política para a recém-criada segunda república alemã. Ao contrário do liberalismo clássico, os ordoliberais não enfrentaram o problema de como estabelecer liberdades econômicas suficientes dentro de um estado existente. Ao contrário, a questão era como um Estado poderia ser criado a partir da liberdade econômica. Ou seja, o que estava em jogo não era a legitimação de um estado vigente, mas uma legitimação que funda um estado, onde a liberdade econômica produz a legitimação de uma forma de soberania limitada a garantir a atividade econômica.

Enquanto que no século XVIII o problema dos liberais era como limitar o estado e garantir a liberdade econômica no seu interior, na Alemanha pós-45 o problema era o oposto: como criar um estado que ainda não existia a partir de uma dinâmica econômica não estatal. Após as experiências do nazismo e da catastrófica Segunda Guerra Mundial, a prosperidade econômica formava uma nova ordem política após o vácuo da destruição nacional – e como tal criou uma legitimação para essa ordem. A riqueza coletiva produziu um consenso social em um estado que não era mas definido em termos de missões históricas mas se legitimava a partir do crescimento econômico. A prosperidade econômica deveria revelar a legitimidade de um estado que se recusava a adotar qualquer perspectiva transcendente e somente deveria oferecer regras de trocas econômicas. Essa forma de legitimação funcionou ao romper com o

16 Ibid. p.333

passado alemão imediato. O estado não se basearia mais em progresso histórico, mas agora em categorias econômicas, e como consequência, produzindo a capacidade de esquecer e anular a história recente alemã.

Assim como os ordoliberais, o neoliberalismo americano da Escola de Chicago opunha-se ao intervencionismo e ao dirigismo, e em nome da liberdade econômica criticaram o crescimento dos aparatos burocráticos e a ameaça aos direitos individuais. Ainda assim, há diferenças profundas entre as duas versões do neoliberalismo no que diz respeito aos seus respectivos conceitos de sociedade e as soluções políticas sugeridas.

O ponto de partida ordoliberal era sua ideia de “economia social de mercado”, em outras palavras, uma noção de mercado constantemente apoiada por regulações políticas e que deveriam ser compensadas por intervenções estatais (políticas de habitação, seguro-desemprego, saúde pública, etc.). Essa concepção de política social era sempre baseada na diferença entre as esferas do econômico e do social, com o conceito de empresa funcionando como um intermediário entre eles. A sociedade empresarial dos Ordoliberais é caracterizada por uma ambiguidade que os neoliberais americanos desprezaram.

Foucault sugere que o elemento-chave da abordagem da Escola de Chicago é uma expansão da forma econômica em direção à esfera social, desfazendo qualquer diferença entre estes. Nesse processo, transpõe-se uma análise que leva em conta critérios e esquemas da economia para esferas que antes não se resumiam a uma racionalidade econômica. Enquanto que os ordoliberais da Alemanha ocidental propunham a ideia de uma sociedade governada em nome da economia, os estadunidenses queriam redefinir a esfera social como um forma de domínio econômico. O modelo da ação racional econômica serve como um princípio para justificar e limitar a ação governamental, na qual o governo se torna ele mesmo um tipo de empresa cuja tarefa é universalizar a competição e inventar sistemas de ação para indivíduos, grupos e instituições baseados no mercado.

A economia não seria mais um âmbito social entre outros com racionalidade, leis e instrumentos específicos. Ao contrário, a área coberta pela economia abrange todo o contexto da ação humana, sendo estas também caracterizadas pela alocação de recursos escassos para realizar objetivos. O neoliberalismo está então interessado em como indivíduos alocam seus recursos para determinados objetivos em vez de outros. O foco não é mais portanto reconstruir uma lógica, como no pensamento ordoliberal, mas analisar um tipo de interação humana governado por uma racionalidade econômica. Dessa forma a economia não é mais um campo delineado da existência humana, mas faz parte de todas as formas de

comportamento humano.

Generaliza-se portanto o escopo do econômico para atingir dois objetivos. Em primeiro lugar, essa generalização funciona como um princípio analítico que investiga áreas não econômicas e formas de ação em categorias econômicas. Relações sociais e comportamentos individuais são decifrados usando critérios econômicos. Em segundo lugar, permite ativar uma crítica às práticas governamentais através de conceitos de mercado. Enquanto o liberalismo clássico requisitava ao governo que respeitasse a forma do mercado, na abordagem neoliberal o mercado não é mais o princípio de limitação do Estado, mas o princípio no qual o Estado está sempre em conflito, o que Foucault classifica como uma “espécie de tribunal econômico que pretende aferir a ação do governo em termos estritamente de economia e de mercado”.¹⁷

Um exemplo da nova abordagem neoliberal é a teoria do capital humano. Esta tem como base uma crítica ao tratamento que o problema do trabalho possuía na teoria econômica clássica. Para os teóricos neoliberais a categoria de trabalho era tratada como uma figura abstrata que não levava em conta seus aspectos qualitativos porque se acreditava que o processo econômico era restrito a uma análise da produção, de relações de troca e consumo como um mecanismo específico dentro de uma estrutura social. Em resumo, para os neoliberais o trabalho abstrato não era consequência da forma capitalista de produção, mas da inabilidade da teoria econômica de prover uma análise concreta do trabalho. Esta análise concreta seria a teoria do capital humano.

Ela toma como partida a compreensão dos benefícios individuais que as pessoas que exercem o trabalho obtém. Para um assalariado o salário não é o preço de venda de sua força de trabalho, mas representa uma renda decorrente de um tipo especial de capital. Este não seria como outros tipos de capital, já que as habilidades, talentos e conhecimentos não podem ser separados das pessoas que os possuem. Esse capital humano é feito de dois componentes: as predisposições genéticas natas e o conjunto das habilidades adquiridas como resultado de “investimentos” como nutrição, educação, treinamento e também amor e afetos. Neste modelo, os assalariados não são mais empregados dependentes de uma empresa, mas empreendedores autônomos com total responsabilidade por suas próprias decisões de investimento e retornos financeiros. Eles são empresários de si mesmos.

Foucault, mais adiante sugere que as diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo são duas. A primeira é redefinição da relação entre o Estado e a economia. Na

17 Ibid. p.339

concepção neoliberal, ao contrário da versão liberal, o estado não define ou regula a liberdade de mercado, já que é ele mesmo o organizador e princípio regulador que regula o Estado. Por esse ângulo, o mercado controla o Estado e não o contrário. É a forma mercado que serve como princípio organizador do Estado e da sociedade. A segunda diferença é que ao englobar todo o campo social como uma esfera econômica, cálculos de custos e benefícios e critérios de mercado podem ser aplicados a tomadas de decisão para famílias, casamentos, vida profissional, etc. O indivíduo econômico que calcula racionalmente custos e benefícios é bem diferente do “*homo oeconomicus*” dos pensadores liberais do século XVIII.

Na versão liberal clássica, a liberdade do indivíduo é a pré-condição para a racionalidade de um governo, e este não deve constrangê-la se não quiser pôr em risco suas fundações. O neoliberalismo declaradamente une a racionalidade do governo a uma racionalidade da ação individual, entretanto, seu ponto de referência não é mais uma condição humana natural, mas uma forma artificial de comportamento. Não se coloca mais o princípio racional para regular e limitar a ação do Estado sobre a liberdade natural que todos deveriam respeitar, mas sim positivar uma liberdade artificialmente criada: o comportamento empresarial e competitivo dos indivíduos racionais. Enquanto que na versão liberal clássica, o indivíduo é um limite externo e a base da ação estatal, no pensamento neoliberal da escola de Chicago ele se torna um indivíduo manipulável em seu comportamento e “alvo de uma governamentalidade que sistematicamente muda a variável 'ambiente' e pode esperar que indivíduos sejam caracterizados por 'escolhas racionais' ” (LEMKE, 2001:11).

As formas neoliberais de governo colocam em cena não só intervenções diretas por aparatos de estado especializado, mas também desenvolvem técnicas indiretas para guiar e controlar indivíduos sem ser ao mesmo tempo responsável por eles. A estratégia de produzir sujeitos individuais responsáveis (e também coletivos, como famílias e associações) gera uma mudança na responsabilização por riscos sociais como enfermidades, desemprego, pobreza e para a vida em sociedade, transformando tudo em um problema de autocuidado.

“O atributo principal da racionalidade neoliberal é a congruência que ele se empenha em alcançar entre um indivíduo responsável e moral e um indivíduo econômico-racional. Aspira construir sujeitos responsáveis cuja qualidade moral é baseada no fato de avaliar racionalmente os custos e benefícios de certa ação em contraste com outras ações alternativas. Como as escolhas da ação são expressão de um livre arbítrio a partir de decisões autodeterminadas, as consequências da ação são arcadas somente pelo sujeito, que é também o único responsável por elas..”¹⁸¹⁹

18 *Ibid* p.12

19 Tradução do autor: “The key feature of the neo-liberal rationality is the congruence it endeavors to achieve

A partir da noção de governamentalidade a agenda neoliberal de retirada da intervenção do Estado poder ser decifrada como uma técnica de governo. A crise do keynesianismo, a redução das formas de intervenção do estado do Bem Estar social tem menos a ver com a perda de poder de regulação e controle do Estado mas podem ser interpretadas como uma reorganização e reestruturação das técnicas de governo, levando a competência regulatória do estado para os indivíduos “responsáveis” e “racionais”. O neoliberalismo encoraja os indivíduos a dar às suas vidas uma forma empresarial. Responde a uma demanda maior por espaço individual para autodeterminação e autonomia ao oferecer aos indivíduos e coletivos a possibilidade de participar ativamente na solução de questões e problemas específicas que até então eram responsabilidades do Estado. Essa participação tem um preço: os próprios terão que assumir responsabilidade por essas atividades e seus possíveis fracassos.

“Em outras palavras , o conceito de governamentalidade consiste em interpretar o neoliberalismo como um ideologia político econômica, mas acima de tudo como um projeto político que se empenha em criar uma realidade social que ele mesmo sugere já existir. Uma racionalidade política que tenta transformar o campo social em puramente econômico e associá-lo a redução do Estado do bem-estar social e sistemas de seguridade e o aumento da responsabilidade pessoal e do auto-cuidado. Dessa forma podemos decifrar a hegemonia neoliberal como uma técnica de poder na qual não só os corpos individuais, mas também atores coletivos e institucionais se tornem leves, “*clean*”, flexíveis e autônomos. Pensar então uma governamentalidade é focar não só na conexão entre níveis micro e macropolíticos, mas também destacar a relação íntima entre agências ideológicas e político-econômicas. Isto permite visualizar com maior nitidez os efeitos da governamentalidade neoliberal em termos de auto-regulação e dominação. Esses efeitos engendram não somente a reprodução de assimetrias sociais ou seu ofuscamento ideológico, mas são o produto da recodificação dos mecanismos sociais de exploração e dominação a partir de uma nova topografia do domínio social.”²⁰²¹

between a responsible and moral individual and an economic-rational individual. It aspires to construct responsible subjects whose moral quality is based on the fact that they rationally assess the costs and benefits of a certain act as opposed to other alternative acts. As the choice of options for action is, or so the neo liberal notion of rationality would have it, the expression of free will on the basis of a self-determined decision, the consequences of the action are borne by the subject alone, who is also solely responsible for them”

20 Ibid. p.13

21 Tradução do Autor: “In other words, the real theoretical strength of the concept of governmentality consists of the fact that it construes neo-liberalism not just as ideological rhetoric or as a political-economic reality, but above all as a political project that endeavors to create a social reality that it suggests already exists. Neo-liberalism is a political rationality that tries to render the social domain economic and to link a reduction in (welfare) state services and security systems to the increasing call for "personal responsibility" and "self-care". In this way, we can decipher the neo-liberal harmony in which not only the individual body, but also collective bodies and institutions (public administrations, universities, etc), corporations and states

2.2 Sujeito-empresa

Laval e Dardot em seu livro “A Nova Razão do Mundo” (2016) vão aprofundar os entendimentos sobre o neoliberalismo associando a governamentalidade e a leitura de Foucault aos processos socioeconômicos que vêm transformando as sociedades nas últimas décadas, a partir do que os autores denominam “A grande virada”. Esta, que é simbolizada pela chegada de Margaret Thatcher e Ronald Reagan ao poder, significou, principalmente, uma vitória ideológica do pensamento neoliberal e um rompimento com o compromisso social-democrata, com o keynesianismo, e com Estado do Bem Estar Social nos países centrais.

Uma leitura simplista da hegemonia neoliberal que se instalou a partir daí enxerga esta mudança como um esforço para reduzir a capacidade de intervenção do Estado, a propriedade pública de empresas, os sistemas de proteção social, as regulações trabalhistas. Porém, como destacam os autores, enquanto que muito do foco da crítica ao neoliberalismo se manteve nesta disputa entre redução e aumento da participação do Estado, é fundamental entender como na verdade a estratégia neoliberal se empenhou em mudar o tipo de intervenção do Estado, um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos.

“No fundo, se o compromisso social-democrata era sinônimo de intervencionismo do Estado, o compromisso neoliberal era sinônimo de livre mercado. O que se destacou menos foi o caráter disciplinar dessa nova política, que dá ao governo um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais, atribui-lhe a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio oficioso com grandes oligopólios, e talvez mais ainda, confere-lhe o objetivo de criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado. Em outras palavras, a atenção exclusiva que se deu à ideologia do *laissez-faire* nos desviou do exame das práticas e dos dispositivos encorajados pelos governos ou diretamente implantados por eles. Por consequência, a dimensão estratégica das políticas neoliberais foi paradoxalmente negligenciada pela crítica “antiliberal” padrão, na medida em que essa dimensão entra de

have to be "lean", "fit", "flexible" and "autonomous": it is a technique of power. The analysis of governmentality focuses not only on the integral link between micro- and macro-political levels (e.g. globalization or competition for "attractive" sites for companies and personal imperatives as regards beauty or a regimented diet), it also highlights the intimate relationship between "ideological" and "political-economic" agencies (e.g. the semantics of flexibility and the introduction of new structures of production). This enables us to shed sharper light on the effects neo-liberal governmentality has in terms of (self-)regulation and domination. These effects entail not just the simple reproduction of existing social asymmetries or their ideological obfuscation, but are the product of a re-coding of social mechanisms of exploitation and domination on the basis of a new topography of the social domain.”

imediatamente numa racionalidade global que permaneceu desapercibida”²²

Laval e Dardot destacam como esta grande virada não foi um movimento unívoco, como um grande complô, mas resultado da relação de uma série de fatores. O primeiro deles era a necessidade de responder à crise que o fordismo enfrentava no fim dos anos 60. Nesse sentido, o avanço político neoliberal caminhava na esteira da deterioração do acordo social-democrata que presumia um modelo de crescimento que “garantia certa solidariedade macroeconômica entre salário e lucro”.²³ As sociedades ocidentais do pós-guerra haviam consolidado um mercado doméstico e um ciclo de produção estável criando um arranjo que “articulava a valorização do capital e um aumento de salário reais – o que foi chamado de ‘compromisso social-democrata’ “. ²⁴

Este arranjo começa a ruir no fim dos anos 60 pela desaceleração dos ganhos de produtividade e um aumento da combatividade dos movimentos sociais e de assalariados, associados às revoltas anti-disciplinares com a emergência de movimentos relacionados às minorias sociais. A tais fatores se soma a crise do petróleo de 1973 e 1979, produzindo uma estagflação – a conjunção de inflação e desemprego altos– que “assina o atestado de óbito da arte keynesiana de pilotar a conjuntura, que pressupunha uma arbitragem entre inflação em recessão”²⁵.

Em relação ao aumento das pressões sociais, os autores citam como um relatório da Comissão Trilateral chamado *The Crisis of Democracy* constatavam um excesso de envolvimento dos governados na vida política e social e lamentavam um “excesso de democracia” que haveria surgido nos anos 60, e que esta somente poderia funcionar com “certo grau de apatia e de não participação de certos indivíduos e grupos” ou que haveria “um limite desejável para a ampliação indefinida da democracia política”²⁶

Pois, todo o conjunto de novas orientações econômicas que passam a se impor como resposta à crise do fordismo, entre eles, o aumento da taxa de juros, a privatização de empresas públicas, a desregulamentação da economia, partiam do pressuposto de que, diferentemente do keynesianismo onde a concorrência obedecera a regras comuns, a nova norma neoliberal “erige a concorrência em regra suprema e universal de governo.”²⁷ Nesse sentido, o próprio Estado agora incorpora uma lógica concorrencial tanto internamente como

22 Ibid. p.190

23 Ibid. p.195

24 Loc.Cit

25 Ibid. p.196

26 Loc.Cit

27 Ibid. p.199

externamente, disputando com outros Estados fatias de mercado mundial, e sendo obrigados a se adaptar às novas normas para serem aprovados por entidades globais como FMI e Banco Mundial.

“Os Estados tornaram-se elementos-chave dessa concorrência exacerbada, procurando atrair uma parte maior dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital. Assim, contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada. Ao mesmo tempo, atores e objetos da concorrência mundial, construtores e colaboradores do capitalismo financeiro, os Estados são cada vez mais submetidos à lei férrea de uma dinâmica de globalização que lhes escapa largamente. Os dirigentes dos governos e dos organismos internacionais podem sustentar assim, que a globalização é um *fatum* que ao mesmo tempo trabalha continuamente para a criação dessa pretensa “fatalidade”.²⁸

A crítica ao excesso de regulação e intervencionismo do Estado não precede portanto a imposição de um livre mercado em absoluto, mas serve para expandir a racionalidade neoliberal em direção aos sujeitos. Criticar o intervencionismo e a proteção social significava exatamente instigar uma concepção de racionalidade na qual tais práticas impediam a total realização deste sujeito que calcula sua vida a partir de critérios racionais econômicos. Dessa forma, seguro-desemprego e renda mínima criariam mais desemprego ao desestimular o empreendedorismo; políticas de distribuição de renda desestimulam o esforço individual, etc. O Estado querendo promover o bem-estar da população retirou dos indivíduos a responsabilidade sobre suas vidas, das necessidades de procurar uma ocupação, estudar, cuidar da família, se prevenir de doenças.

Segundo Laval e Dardot, a estratégia neoliberal buscará, portanto, não uma ausência de intervenção, mas uma intervenção que crie o maior número possível de “situações de mercado”, de expansão da lógica da concorrência, de mercantilização dos diversos aspectos da vida, da transformação de direitos adquiridos em serviços, provocando uma “obrigação a escolher” e incorporando “a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder no jogo, e mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser igual à lei geral da vida.”²⁹Com efeito, a racionalidade

28 Loc.Cit

29 Ibid. p.217

neoliberal expande a lógica da concorrência a partir do Estado e não contra ele, passando a produzir cada vez mais dispositivos de recompensas e punições, sistemas de estímulo e desestímulo para guiar as escolhas e condutas dos indivíduos.

Os autores demonstram como, de certo modo, o regime disciplinar cartografado por Foucault já continha em suas premissas a busca de um sujeito produtivo e corpos adaptados ao trabalho industrial, uma lei utilitarista da eficácia, da intensificação dos esforços e dos resultados e minimização dos gastos inúteis. Nesse sentido, os autores articulam a ideia de que já havia uma máquina de gestão das mentes e produção de uma felicidade dócil e disposta ao consumo. Não obstante, havia ainda uma distância para que tal discurso se tornasse unívoco, havendo espaço para considerações “sociais”, reivindicações de direitos, tradições jurídicas e religiosas, onde a norma da racionalidade econômica “continuou a ser contida por discursos heterogêneos a ele, a nova racionalidade do homem econômico continuou mascarada e embaralhada pela confusão de teorias.”³⁰

Ao contrário, o momento neoliberal homogeniza o discurso da racionalidade econômica, transformando o sujeito como um todo em empresa de si mesmo. Enquanto que a disciplina atuava pela coerção para a docilização dos corpos e dos espíritos, as técnicas de assujeitamento neoliberal se empenham em que o sujeito esteja envolvido nas atividades que deve cumprir. O sujeito se empenha como se a conduta viesse dele mesmo como ordem de seu próprio desejo.

“Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que , por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. [...] O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação do seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à que ele não pode resistir. A grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto que por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições mais duras e mais perenes.”³¹

30 Ibid. p.326

31 Ibid p.327

Essa racionalidade empresarial possui a capacidade de unir diversos tipos de relações de poder, dos tipos de existência, dos modos de convivência, dispersas em componentes da vida social e individual. A subjetividade-empresa assim se espalha por esses âmbitos exigindo um indivíduo heróico, que seja competitivo, flexível, competente, com iniciativa, que cuide da sua saúde, da sua formação, das suas relações sociais, com o objetivo de se tornar sempre mais eficaz. Não é surpresa que cada vez mais sejam recorrentes técnicas de autoajuda, autoestima, cuidado com o corpo, empreendedorismo, *coaching*. O indivíduo contemporâneo se vê atormentado pelo seu próprio desempenho a partir da lógica do esporte, da superação dos limites, na busca por experiências extremas. Este novo sujeito se adapta ao novo modo de produção pós-fordista pois é forjado a desejar sempre algo a mais. Ele rompe com o sujeito do fordismo, no qual o ciclo produção/poupança/consumo associava o “ascetismo puro do trabalho” vinculado a uma ética protestante, “à satisfação do consumo e a esperança de um gozo tranquilo de bens acumulados, exige-se do novo sujeito que produza sempre mais e goze sempre mais e, desse modo, conecte-se diretamente com um a mais de gozar que se tornou sistêmico”³²

Mais a frente, no próximo capítulo, vamos nos aprofundar em como este processo de produção do sujeito-empresa do neoliberalismo está relacionado com as máquinas de produção de afetos que irrigam o fluxo de informações diárias com produção de desejos de sucesso, transgressão, superação de limites e ao mesmo tempo engendram novos tipos de sofrimento psíquico. Isto para pensar como movimentos sociais e alternativas políticas estão trabalhando a questão afetiva a partir da produção de uma nova subjetividade que supere e invente novos modos de vida, uma nova razão do mundo, uma razão do comum.

Por ora, quisemos demonstrar, e este é o mérito de Laval e Dardot ao aprofundar a genealogia de Foucault, como esta racionalidade perpassa os diversos âmbitos da vida social comum.

“Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo”³³

32 Ibid. p.355

33 Ibid. p.379

O neoliberalismo se coloca, com efeito, como uma realidade construída, que requer uma intervenção ativa do Estado e uma modelação jurídica passando longe de uma concepção de livre mercado naturalista. Esse construtivismo, que Foucault identificava no ordoliberalismo alemão, pressupõe expandir uma lógica da concorrência como norma geral das práticas econômicas, e é o que faz do Estado ser interpretado cada vez mais como uma empresa, como um mecanismo gerencial em seu funcionamento interno e na relação com outros Estados. Dessa forma, conforma-se uma indistinção entre o direito público e o direito privado, ou seja, não há mais qualquer excepcionalismo para com o Estado. Este mesmo Estado que cria as regras para o mercado com as quais ele mesmo terá que se submeter e negociar, ao mesmo tempo em que deve conduzir indiretamente os indivíduos a conduzirem-se como empreendedores.

A crise da democracia liberal, portanto, decorre fundamentalmente deste processo de transformação do direito público em um sistema gerencial de “boa governança” a partir de práticas de gestão onde a qualidade da administração pública passa a ser medida em termos de rentabilidade e produtividade. A ideia de cidadania política tão cara às democracias liberais e ao acordo social democrata é paulatinamente substituído por uma “cidadania de consumo” onde os cidadãos empreendedores escolhem entre ofertas políticas. O acesso a bens e serviços é considerado cada vez menos um direito, mas resultado de relações de subsídios e contrapartidas. A reforma gerencial, desse modo, “atenta diretamente contra a lógica da cidadania social, reforçando as desigualdades sociais na distribuição de auxílios e no acesso aos recursos em matéria de emprego, saúde e educação, ela reforça as lógicas sociais de exclusão que fabricam um crescente número de 'subcidadãos' e 'não cidadãos'.”³⁴

A partir do momento que o desempenho e a eficácia se impõem como valores primordiais para a gestão da coisa pública, esta racionalidade gerencial suprime a importância de valores como por exemplo o respeito à liberdade de pensamento, às formas legais e aos procedimentos democráticos. Todos os aspectos das democracias liberais se tornam instrumentos, que mesmo mantidos em sua aparência formal, podem ser relativizados em nome de critérios técnicos, a ponto deste processo poder ser chamado de “desdemocratização”³⁵. Entramos em tempos onde se inutiliza na prática categoriais da democracia liberal, e onde

³⁴ Ibid. p.381

³⁵ Ibid. p.382

a suspensão da lei, o estado de exceção, se torna permanente.³⁶

Laval e Dardot argumentam, desse modo, que a razão neoliberal, não é necessariamente adepta a regimes totalitários ou democráticos, mas é em sua essência “ademocrática”. O ponto em questão é que para a razão neoliberal não há oposição entre democracia e totalitarismo, mas sim entre liberalismo e totalitarismo. A soberania relevante para os teóricos que subsidiaram o pensamento neoliberal é a do indivíduo racional e proprietário e sua relação com os outros indivíduos. O valor supremo é a liberdade individual, seja em qual regime ela exista. Desse modo, a razão neoliberal pode se adaptar muito bem à valores conservadores ou progressistas, reacionários ou transgressores, desde que esses se atenham à questão do indivíduo como unidade relevante. As histórias, desejos, culturas que se agenciam nas coletividades e nos valores comunitários se tornam irrelevantes.

Tal concepção nos é útil para pensar os dilemas recentes do progressismo norte-americano na eleição entre Hillary Clinton e Donald Trump. O espanto global com a vitória do magnata de discurso xenófobo e fascista e a ascensão do discurso do norte-americano médio macho-branco-adulto que se viu afetado pela crise financeira de 2008 não apaga o fato que a candidata democrata, defensora dos direitos das mulheres, negros e imigrantes, era a candidata preferida do *establishment*, da mídia, das corporações. Mas ambos os lados não se opõem a uma razão neoliberal, onde o indivíduo é supremo, seja ele branco e colecionador de armas, seja gay e pró-aborto, o *selfmademan* não ameaça a governamentalidade do empreendedorismo de si mesmo.

Talvez seja nos EUA o lugar onde esta subjetividade empreendedora seja mais desenvolvida, mas o ponto é que a crise das democracias liberais se manifesta na cada vez maior indistinção entre partidos e seus valores políticos. Seja no Brasil ou na Europa, onde a social-democracia é muito mais arraigada, a submissão aos critérios técnicos da racionalidade gerencial torna as fronteiras entre a esquerda e direita cada vez mais tênues, e em alguns momentos sequer presente.

Desse modo, o sucesso do neoliberalismo foi alcançado não somente pelas políticas de direita, mas principalmente pela adesão de uma nova esquerda, uma esquerda autodeclarada moderna e adaptada aos novos tempos da globalização. O maior símbolo dessa modernização se manifestaria na Terceira Via do trabalhismo inglês, aderindo aos ideais da responsabilidade

36 Não há exemplo melhor e mais atual do que a deposição da presidente Dilma Roussef em 2016 no Brasil. A partir de critérios técnicos contábeis justificou-se a suspensão do sufrágio universal e não é coincidência que a atuação do governo interino se dê em direção às políticas de corte de gastos e de direitos adquiridos, executando a cartilha neoliberal a toque de caixa.

individual, adaptabilidade e flexibilidade do trabalho ao mesmo tempo que questionava os parâmetros de justiça social do keynesianismo, e propondo métodos de gestão a partir de análise de metas e desempenho das funções do Estado. Essa adesão, por mais que ainda houvesse diferenças em relação à pura ortodoxia econômica, caracterizava o novo trabalhismo dentro de um mesmo quadro fundamental da racionalidade política e das práticas disciplinares características do neoliberalismo. Nada mais ilustrativo do que a anedótica resposta de Margareth Thatcher quando perguntada qual havia sido seu maior legado: Tony Blair e o novo trabalhismo.

Com efeito, a crise de representação que acomete as democracias liberais passa por esta hegemonia ideológica e administrativa que dominou o sistema político. Mesmo diante de uma crise sem precedentes como a de 2008, o sistema político foi incapaz de gestar qualquer tipo de alternativa e a conta do estouro das bolhas de endividamento público e privado recaiu mais uma vez sobre a maioria da população. O resgate aos bancos e as políticas de austeridade impostas pela Troika³⁷ aos países do sul europeu são sinais bem claros desta estranha não morte do neoliberalismo. Nesse sentido, é sintomático que o 15M tenha tido como lemas principais “Democracia Real Ya”, ou seja, que o sistema de representação política proporcione algum tipo de soberania e capacidade de decisão à população; e “Não somos mercadoria em mãos de políticos e banqueiros” identificando as relações espúrias entre o sistema político e o sistema financeiro.

De todo modo, a adesão da nova esquerda europeia a razão neoliberal não se dá meramente por um ativismo ideológico da direita ou algum tipo de mecanismo claro de persuasão, mas é sinal de como a racionalidade neoliberal se instala muito mais como uma razão do que como uma ideologia, podendo moldar políticas semelhantes no interior das mais diversas retóricas - sejam progressistas, conservadoras, tradicionalistas ou modernas. O essencial é a eficácia, as boas práticas de gestão, a boa governança, e que indivíduos não mais se identifiquem com ferramentas de solidariedade coletiva, mas que sejam incitados a cuidar deles mesmos e a calcular e maximizar seus recursos e interesses. Em outras palavras, “a estratégia neoliberal consistiu e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda parte comprometidos com relações de transição e concorrência no mercado.”³⁸

37 Troika é a designação atribuída à equipe composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

38 Ibid. p.243

2.2 Território-Espanha

Se anteriormente buscamos realizar um entendimento sobre esta razão-mundo que o neoliberalismo engendra abarcando os mais diversos âmbitos da sociedade, nesta seção buscaremos aprofundar como ele se manifesta no território espanhol. Apesar de, como afirmam Laval e Dardot, esta racionalidade se generalizar globalmente, cartografar um território nos permite ver a complexidade de interações e contextos históricos que compõem determinada realidade. O caso da Espanha não é diferente. Ali se conjugam diversas sedimentações que a racionalidade neoliberal não é capaz de banir ou apagar. De todo modo nos interessa observar como esta racionalidade se compõe e entra em conflito e gera tensões no corpo da sociedade. E como, obviamente, os movimentos sociais respondem e inventam trilhas alternativas a partir deste contexto.

Nesse sentido, a princípio identificamos alguns pontos onde se reflete a expansão da racionalidade neoliberal na Espanha. Em primeiro lugar, é necessário contextualizar o neoliberalismo na Europa e o papel da Espanha no ordenamento jurídico-político europeu. Laval e Dardot relativizam o mito de uma exceção europeia em relação ao ultraliberalismo anglo-saxão, onde a presença maior de um intervencionismo estatal e mecanismos de proteção social, diferenciariam os países europeus de uma realidade como a da estadunidense. Os autores identificam essa diferença, não a partir de um outro tipo de racionalidade, mas por haver na Europa a continuidade de diversas tradições, entre elas a da social democracia e da democracia cristã. Porém, este fato não impede que a racionalidade neoliberal penetre e se instale nas instituições e na vida social. A estratégia neoliberal europeia é inclusive anterior a grande virada dos anos 70 e tem suas origens no ordoliberalismo alemão que Foucault se empenhou em decifrar e sobre a qual nos ativemos anteriormente.

O melhor exemplo da influência ordoliberal é a implementação de um concorrencialismo entre os Estados que fazem parte do que hoje é a União Europeia, e que teve suas origens no Mercado Comum Europeu, que a partir do Tratado de Roma, de 1957, passou a criar regras escritas, instrumentos e institucionalidades que formaram a base de uma constitucionalização das liberdades econômicas fundamentais (a circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais). Esta constitucionalização “corresponde amplamente a realização dos princípios fundamentais do ordoliberalismo e, de modo mais geral do neoliberalismo europeu.”³⁹ Entretanto a realidade híbrida que é visível na constituição dos

39 Ibid p.252

Estados europeus não é fruto da aplicação da “economia social de mercado” profetizada pelos ordoliberais, mas sim consequência dessa hibridização entre tradições onde o social mantinha determinada autonomia do econômico - do keynesianismo, o estado social bismarckiano, a democracia-cristã – e os desdobramentos da implementação paulatina dos ideais ordoliberais, principalmente através da constituição da União Europeia e seus mecanismos de regulação supranacionais.

“O neoliberalismo europeu construiu-se e difundiu-se, assim, via construção europeia, verdadeiro laboratório em grande escala do ordoliberalismo dos anos 1930. Poderíamos argumentar, é claro, que os princípios ordoliberais tiveram de se conciliar com lógicas sociais, nacionais e políticas heterogêneas, mas foram eles que prevaleceram cada vez mais, como mostra melhor do que tudo o Tratado Constitucional e sua tentativa de constitucionalizar a economia de mercado”⁴⁰

Essa constitucionalização se revela no poder que a chamada Troika possui sobre as políticas monetária e fiscal dos países membro da União Europeia e sua maior expressão é a atual imposição das políticas de austeridade aos países afetados pela crise. Porém, apesar da generalidade da expansão da racionalidade neoliberal, é necessário salientar as diferenças ainda significativas entre as sociedades europeias e países dependentes do sul global, ou seja, não se deve perder a noção de que “o grau de fordismo e modernismo, ou de flexibilidade e pós-modernismo, varia de época para época e de lugar para lugar, a depender de qual configuração é lucrativa e qual não o é” (HARVEY, 2006:308). Nesse sentido, falar em fordismo, keynesianismo e, por derivação, em estado de bem-estar social ganha outros contornos e muitas especificidades quando se trata de economias periféricas dependentes, como é o caso do Brasil.

A expansão da racionalidade neoliberal ainda é incapaz de soterrar as diferenças entre as heranças jurídico-políticas de proteção social da Europa como as tradições coloniais e escravocratas brasileiras. Se a globalização liberou os capitais para migrar livremente entre os diferentes tipos de sociedade, as diferenças entre identidades culturais, o contexto histórico político e as condições socioeconômicas têm ainda raízes ainda fincadas no território nacional. Entretanto, é inegável que o neoliberalismo incide sobre tais sociedades gerando efeitos sempre múltiplos e controversos. Para aprofundar o entendimento desses efeitos na Espanha buscaremos amplificar três fenômenos: a crise imobiliária de 2008, a precarização do

40 Ibid. p.264

trabalho e da vida em geral e a crise de representação.

Entre finais de 1994 e princípio de 2008, a economia espanhola cresceu a um ritmo contínuo e sustentável, mais alto que a maioria dos outros estados europeus. Com uma elevada taxa de criação de empregos permitiu incorporar o maior contingente de força de trabalho na sua história, sete milhões de trabalhadores, sendo metade destes imigrantes do sul global. Essa euforia econômica tinha como motor o que os espanhóis chamaram de a “economia do ladrilho” (HERNANDEZ, LÓPEZ, 2010:15). A forte expansão do setor de construção se traduziu na produção de mais de 4 milhões de habitações enquanto o país se converteu a partir de um grande investimento estatal, no primeiro Estado da União Europeia em quilômetros de estradas expressas e trens de alta velocidade por habitante. “De todo modo, o dado mais significativo destes anos não estava na forte taxa de investimento imobiliário, mas sim no espetacular incremento do valor do patrimônio das famílias que cresceu mais de três vezes em somente dez anos, graças a contínua alta dos preços dos imóveis.”⁴¹

Hernandez e López apontam como um paradoxo o fato desse crescimento econômico ser paralelo a um modelo de emprego caracterizado por uma crescente precarização e segregação – pois mantinha-se também um apartheid legal dos imigrantes do Sul global - e pelo estancamento dos salários no largo prazo para pelo menos 60% da população. Para os autores, este fenômeno só foi possível através do rápido crescimento do crédito e a evolução da bolha imobiliária que permitiram um aumento significativo no consumo doméstico. Essa riqueza parecia ter beneficiado a todos, porque todos tinham acesso a compra de imóveis, o bem que estava servindo de base à bolha especulativa. O estouro da bolha em 2008 fez todo o cenário mudar. “Ninguém podia pensar então que, em pouco mais de um ano, a antiga riqueza se converteria em falências, endividamento, desemprego e a ameaça de uma implosão social de efeitos imprevisíveis. A crise demonstrou a enorme fragilidade das bases do modelo econômico.”⁴² Juan Guan Diaz, ativista e assessor da plataforma municipalista Málaga Ahora, faz uma análise da situação atual na Espanha e o avanço do neoliberalismo nas últimas décadas.

“Aqui a gente partia de uma conjuntura onde o estado de bem-estar social é presente, por mais que a Espanha não tivesse a mesma estrutura do Norte da Europa. Aqui existe uma mínima cobertura social e uma riqueza e patrimônio entre a cidadania que te permite sobreviver

41 Ibid. p.20

42 Ibid. p.21

em situação de desemprego, de cortes sociais. Mas a dinâmica tem sido o constante desmantelamento do estado de bem-estar social, privatizar os bens públicos, onde os serviços deixam de ser o fim e o que importa são os benefícios das elites que o gestionam. Portanto, foi um desmantelamento brutal e uma situação de desemprego muito grande, e mostra que foi uma crise do modelo de implantação da Espanha na União Europeia como lugar de turismo e construção. Não se buscou alternativas dentro do neoliberalismo para essa crise de modelo. Pelo contrário, o que interessa é seguir privatizando. O capitalismo já abarca todo o sistema produtivo mas falta o pequeno nicho: saúde, educação, pensões. Querem conquistar esse trio como novo nicho de negócio, mais do que o próprio negócio que não é tao rentável, mas para fazer seguros, que é financeirizar esses nichos, essa é a hipótese do capitalismo no Sul da Europa. O resto já conquistaram, as empresas públicas, telecomunicações, transporte, energia, a entrada na União Europeia quase que te obrigava a cumprir essas condições.” (Juan Guan Diaz, 2015)

A economia do ladrilho também foi denominada “tsunami urbanizador” (DURÁN, Online⁴³) e reflete o processo violento no qual o capital financeiro e especulativo migrou para a área da construção e habitação, buscando investimentos de baixo risco e alto retorno, desregulamentando e promovendo reestruturações urbanísticas sem planejamentos, transformando o tecido urbano em área de especulação. Muito dessa expansão não se deveu somente a demanda interna, mas também ao aumento de residentes comunitários, vindo de outros países do continente e o aumento expressivo do turismo. A Espanha se tornou nas últimas décadas a “grande Flórida da Europa”⁴⁴ principalmente devido as suas características climáticas e a proximidade que oferece aos turistas europeus. Nesse sentido, o território espanhol revela-se um lugar privilegiado para observar a expansão do urbanismo neoliberal contemporâneo onde o território se submete à lógica da concorrência tornando-se cidades-empresa.

“Observa-se que, na ponta dos processos de segregação social em áreas urbanas de interesse do mercado, vem sendo utilizado o discurso da revitalização, que, na prática, representa uma política que visa à substituição do público que frequenta, habita e utiliza determinadas regiões por outros públicos, de classes mais abastadas. A partir dos anos noventa, percebe-se

43DURÁN,R.“El Tsunami urbanizador español y mundial”. Online. Disponível em: http://www.nodo50.org/ramonfd/tsunami_urbanizador.pdf. Acesso em: 12/10/2016

44 Id.

que, em geral, os processos de gentrificação evoluíram de renovações arquitetônicas ou urbanísticas pontuais e esporádicas para uma estratégia urbana municipal aliada ao setor privado. A partir dessa fase, a gentrificação passa a integrar políticas urbanas que visam colocar antigos centros em evidência no competitivo mercado global e o urbanismo torna-se, assim, peça fundamental para as estratégias de marketing da cidade empresa.“ (RENA *et al*, 2013:1)



Figura 1: Trajeto de Deriva realizada na costa mediterrânea espanhola em julho de 2016



Figura 2: Cartaz no centro de Barcelona "Tourism Kills the City"

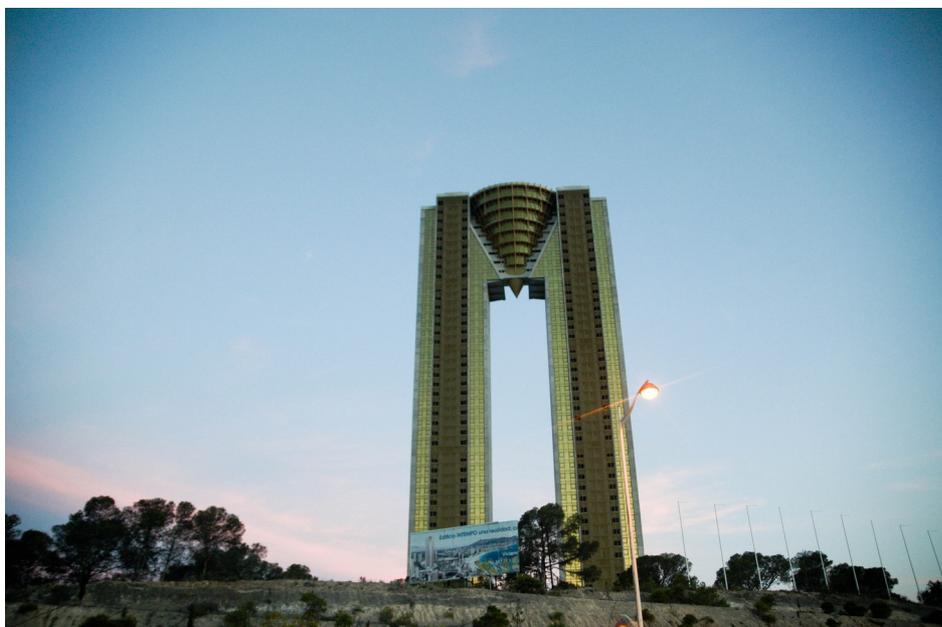


Figura 3: Construção de prédio abandonado no município de Benidorm, Valencia

Na figura 1, podemos ver o trajeto para realização da deriva entre Cádiz e Barcelona onde passamos por algumas das cidades mais afetadas por processos de reorganização espacial.⁴⁵ Os projetos arquitetônicos de revitalização de áreas degradadas (Figura 4), a transformação dos centros das cidades em áreas quase que exclusivamente voltadas ao turismo, a transformação de pequenas cidades do litoral em canteiros de obras faraônicas (Figura 3) são alguns exemplos dos processos de segregação social que são desencadeados a partir dessa reorganização forçada do espaço. A crise do setor turístico em Barcelona, que recebe 32 milhões de turistas ao ano, e os conflitos em torno das políticas de regulação, levadas a cabo pela atual prefeitura da cidade, é uma das evidências desse processo.

“Em Barcelona, a crise da democracia que está acontecendo em toda a Europa foi acompanhada pela substituição do Estado do Bem Estar social por um estado coletor de dívidas e a crise do regime pós-franquista (um regime controlado por Bruxelas) e deslegitimado pela cleptocracia e corrupção sistemática. A crise do turismo em Barcelona é mais uma prova do vazio das promessas do neoliberalismo, de que a desregulamentação e a

45 Deriva realizada com os pesquisadores Natasha Rena, Talita Lessa e David Alvarez do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG

privatização vão nos fazer prosperar. “(COLAU, Online)⁴⁶⁴⁷

Uma das principais áreas do “tsunami urbanizador” é a Costa do Sol que se estende no litoral da província de Málaga e outros trechos da costa mediterrânea. Este trecho do litoral mediterrâneo espanhol caracteriza bem a expansão da bolha imobiliária no país. Centenas de casas luxuosas, a maior concentração de campos de golf da Europa. Málaga, a capital da província, virou recentemente alvo de processos de revitalização e ponto de parada de cruzeiros turísticos. Muitos dos ativistas com quem conversamos ironizam este capital turístico que vem sendo criado artificialmente na cidade. Por exemplo, construiu-se na cidade uma filial do Museu parisiense *Pompidou* e uma réplica da *Noria* londrina. Se a Costa do Sol foi um dos lugares onde a euforia da construção imobiliária se efetuou com mais intensidade, o mesmo se passou com os efeitos do estouro da bolha de endividamento. Alguns relatos recolhidos nas entrevistas reafirmam esta percepção.

“A Costa do Sol em Malaga é um caso paradigmático do capitalismo mais depredador. Se vier aqui sem saber nada, a primeira coisa que você percebe é que se acabou com o meio ambiente, quilômetros e quilômetros de litoral com construções fora de toda lógica, campos de golf, povoados destruídos, convertidos em *resorts* para um turismo sazonal. Era o modelo que sustentava bolha. Se construiu na Espanha mais que em todos os países mais povoados da Europa juntos. Quando a bolha estoura, aqui em Málaga é o primeiro lugar afetado pela crise, provocando o retorno de imigrantes, agora a gente tem mais de 30.000 famílias sem qualquer tipo de renda, desempregados há muito tempo. E que não recebem ajuda. Isso se traduz em famílias em pauperização, gente dormindo nas ruas, colapso da rede de serviços sociais“ (Santí Patón, 2016)

“Em 2007, antes do estouro da bolha em Málaga, já havia uma bolsa de pobreza mas se invisibilizava porque fluía dinheiro. Havia muita construção, muito gasto de dinheiro. Mas já existia pobreza. Depois, afetou muito mais famílias, inclusive famílias que antes eram classe média e tinha uma vida razoável.” (Ysabel Pituskaya, 2016)

46 Tradução do Autor: “In Barcelona, the democratic crisis that is taking place across Europe has been accompanied by the replacement of the welfare state with the debt-collecting state and the crisis of the post-Franco regime (a regime controlled by Brussels), and delegitimised by kleptocracy and systematic corruption. The tourism crisis in Barcelona is further proof of the emptiness of the promises of neo-liberalism that deregulation and privatisation will allow us all to prosper.”

47 Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/02/mass-tourism-kill-city-barcelona>
Acesso em: 20/06/2015

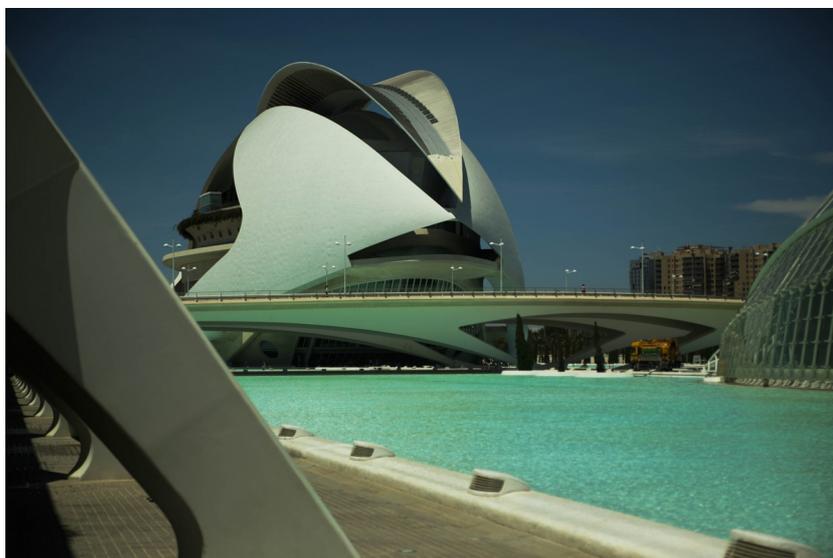


Figura 4: Revitalização da Região Portuária de Valencia
Fonte: Autor

Desse modo, a crise imobiliária está diretamente conectada com desencadeamento do processo de pauperização inédito até então na Espanha. Primeiro, um sobre-endividamento das famílias e, como indicador da gravidade da situação, um aumento da taxa de inadimplência de 500% entre o primeiro trimestre de 2007 e o terceiro trimestre de 2009 (MONTERDE, 2015). O número de desempregados subiu de 1,8 milhão em 2007 para 4,91 milhões no primeiro trimestre de 2011 e mais de 1,3 milhão de lares com todos seus membros sem trabalho. Segundo a Plataforma de Afetados pela Hipoteca o número de despejos chegou a 171.110 desde o começo da crise em julho de 2008.

Por mais, portanto, que a Espanha tivesse na sua tradição sistemas de proteção social, este cenário se revelou dramático ao final da crise. As consequências materiais revelaram um empobrecimento geral de toda a sociedade, não só de setores de risco e exclusão mas também uma parte que era considerada classe média, precarização acelerada das condições de trabalho, cortes em serviços sociais como saúde e educação e um mal-estar geral entre os jovens cujo índice de desemprego era de 51,8% ao final de 2014.⁴⁸⁴⁹

Esse processo ressalta o fato de que o neoliberalismo incide sobre a vida das

48 Id.

49 Em maio de 2016 realizamos um vídeo documental em um dos bairros mais degradados de Sevilla, as “3 mil viviendas”, um conjunto habitacional dos anos 70, na periferia da cidade. Fomos conhecer a iniciativa da ocupação Ressurgir Sur, de um grupo de mulheres desempregadas que ocuparam o espaço da prefeitura pra fazer uma cozinha comunitária. O vídeo realizado está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S65G9BGtKho>

populações de formas distintas. Clara Valverde (2016, Online⁵⁰) define este processo como uma necropolítica neoliberal. Não no sentido que os governos e corporações matem a população, mas efetuam políticas de morte, deixando que corpos não rentáveis, que não produzem ou consumam, padeçam, deixando morrer os “dependentes, os sem teto, os enfermos crônicos, os refugiados que se afogam no mar, os imigrantes nos CIE's⁵¹“. Por outro lado, a população considerada rentável, se vê na lógica concorrencial exacerbada, e é incapaz de se solidarizar com a parte excluída. “O poder neoliberal se assegura de que os incluídos não se fiem dos excluídos, que os vejam como estranhos, diferentes, desagradáveis e não se solidarizem com eles.”⁵²

Entretanto, a emergência do 15M como fenômeno de certa forma responde aos dois estratos da população. São muitos relatos sobre como esta era a geração de jovens mais bem preparada da Espanha – seguindo a cartilha do investimento em seu capital humano - com estudos universitários, pós-graduações, e com a crise veem suas expectativas de retorno frustradas, na incapacidade de se tornar independentes financeiramente.



Figura 5: Cartaz da Campanha V de Vivienda

50 VALVERDE, C. “El neoliberalismo aplica la necropolítica, deja morir a las personas que no son rentables”. Disponível em: http://www.eldiario.es/catalunyaplural/neoliberalismo-aplica-necropolitica-personas-rentables_0_479803014.html

51 CIE são os Centros de Internamiento de Extranjeros onde imigrantes ilegais são retidos.

52 Id.

A manifestação “V de Vivienda” em 2006, já antecipava os efeitos que a bolha imobiliária produziria com o mote “*No vas a tener casa em la puta vida*” (Fig. 5). Um dos vídeos campanha do partido Podemos para as eleições nacionais mostrava um jovem que trabalhava em Londres e lamentava a crise espanhola e a impossibilidade de achar trabalho em seu país de origem e perto de seus amigos e família⁵³. Uma clara distinção entre esses dois estratos da população talvez esteja no drama na imigração. Jovens espanhóis expatriados trabalhando legalmente em outros países da União Europeia e imigrantes e refugiados submetidos a encarceramento nos CIE's ou morrendo afogados nas águas do Mediterrâneo. José Candón, um de nossos entrevistados, assessor de imprensa do Podemos na Andaluzia, destaca como essa brecha geracional é constituinte do fenômeno 15M:

“Se produziu uma mudança geracional. Uma geração preparada, com estudos universitários, que se viu em um fenômeno de privação relativa com frustração de expectativas criadas. E essa gente formada, educada na classe média e na prosperidade, se encontrou com uma precariedade de trabalho absoluto, com problema de acesso a habitação. Então o 15M surge nesse contexto onde as capacidades objetivas e subjetivas para uma revolta estavam presentes. Foi a primeira geração para quem se tornou mais difícil se independizar do que seus pais, e ao mesmo tempo que tinham mais informação, nessa mescla, se produziu esse fenômeno revolucionário.” (JOSE CANDON, 2016)

Outro aspecto muito relevante para constituição da crise na Espanha é a crise de representação que tem como principal característica a indiferenciação entre os espectros políticos, como já observamos acima. Historicamente, desde a transição da ditadura franquista ao regime democrático da constituição de 78, o bipartidismo havia dominado a cena política, exceto em algumas regiões com questões de identidade nacionais separatistas, como na Catalunha e no País Basco. Mas a liderança nacional se revezou desde 78 entre o PSOE, o partido socialista, e o Partido Popular, conservador e com estreitos laços com o franquismo. O primeiro, vitorioso após a transição, gabava-se de ter fortalecido o Estado do Bem Estar Social a partir dos anos 80 sob a tutela de Felipe González. O PP manteve suas raízes conservadoras, cativando o catolicismo tradicional e nacionalista. Porém, se havia uma distinção histórica entre os partidos e forças políticas polarizadas entre o conservadorismo e a social-democracia de centro-esquerda, esta linha passou a se tornar cada vez mais tênue na

53 Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7NrHGDN-7-0>

percepção política dos espanhóis.

Em primeiro lugar pelos escândalos de corrupção que recaíram sobre os dois partidos e o aumento da percepção de que o sistema político fora todo contaminado pela lógica de relações escusas entre o setor público e privado. Essa percepção se manifestou em dos lemas principais do 15M: “*no somos mercancia em manos de politicos e banqueiros*”. O clima “*que se vayan todos*” se manifestou, por exemplo, em iniciativas como o “No Les Votes”⁵⁴, movimento nascido para lutar contra Ley Sinde⁵⁵, que buscava regulamentar a propriedade intelectual na Internet e restringir a liberdade de compartilhamento de arquivos entre outras sanções e que ,posteriormente, passaram a questionar todo o sistema político. Antonio Calleja-Lopez nos relata como a diferença entre o primeiro e segundo manifestos do “No Les Votes” demonstravam essa passagem:

“Há uma virada muito clara do primeiro manifesto do Nolesvotes ao segundo. O primeiro era muito mais sobre internet, copyright, copyleft, liberdade na rede, e o segundo sobre bipartidismo, corrupção, eles lançam o corruptódromo,⁵⁶ um mapa da Espanha com todos os casos de corrupção.”
(Antonio Calleja-Lopez , 2016)

Porém, onde mais nitidamente se demonstrou a indistinção entre esquerda e direita foi na aplicação de políticas de austeridade fiscal e corte de direitos sociais que se afirmaram no decorrer da crise. O aporte de recursos públicos para resgatar a solvência do setor bancário e imobiliário espanhol entre 2008 e 2011 provocando um grande endividamento e financeirização das contas públicas do Estado sob o governo do PSOE foi um claro indicador dessa indistinção e catalisador dos sentimento de indignação. A Espanha, entre seus pares da União Europeia, havia sido o país que mais havia destinado recursos públicos ao setor imobiliário. (HERNANDEZ, LÓPEZ, 2010). Outro marco deste processo, é a alteração polêmica do artigo constitucional 135⁵⁷, em setembro de 2011, que limitava o endividamento do Estado e priorizava o pagamento da dívida no orçamento público. Mesmo após o grande impacto do 15M e subseqüentes manifestações populares, um acordo entre as bancadas do PSOE e PP assegurou a aprovação da lei. Estes fatos manifestaram a vulnerabilidade que Estado tem em relação aos processos de dependência financeira onde as decisões em torno do

54 Ver: <https://wiki.nolesvotes.org/wiki/Portada>

55 Ver: [https://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_EconomC3%ADa_Sostenible](https://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Econom%C3%ADa_Sostenible)

56 Ver :<https://wiki.nolesvotes.org/wiki/Corrupt%C3%B3dromo>

57 Ver: https://es.wikipedia.org/wiki/Reforma_constitucional_esp%C3%B1ola_de_2011

gasto estatal estavam vinculadas aos desejos do setor financeiro, priorizando sua remuneração e desamparando a função social dos poderes públicos.

Se este processo de espoliação pela dívida é característica global das democracias liberais atuais, é necessário adicionar mais elementos como especificidades do território espanhol, que se somam para o entendimento da emergência dos movimentos contemporâneos como o 15M. Pois estes são a herança e traumas da guerra civil espanhola e da ditadura franquista de 40 anos. Em primeiro lugar, há, segundo Valverde (2014) uma herança psicossocial da violência e silenciamento de qualquer dissidência durante o regime de Franco, que dá lugar a repetição de maneiras de ser e comportar-se, e a padrões relacionais que se reproduzem de uma geração à outra. A tal processo, soma-se a instalação de uma cultura da transição (MARTÍNEZ, 2012), referindo-se a transição entre o regime franquista e o chamado regime de 78 que criou as condições para o retorno da democracia e a afirmação do bipartidismo. Esta cultura se afirma no desenvolvimento de um modelo cultural, social e político dominante que se construiu a partir dos acordos da transição. Segundo Monterde (2016) essa cultura se constrói de uma maneira vertical para impor um discurso hegemônico que expande a cultura da normalidade. Essa normalidade inclui não abrir as feridas da violência, assassinatos e desaparecidos da ditadura franquista e produz a hegemonia do bipartidismo como modelo de superação do período fascista. A emergência do 15M e seus movimentos subsequentes pela primeira vez rompe com essa cultura da transição, questiona a hegemonia do regime de 78, e em dezembro de 2016 foi capaz de interpor um momento de ingovernabilidade criando um impasse político para composição do governo.⁵⁸

“É uma das poucas vezes que Espanha é vanguarda em algo. Na segunda república se produziu um momento de esplendor, um esplendor cultural, social. Aqui tivemos a Segunda Guerra Mundial em miniatura. Era tão vanguarda que tínhamos muitos inimigos e nenhum amigo. Mas depois disso a repressão de Franco durante 40 anos. Franco não era um ditador brando. Exterminou proporcionalmente mais que Hitler. E ele ganhou uma guerra e ganhou a transição. E agora estamos ganhando essa transição. É a primeira vez que o poder passa a defender a transição porque antes ele só precisava transmiti-la. Inclusive a geração mais velha questiona isso, porque havia muito medo na época. Mas nossa geração não tem mais

58 Ver artigo de nossa autoria sobre as eleições espanholas de 20 de dezembro de 2015.

DJAHJAH-BONORANDI, G. **Uma Espanha Plurinacional e Ingovernável: o 15M chega ao congresso!**. Disponível em: <https://medium.com/@djahjah/uma-espanha-plurinacional-e-ingovern%C3%A1vel-o-15m-chega-ao-congresso-2dde5c6c3351>

esse medo. Queremos algo melhor. Porque vendiam a transição como exemplo para dar ao mundo, mas a transição é um contra exemplo. Dentro do que se podia na época era o possível, tudo bem, mas podemos fazer mais. Hoje não temo pelo minha vida em uma manifestação, entendo que no contexto era o que se podia fazer. Mas hoje podemos fazer mais. A ditadura de Franco acabou porque era disfuncional. Agora está se questionando isso. Já não tinha consistência, mas agora começou a desmoronar.” (José Candón, 2016)

É importante reconhecer que a expansão da racionalidade neoliberal se expressa materialmente na precarização em geral da vida, na produção do “homem endividado” (LAZARATTO, 2013), a partir do recorrente recorte de direitos sociais e financeirização do acesso a direitos fundamentais como habitação, educação e saúde. Processos estes guiados por lógicas indiferentes ao sistema de representação política vigente, colocando este em permanente crise. Nos é caro perceber, entretanto, que os efeitos da crise econômica e da crise de representação na Espanha estão imbricados com questões do contexto regional, no caso o regime jurídico-político que compõe a União Europeia, e também locais, que inclui a recente história política espanhola, incluindo-se as identidades nacionais que subjazem os movimentos separatistas, principalmente na Catalunha e no País Basco, grandes pólos econômicos do país. Pois, ao nos dispormos a estudar os movimentos-sociais e suas dinâmicas arriscaríamos cair no erro de considerar que tais processos – assim como os fluxos de capitais – são globais. Monterde⁵⁹ destaca esse caráter transnacional nas manifestações convocadas com auxílio de ferramentas digitais, na colaboração em rede e na multiplicação de identidades coletivas efetuando uma *plaza global*. Com a idéia #globalrevolution, equiparam-se fenômenos que aconteceram em países tão díspares como Egito, Tunísia, EUA, Espanha, Brasil, Turquia, entre outros.

“Estos días somos testigo y parte de la toma de la red, de la reapropiación de las herramientas, de la viralidad maquina de un movimiento en red, global, que nos debe permitir entender y pensar sobre la potencia de las plazas en su dimensión conectada. Por otro lado, es destacable la potencia de la red en la comprensión de los nuevos procesos que ya hoy se están abriendo. Por destacar algunos de los más importantes: la creación de nuevas plataformas que deben y pueden permitir afinar el trabajo y distribuirlo para superar los límites de la actual organización. Lo que está claro es que el proceso está abierto y la transmisión de aprendizajes entre la plaza y la red es permanente”⁶⁰

59 MONTERDE, A. “**La potencia de la cooperación em la plaza global**” . Disponível em: <http://www.madrilonia.org/2011/05/la-potencia-de-la-cooperacion-se-encarna-en-la-plaza-global/>. Acesso em 23/03/2017

60 Id.

Se neste capítulo nos propomos a pensar o neoliberalismo como fenômeno global, ao mesmo tempo buscamos salientar especificidades que separam as realidades regionais e nacionais. O cenário de terra arrasada no Brasil pós-golpe de Estado, por exemplo, com o contínuo ataque aos direitos sociais, desmonte de políticas públicas e implementação de uma política econômica declaradamente neoliberal permite perceber que o cenário é muito mais complexo do que a narrativa simplista da #globalrevolution pressupunha. Apesar dessa ressalva, as iniciativas que emergiram na Espanha pós-15M são de extrema relevância, pois estas têm em seu cerne o reconhecimento do neoliberalismo como fenômeno primordialmente biopolítico e produtor de subjetividades. Outrossim, produziram apostas emancipatórias que buscam superar o mantra de que “não há alternativas” a esta governamentalidade. Sobre elas, nos debruçaremos nos próximos capítulos.

3. Afetos

3.1 Multidão

Para enriquecer o entendimento da concepção da subjetividade-empresa que Laval e Dardot nos expõe, é útil compreender o pensamento da autonomia italiana que tem influência significativa em parte dos movimentos espanhóis. Para pensar o mundo atual, Negri e Hardt (2005) vão propor uma ontologia da Multidão diante de um cenário onde o investimento na produção cognitiva de indivíduos imersos em redes de computadores, fluxos de informação instantâneos e contínuos e circulação intensa de dados e imagens, são o reflexo desse momento histórico onde afetos, códigos, ideias e formas de comunicação – formas de vida comum - são alvo de expropriação.

A interpretação da emergência do neoliberalismo que a autonomia italiana produz, postula que após a era de ouro do fordismo no pós-II Guerra Mundial, o arranjo social-democrata começa a ruir no final de década de 60, tendo como símbolo maior as revoltas anti-disciplinares de maio de 68. Estudantes que se recusavam a enfileirar as filas das fábricas, mulheres que rejeitavam o patriarcalismo e a imposição de um trabalho não assalariado, minorias que não queriam mais se sujeitar ao racismo e à discriminação, operários que se recusavam a trabalhar. Essa diversificação de lutas é entendida pela autonomia não como uma negação da classe trabalhadora, mas como um florescimento, uma diversificação e multiplicação de demandas. Ela reconhece o trabalho não só no sentido formal do operário assalariado, mas nas diversas esferas de produção e de reprodução da vida as quais a sociedade fordista abarcava.

Ao mesmo tempo, se o Estado do bem-estar social foi desintegrado em prol da ideologia neoliberal simbolizada pela ascensão de Reagan e Thatcher nos anos 80, as inovações tecnológicas da revolução informática levaram ao extremo a automação cibernética das fábricas tornando-as quase que completamente independentes da atuação humana. E descentralizaram-se os processos de produção através das tecnologias de comunicação e circulação de bens, inserindo todo o planeta na atividade produtiva e no mercado de consumo.

Não só a produção capitalista se expande geograficamente, mas também o alcance do que ela transforma em mercadoria. Criando mecanismos cibernéticos de vigilância, mapeamento e controle dos indivíduos, o capital recorre cada vez mais aos fluxos de informação para expandir seus domínios e aumentar sua produtividade. Com a crescente

automação das fábricas, o trabalho intelectual passa ser o objeto de expropriação. As mudanças na gestão das empresas agora globalizadas passam por diversas transformações, como a segmentação dos mercados de nicho, o *just in time*, o mapeamento dos desejos dos consumidores, a ampliação das pesquisas de mercado, as técnicas de marketing, a reestruturação das corporações. A sociedade afluyente da informação, cuja opulência é defendida pelos teóricos do pós-industrialismo, é a própria extensão dos tentáculos do capital sobre diversos aspectos da sociedade que ainda não haviam sido mercantilizados.

Para Negri, a decomposição que o capital faz do operário-massa ao expandir os seus domínios faz emergir então um novo tipo de subjetividade que passa então a se recompor em um novo tipo de trabalho. Se na era do operário profissional o capital se concentrava na fábrica, e na era do operário-massa, a fábrica era o centro por onde a sociedade se organizava, nesse novo momento, a fábrica é com a ajuda indispensável das tecnologias da informação, disseminada na sociedade, desterritorializada, dispersa e descentralizada em suas operações, uma fábrica sem muros: a fábrica social. E o sujeito desse processo produtivo que se tornou coexistente com a sociedade é o operário-social. Não é mais só o tempo do operário que é expropriado, mas também do espectador, do consumidor, de qualquer tipo de ação produtiva. Estamos inseridos em um contexto onde o capital “penetrou a sociedade não para seguir ou se informar, mas para antecipar, organizar e submeter cada uma das formas de trabalho cooperativo para gerar um nível maior de produtividade”. (DYER-WHITEFORD, 1999:312)

“Nessa situação, onde a localização espacial da exploração não é mais a fábrica mas a rede e sua medida temporal não é o dia de trabalho mas a duração da vida, Negri observa que nós fomos 'além de Marx' . O conceito original de Marx de 'submissão real', a incorporação da sociedade pelo capitalismo foi realizado e ultrapassado.[...] Mas a relação de exploração de onde esse conflito emergiu – a extração de atividade não paga do trabalho – persiste.”⁶¹

Aqui emerge a centralidade do trabalho imaterial como forma de produção hegemônica na contemporaneidade e o entendimento de que a passagem para uma sociedade da informação é exatamente essa passagem para a hegemonia do conhecimento e da inovação na criação de valor no interior da economia capitalista.

“O tempo em questão era um tempo sem outra memória senão a corporal, a do gesto e de uma cooperação estática, inscrita na divisão

61 loc. cit

técnica do trabalho e determinada segundo os códigos da organização científica do trabalho. No pós-fordismo, esta exceção que era a inovação se torna a regra. A valorização repousa então sobre o conhecimento, sobre o tempo de sua produção, de sua difusão e sua socialização que as NTIC permitem, enquanto tecnologias cognitivas e relacionais. A um tempo sem memória, tempo da repetição, opõe-se um tempo da invenção, como criação contínua do novo. (CORSANI, 2003:17)

Porém, essa magnitude da mercantilização da atividade humana não elimina a luta de classes, mas a transmuta. A luta de classes reaparece em uma série de pontos de conflito dentro das redes de comunicação. O trabalho que se rebela não é mais representado pelas organizações de vanguardas centralizadas, mas é policêntrico, se manifesta na experimentação de coalizões, redes de ativistas, rizomas, movimentos anti-globalização, nas diferentes demandas do ambientalismo, das culturas da periferia e das demandas das camadas pobres e não assalariadas da população mundial. Este seria um novo ciclo de lutas, o ciclo de lutas do operário social.

Desse modo, se o capital estendeu seus domínios a toda e qualquer relação social, tornando-as produtivas para si, esse movimento também fez com que se multiplicassem os pontos potenciais de ruptura. Os conflitos da era fordista levaram o capital para cada vez mais interligar computadores, telecomunicações e mídia em redes cada vez mais extensivas. A produtividade do trabalhador depende cada vez mais de uma elaborada rede de sistemas informáticos. A fábrica social depende da crescente identidade entre os processos produtivos e formas de comunicação. E nesse ponto, Negri faz uma distinção importante para se compreender a maneira como o capital se apropria do trabalho produtivo, cooptando a comunicação e cooperação de um trabalho vivo, o transformando em informação hierárquica, vertical e centralizada. Mas, por outro lado, a comunicação viva do trabalho é distribuída, transversa e dialógica. E é nela, na comunicação, que hoje reside o campo de disputa entre capital e trabalho.

Portanto, indo para além de qualquer determinismo tecnológico, é necessário reconhecer que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) respondem à crise do fordismo enquanto forma de produção, e articulam novas condições sócio-técnicas com o “objetivo de produzir novos territórios de mercado e novas marcas, físicas e simbólicas, de sujeição social” (CABALLERO, 2009:5)

“La centralidad presumida de la comunicación y la cultura no deriva

pues de la omnipresencia pública de los medios de comunicación colectiva, sino más bien de las transformaciones estructurales del mundo del trabajo, centrado cada vez más, como decimos, en las formas de producción cooperativa comunicacional y afectivas. En resumen, la creación de riqueza tiende, en la economía informada, hacia lo que Negri denomina producción biopolítica – la producción de la misma vida social – en la cual lo económico, lo político y lo cultural se superponen e infiltran crecientemente entre sí.”⁶²

O conceito de multidão emerge exatamente desse contexto onde a “a lógica do capital [...] se estende para campos sociais que, até hoje, permaneceram fora da lógica de mercado: combinações genéticas, elementos da biosfera, modalidades diversas de conhecimento herdadas do passado. (HERSCOVICI, 2006:10). É este trabalho cooperativo que busca mantê-lo sob domínio comum e impedir sua subsunção como trabalho intelectual. Mas esta, a multidão, não é um novo sujeito determinado historicamente, mas se manifesta como potência em pontos de articulação distintos através das redes de produção, através das linguagens, afetos e subjetividades, lutando para que estas não se privatizem sob o jugo do capital.

Nesse sentido, o olhar sobre o comum deve-se voltar para esse conflito que se insere sobre as relações sociais, pensando a comunicação vinculada à ação, ao desenvolvimento e às necessidades radicais dos sujeitos e conjuntos humanos. Como interpela Caballero: “deve-se tratar de articular novas formas de organização que facilitem a autonomia social e a construção de um conhecimento complexo, vinculando física, material e socialmente os nós das redes que nos produzem. (CABALLERO, 2009:17)

“Nossa leitura não identifica a biopolítica com poderes localizados e produzidos sobre a vida – ou seja, a produção de afetos e linguagens através da cooperação social e da interação dos corpos e desejos, a invenção de novas formas da relação entre o eu e os outros, e por aí em diante – mas também afirma a biopolítica como a criação de novas subjetividades que são apresentadas de uma só vez como resistência e desubjetivação.” (HARDT, NEGRI, 2009:58)⁶³

3.2 Subjetividades e Comunicação

O que difere as leituras de Laval e Dardot e de Hardt Negri é que enquanto os

62 loc. cit.

63 Tradução do Autor: “Our reading not only identifies biopolitics with the localized productive powers of life – that is, the production of affects and languages through social cooperation and the interaction of bodies and desires, the invention of new forms of the relation to the self and others, and só forth – but also affirms biopolitics as the creation of new subjectivities that are presented at once as resistance and de-subjectification”

primeiros identificam uma agência ativa nos dispositivos de produção do sujeito empreendedor de si e na conseqüente lógica concorrencial que se infiltra no conjunto das relações sociais, os últimos pressupõem que as subjetividades cooperativas e inventivas – o operário-social - já estão dadas, sendo sua tarefa subtrair-se do biopoder onipresente do Império.

“De uma perspectiva socioeconômica, a multidão é o sujeito comum do trabalho, ou seja, a carne real da produção pós-moderna, e ao mesmo tempo o objeto a partir do qual o capital coletivo tenta formar o corpo de seu capitalismo global. O capital quer transformar a multidão numa unidade orgânica, assim como o Estado quer transformá-lo em um povo. É aí, através das lutas do trabalho, que a verdadeira figura biopolítica da multidão começa a surgir. Quando é aprisionada e transformada no corpo do capital global, a carne da multidão vê-se ao mesmo tempo no interior dos processos de globalização capitalista e contra eles. Mas a produção biopolítica da multidão tende a mobilizar o que compartilha em comum e o que produz em comum contra o poder imperial do capital global. Com o tempo o desenvolvimento de sua forma produtiva baseada no comum, a multidão pode mover-se pelo Império e sair do outro lado, para se expressar autonomamente e governar a si mesma.” (HARDT, NEGRI, 2004:142)

Já para Laval e Dardot esta predisposição multitudinária é inexistente e é necessário criar uma nova governamentalidade que promova formas alternativas ao modelo da empresa de si e da relação concorrencial com outros. Os autores destacam como essa contraconduta no interior da governamentalidade neoliberal pressupõe um desafio duplo pois esta conduz os outros pela própria conduta deles, ou seja, induz que empreendedores de si se conduzam concorrendo com outros empreendedores de si. O duplo desafio de uma governamentalidade outra se dá na necessidade de se criar uma nova conduta consigo mesmo e uma conduta para com os outros.

Ambas perspectivas, entretanto, convergem na identificação da escala das subjetividades como o lugar de disputa e de resistência onde a invenção de contracondutas cooperativas e solidárias necessitam ser construídas. Diante do cenário recente de decomposição social no Brasil, Tatiana Roque reafirma esse entendimento:

“Por isso, mesmo com todos os riscos que implica, a figura do empreendedor segue tendo mais apelo, mesmo nas classes populares. Que modos de vida, que suplantem a promessa desgastada de um trabalho assalariado na fábrica, conseguirão mobilizar corações e mentes? Que perspectivas de emancipação serão capazes de nos tirar do impasse atual? Sem enfrentar essa disputa no terreno das subjetividades, a esquerda continuará perdendo, mesmo

reiterando a denúncia da dissolução dos ideais de universalidade, igualdade e justiça. Calibrar as lentes e enxergar o problema na escala das subjetividades é um passo incontornável para qualquer projeto” (ROQUE, 2017)

Para pensar este dilema, de como essa subjetividade é produzida, é importante destacar o paradoxo entre o discurso e a prática da racionalidade neoliberal. Este é, a idealização de uma sociedade formada por indivíduos livres racionais, que calculariam custos e maximização de benefícios, se choca com o fato da produção dessa racionalidade ser levada a cabo por uma lógica da produção de desejos e mobilização de afetos, que se por um lado intensificam a catarse do consumo irrefreado, por outro instigam a lógica concorrencial entre indivíduos através da celebração do individualismo, da performance e do gozo do sucesso.

A grande virada no campo econômico que Laval e Dardot apontam foi acompanhada por uma guinada expressiva na capacidade das máquinas de produção de desejo. O desenvolvimento e expansão da presença de tecnologias de comunicação e informação, do marketing e do entretenimento são parte determinante da gestão das condutas que a governança neoliberal engendra.

“O marketing é o empuxo-ao-gozo incessante e onipresente, ainda mais eficaz na medida em que promete, pela simples posse dos signos e dos objetos do “sucesso”, o impossível gozo último. Uma imensa literatura de revistas, uma enxurrada de programas de televisão, um teatro político e mediático non-stop e um imenso discurso publicitário e propagandista exibem incessantemente o sucesso como valor supremo, sejam quais forem os meios para consegui-lo.”(LAVAL,DARDOT, 2015:361)

Tal noção é corroborada por uma concepção de produção maquinica da subjetividade, expressa no pensamento de Deleuze e Guattari, e é útil para identificarmos nos arranjos técnicos de comunicação determinadas condições, determinadas linhas de força, que operam agenciamentos nas construções destas subjetividades-empresa e nas suas interações a partir dos afetos.

“as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquinicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição, na heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção de subjetividade” (GUATTARI, 1992:11)

Reconhecendo que o processo de subjetivação neoliberal cria uma máquina poderosa de propagação de afetos, de produção e captura de crenças e desejos, Guattari (1992) identifica a centralidade dos meios de comunicação como elemento maquínico fundamental na sociedade contemporânea, e a abertura para possibilidades tanto homogeneizantes de dominação como de experimentações para criação de novos mundos.

“Entretanto, tal evolução maquina não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-mídia embrutecedora, a qual são condenados hoje em dia milhares de indivíduos. As evoluções tecnológicas, conjugadas a experimentações sociais desses novos domínios, são talvez capazes de nos fazer sair do período opressivo atual e de nos fazer entrar em uma era pós-mídia, caracterizada por uma reapropriação e uma resingularização da utilização da mídia.” (GUATTARI, 1992:15)

Para subsidiar nosso entendimento do caráter afetivo dos acontecimentos, o pensamento de Gabriel Tarde, cujo trabalho foi formador do pensamento de Deleuze e Guattari, destaca, em oposição à sociologia de Durkheim, um domínio molecular dos fluxos que operam por debaixo das representações, evitando uma distinção entre o social e o individual. Ambos são constituídos de relações de força, as quais são elas mesmas constituídas de relações. Em outras palavras, são as relações que explicam as coisas e não as coisas que explicam as relações. Essa concepção retira do indivíduo suas aspirações universais e sua submissão às grandes estruturas. Isso significa a possibilidade de pensar as relações micro-políticas como constituintes da produção de subjetividades, da construção de mundos, da criação de afetos. A invenção ganha portanto centralidade, o que não elimina as forças que as linhas molares exercem sobre estas, mas, pelo contrário, modifica o olhar que podemos investir sobre elas.

“O universo não é o resultado de uma composição de movimentos mecânicos, mas de um vitalismo imanente da natureza. É sobre tal base de materialismo espiritualizado que se deve compreender que ‘toda coisa é uma sociedade’, ou seja, todo indivíduo (físico, vital, humano) constitui a composição de uma infinidade de outros indivíduos que se juntam, sob formas políticas sempre singulares, fundadas nos desejos e crenças” (LAZZARATO, 2006:29)

Tarde concebeu a subjetividade como o centro da ação que recebe e transmite

movimentos. Ela é propensa a sugestão exteriores, as quais dão vazão a imitações e, ao mesmo tempo, pode transmitir sugestões para outros. Para Tarde, a imitação não é um processo de produção de cópias, como implicaria uma leitura platônica, mas formadora de uma “memória sensório-motora”⁶⁴ ou uma memória na forma de hábito. O social a partir dessa leitura é uma ilusão, na qual atitudes e ações que parecem originais e espontâneas são de fato resultado de sugestões intersubjetivas, não necessariamente de indivíduos, mas também de ambientes. Para Tarde, que escrevia no calor da emergência de uma sociedade de massas, a cidade era um ambiente rico em sugestões, assim como a imprensa um centro emissor de sugestões para formação de opiniões e de públicos. Tarde dessa forma previa que o grupo social não se constituía mais nem por aglomerações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público (ou melhor, pelos públicos). Por público ele entendia o público dos meios de comunicação, o público de um jornal: "O público é uma massa dispersa em que a influência das mentes, umas sobre as outras, se torna uma ação a distância."⁶⁵

"Tarde valeu-se de três fenômenos para caracterizar as sociedades de controle, desde seu nascimento e durante seu desenvolvimento maciço a partir da segunda metade do século XX: a emergência da cooperação entre cérebros e seu funcionamento por fluxos e por redes, *networks e patchworks*; dispositivos tecnológicos arrojados que agem a distância é que dobram e amplificam a potência de ação das mônadas, tais como o telégrafo, o telefone, o cinema, a televisão, a internet; As instituições das sociedades de controle são assim caracterizadas pelo emprego das tecnologias de ação a distância, mais do que pelas tecnologias mecânicas (sociedades da soberania) ou termodinâmicas (sociedades disciplinares)"⁶⁶

O que Lazaratto nos propõe a pensar é que se Tarde havia retratado a emergência dos públicos como agregado social no final do século XIX - e portanto ainda sob o regime de uma biopolítica disciplinar - ele antecipou o regime no qual as sociedades de controle, a partir da segunda metade do século XX, submetem suas próprias tecnologias e formas de subjetivação, onde as máquinas de expressão ocupam pouco a pouco um lugar estratégico para o controle de constituição do mundo social. “Nas sociedades de controle, as relações de poder se expressam pela ação à distância de uma mente sobre outra, pela capacidade de afetar e ser afetado dos cérebros, mediatizada e enriquecida pela tecnologia”.⁶⁷

No sentido aqui esboçado a comunicação não se resume a troca de informação.

64 Id.

65 Ibid p.38

66 Ibid. p.39

67 Id.

Partindo de sua dimensão afetiva, a comunicação constitui-se como produção e reprodução de afetos em corpos. Nesse sentido, cabe destacar a relevância que os afetos vêm ganhando para entender os processos de produção de subjetividade. Clough (2007) vai propor a ideia de uma “virada afetiva” para descrever a emergência do campo de estudo dos afetos nas últimas décadas dentro do âmbito dos estudos culturais e da comunicação. Massumi (2005) propõe os afetos como uma força a-subjetiva na qual o ser humano é mais um campo de possibilidades do que uma totalidade finita ou uma essência representada na ideia do organismo humano. Dessa forma, Massumi descreve o afeto como uma dimensão energética ou uma “capacidade”, e a “emoção” como uma ativação ou expressão seletiva do afeto a partir de uma “co-presença virtual” de potenciais baseados na memória, experiência, pensamento e hábitos. A análise dos processos de comunicação e fluxos de informação, a partir dessa perspectiva, permite avaliar crenças e desejos, como forças afetivas do pensamento. São criadas por sentimentos em relação às ideias, especialmente quando esses sentimentos são amplificados por repetições mediatizadas e amplificadas por associações que circulam nos mais diferentes tipos de plataforma e gêneros midiáticos. A partir dessa premissa, podemos pensar o afeto como uma dimensão determinante na produção de subjetividade. E o contágio afetivo que pode ser pensado como uma “forma corporal da comunicação memética”. (GIBBS, 2011).

“De fato, a formação de tanto crenças particulares, como da crença em si mesma como uma atitude, depende dos aspectos corporais do afeto, no seu poder de fazer o coração bater mais rápido, ou tensionar os músculos, ou arrepiar a pele [...] A origem corporal do afeto e seu poder de transformar o estado fisiológico do corpo em resposta a ideias é o que torna uma crença tornar-se real, sustentando convicções e sentido de urgência. Criado somente no processo performativo de reconhecimento, a crença depende do ato de conectar linguagem e ideias com disposições somáticas que produzem uma realidade afetiva”^{68 69}

Como pensar então a produção de subjetividades a partir dessa premissa afetiva? Se, como apostamos, a governamentalidade neoliberal fundada na expansão da subjetividade-empresa empreende nas máquinas de produção desses afetos, como criar contra-condutas que imaginem e produzam outras formas de vida que recusem a lógica concorrencial a partir de

68 Tradução do Autor: "In fact, the formation of both particular beliefs and of belief itself as an attitude depends on the embodied aspect of affect, on its power to make the heart beat faster, or the muscles to tense, or the skin to grow cold and clammy or to burn with a blush. The corporeal origin of affect and its power to transform the physiological state of the body in response to ideas is what makes belief feel real, both sustaining conviction and lending it urgency. Created only in the performative process of avowal, belief depends on linking language and ideas with the somatic dispositions that produce it as an affective reality."

69 Ibid. p.11

outros afetos? Como gerar uma técnica de governo de si capaz de antagonizar as técnicas do biopoder?

“Ora, mesmo que as técnicas do biopoder, do poder pastoral de controle, façam valer a exploração do trabalho submetendo as subjetivações, nada impede que o trabalho possa gerar uma técnica de governo de si que as desvie da dominação e transforme estas que se deixam operar por elas em coisas com um alto grau de indeterminação. Se historicamente as tecnologias fazem o sujeito aparecer como o produto passivo das técnicas de dominação histórica, cultural e psicológica, uma avaliação genealógica que se pergunte pelas condições e indefinidas possibilidades de transformação do sujeito poderá encontrar técnicas de si historicamente constituídas geradoras de uma relação consigo em um sujeito. Estas técnicas de si vão se compor com as técnicas de dominação fazendo o sujeito emergir no entrecruzamento de uma técnica de dominação do biopoder com uma técnica de si biopolítica.” (ANTOUN, Online)⁷⁰

Pois, nos capítulos posteriores, buscaremos destrinchar como o jogo entre sujeito, afetos e mídias são pensados nas diferentes iniciativas que emergiram na Espanha nos últimos anos. É relevante que os movimentos emergentes identifiquem e proponham modos organizativos de produção de afetos, e proponham a criação de suas próprias máquinas, seus métodos, suas próprias técnicas de produção, identificando na escala das subjetividades o local de disputa para produzir outro tipo de governança, de si e para com os outros.

3.3 O 15M como acontecimento afetivo

Lazaratto (1999) identifica o acontecimento como elemento de transformação e de criação de mundos possíveis. Nesse entendimento, o capitalismo atual, por exemplo não vende produtos, mas produz e mercantiliza mundos nos quais os produtos se inserem. Em contraposição a isso, possibilidade de uma individuação coletiva é, portanto, a capacidade de produzir e efetuar novos mundos a partir de acontecimentos. Escrevendo sobre os movimentos de resistência global que emergiram na virada do milênio e tinham como lema “Um novo mundo é possível”, Lazaratto aponta na mudança de sensibilidade o lugar da produção dessa outra subjetividade.

“O mundo possível existe, mas não existe mais fora daquilo que o exprime:

⁷⁰ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/566370-redes-sociais-querem-se-transformar-em-currais-do-trabalho-imaterial-entrevista-especial-com-henrique-antoun>. Acesso em: 10/04/2017

os slogans, as imagens capturadas por dezenas de câmeras, as palavras que fazem circular aquilo que "acaba de acontecer" nos jornais, na internet, nos laptops, como um contágio de vírus por todo o planeta. O acontecimento se expressa nas almas, no sentido em que produz uma mudança de sensibilidade (transformação incorporal) que cria uma nova avaliação: a distribuição dos desejos mudou. Vemos agora tudo aquilo que nosso presente tem de intolerável, ao mesmo tempo que vislumbramos novas possibilidades de vida (são esses os dois sentidos da globalização que a luta fez aparecer)." (2006:21)

Pois, nesse sentido, o 15M é o acontecimento chave para nossa pesquisa, e está plenamente implicado nas linhas que buscamos aqui cartografar. Mas afinal, o que aconteceu? O que é o 15M? O 15 de Maio de 2011, foi uma data onde manifestações simultâneas ocorreram em diversas cidades da Espanha, desde os grandes centros urbanos, até em cidades médias e pequenas. Convocadas pelo coletivo "Democracia Real Ya" (DRY), organizadas primordialmente pela Internet, e com o lema "*No somos mercancía en manos de políticos y banqueros*", tiveram segundo os próprios organizadores (Violeta Cabello, 2015), uma presença muito superior à expectativa inicial. Porém, o 15M não se resumiu ao dia da manifestação. Quando todos voltavam às suas casas, sem qualquer tipo de coordenação com a convocação inicial, alguns dos manifestantes em Madrid resolveram acampar na Plaza del Sol. A repressão policial que se seguiu como tentativa de remoção do grupo gerou um efeito Streisand⁷¹, e as acampadas se multiplicaram exponencialmente.

Em poucos dias dezenas de praças pela Espanha estavam tomadas de manifestantes. Entre 15 de maio e 13 de junho de 2015 gestou-se um ecossistema próprio de assembleias, comissões e debates. Primordialmente, a fase das acampadas foi o momento de maior expansão e atenção pública a ponto de terem repercussão midiática nacional e internacional. Em uma semana, se contabilizaram 140 acampadas em todo o país (15Mpedia, 2014) . Em Barcelona e Madrid os acampamentos se configuravam como microcidades, adquirindo estruturas e organizações próprias (Fig. 6)

71 Efeito Streisand (em inglês: Streisand effect) é um fenômeno da Internet onde uma tentativa de censurar ou remover algum tipo de informação se volta contra o censor, resultando na vasta replicação da informação. Exemplos de tais tentativas incluem censurar uma fotografia, um número, um vídeo, um arquivo ou um site. Em vez de serem suprimidas, as informações rapidamente recebem uma extensiva publicidade, sendo largamente publicadas em diversas outras fontes e sites de relacionamentos, intensamente procurada em buscadores (como o Google) ou distribuídas em sites de partilha de arquivos. (Fonte: Wikipedia)

O final dos acampamentos deu-se a partir de uma decisão estratégica dos que estavam nas praças; “Não nos vamos, nos estendemos”. A partir desse momento surgiram comissões do 15M territoriais (Fig. 8) e temáticas. Surgiram projetos de consumo coletivo, de produção midiática, organizações de sindicalismo social foram criadas ou se fortaleceram - como as Mareas e Plataforma de afetados por la Hipoteca. Novas manifestações foram marcadas como o Rodea el Congreso, projetos de lei de iniciativa popular foram impulsionados. Partidos políticos como o Partido X e o Podemos, além das iniciativas municipalistas brotaram e ocuparam espaço significativo no espaço institucional espanhol. A Figura 7 demonstra a multiplicação de projetos e iniciativas que derivaram do 15M.

O 15M é ,portanto, uma multiplicidade de significados. Ele é ao mesmo tempo uma manifestação, ele é o acampamento em praças públicas, ele é uma assembleia de bairro, ele é a série de iniciativas e projetos que se sucederam. Ele não pode ser codificado então como um evento, um ator político ou organização com fronteiras precisas. Aparece dessa forma, nos discursos, relatos e interlocuções, como um efeito incorporal. Para Amador Fernandez Savater , a melhor definição do 15M é um novo clima social que abriu novos possíveis fora dos possíveis autorizados, modificou as formas de ver e dizer a realidade.

“Hemos cuestionado juntos ese peso terrible de la realidad oficial que dice: *lo que hay es lo que hay*. Y así hemos podido respirar. La situación macro sigue igual, pero ahora la vemos desde otro sitio. Está todo fatal, como rezaba el título de una revista catalana, pero al mismo tiempo nos hemos demostrado capaces de producir otra realidad. Y eso genera automáticamente alegría, un nuevo clima emocional. La realidad oficial es el mapa de lo posible autorizado: lo que es posible ver, pensar, sentir y hacer. *Hemos abierto ese mapa*. Ahora se pueden ver, pensar, sentir y hacer otras cosas. El sistema de partidos no es más un tabú. Conspiramos para interferir en las elecciones, aunque no nos pongamos de acuerdo en cómo hacerlo, porque es *vox populi* que son una estafa. La identificación entre democracia y capitalismo ya no está tan clara. La realidad antes invisible de los desahucios está ahora a la vista de todos. Es posible pensar y hacer política sin estar afiliado a un partido ni ser siquiera militante de un movimiento social. Nos servimos cotidianamente de la Red para construir colectivamente otro punto de vista sobre la actualidad. Hemos aprendido que el otro desconocido no es sólo un enemigo o un objeto indiferente, sino que puede ser un cómplice. Nos hemos descubierto capaces de hacer cosas que nunca habíamos sospechado. El mapa de lo posible es otro, el clima es otro.”⁷²

72 SAVATER, A. **¿Cómo se organiza un clima?** Disponível em: <http://blogs.publico.es/fueradelugar/1438/%C2%BFcomo-se-organiza-un-clima> Acesso em: 10/02/2017

Essa percepção é corroborada por diversos relatos que coletamos nas entrevistas e conversas realizadas com atores de diferentes afiliações e matizes políticas. O que se destaca em geral, além do aspecto emocional de um encantamento com a imprevisibilidade e a heterogeneidade que se manifestaram nos acontecimentos, foi essa mudança de sensibilidade para com a política e a realidade econômica espanhola.

“Ele gerou um clima que possibilitou agregar a muita gente, todo mundo se sentiu atravessado pelo 15M, cada um viveu o 15M por diferentes maneiras, e isso criou um vínculo com o processo e por isso uma transformação das subjetividades [...] primeiro se muda a cabeça das pessoas. As revoluções não se dão tanto na organização revolucionária em si, mas primeiro na cabeça das pessoas e na subjetividade e aí progressivamente se vai mudando a sociedade. Tem um antes e depois do 15M. Depois o que fica no pós-15M, volta a ser algo mais organizativo. Mas sim com um forma de organização mais aberta, como o sindicalismo social. Depois, surgem novos espaços de organização, com perfil menos emotivo. O 15M é uma subida de maré, então na maré baixa, sobram restos, novas pessoas, novas conexões.” (Juan Guan Diaz, 2015)

“O 15M, além de ser um acontecimento histórico, pôs na mesa a micropolítica da sociedade, a micropolítica do poder, que tanto asco nos está dando. Denunciar um modo de vida que gira em torno ao consumismo, a competição, a precariedade, a solidão, o medo. Olhe onde olhe você não pode fazer nada.....o 15M pôs na mesa: vamos buscar uma cura, e logo se arrisca em construir um projeto político, de buscar uma maneira de criar encontros, de hibridar, multiplicar, diferentes modalidades de resistência e criatividade, para que a luta incluía todas as diferentes maneiras que o 15M acabara de despertar [...] era um olhar para dentro onde o sujeito do olhar não eram os movimentos sociais já formados, mas a sociedade que olhava a si mesma. Mais que grupos formados, todos percebiam, uma sensação, uma ideia percebida que eramos muitos e que tínhamos que ser muitas mais [...] me ajudou a pensar que existia um nós, que era aberto, inclusivo e isso me pareceu muito bonito.” (Lotta, 2016)

“O 15M nasce mais de uma pergunta que de uma resposta e esta é: porque as coisas são assim? O *establishment* teve que se adaptar a essas mudanças que ocorreram na sociedade, e não só de uma “micropolitização”, mas também do agitar da consciência da população. Isso mudou o discurso hegemônico, inclusive a propaganda dos bancos, a forma de atuar, o discurso político dos grandes partidos. Por uma vez em

muito tempo, foi o *establishment* que teve que se moldar à sociedade e não ao contrário. Não foi uma grande vitória, mas foi um bom caminho. O 15M foi como um clima, mais que uma organização, foi como um estado mental. A sensibilidade das pessoas com os despejos, por exemplo, mudou completamente.” (Javier Cruche, 2016)

“Quando vimos tanto gente nova, pensamos está acontecendo alguma coisa, eu não tinha Facebook, e todos diziam que se estava organizado pelo Facebook. Ninguém esperava, convocada por ninguém, com um lema genérico, sem bandeira, sem nenhum slogan identitário, sem nenhuma vanguarda com pessoas reconhecidas, nenhum meio de comunicação cobriu. Isso estava passando por debaixo nas redes sociais sem que ninguém percebesse porque não se encaixava nos esquemas de realidade já montados. Na praça havia gente de todos os bairros, havia gente desempregada, velhos, estudantes, gente jovem, imigrantes, havia gente de partido. Gente que nunca tinha participado de nada. Gerou uma nova subjetividade, e uma nova forma de entender a política, a maneira de ver a política desse país é diferente desde o 15M. (Santí Patón, 2015)

Gerbaudo (2012), ao criticar o imaginário do horizontalismo e espontaneidade que subsidiam algumas leituras dos protestos e manifestações recentes, argumenta que o que as tornou massivas e relevantes foi a capacidade de “criar sentidos comuns de estar juntos”, ou seja, a criação de identidades coletivas comuns. E para o autor, estas não surgem de uma horizontalidade, mas de atores coletivos que, mesmo informais, agenciam e produzem a performatividade desses atos. No caso da Espanha, o coletivo Democracia Real Ya (DRY), seria este ator. A manifestação do dia 15 de Maio estava sendo debatida com meses de antecedência. Através da Internet se organizaram coletivos em diversas cidades e cada núcleo tinha três representantes em um grupo de coordenação. Entre os participantes, havia experiências prévias com outras iniciativas como O Estado de Mal Estar, a luta contra Ley Sinde, o Nolesvotes. Ou seja, havia uma agência identificada acertadamente pelo autor para produzir aquele acontecimento. O que Gerbaudo ignora é que o que se sucedeu nos acampamentos e daí em diante, superou os objetivos iniciais do DRY.

A menção do ativista Santí Patón - hoje assessor técnico na plataforma municipalista Málaga Ahora – ao uso do Facebook revela a dimensão do encontro geracional que o acontecimento 15M gerou. Alguns entrevistados relatam que abriram suas contas de Facebook durante os acampamentos, e que antes consideravam a rede social algo de adolescentes e “fotos de gatinho”(Clara Vazquez, 2007). Estes atores tinham suas trajetórias associadas aos

movimentos de resistência global, haviam trabalhado na rede Indymedia, participado de coletivos zapatistas, movimentos contra precarização e de ajuda à imigrantes, haviam criado ocupações. Outros eram filiados a partidos e sindicatos. Este encontro gerou conflitos e desdobramentos. A manifestação inicial que havia sido convocada pelo coletivo DRY tinha reivindicações “reformistas e em alguns momentos nas praças se escutavam discursos reacionários”. (Angela Lara, 2016).



Figura 8: Sede do Coletivo 15M do bairro San Pablo em Sevilla

Fonte: Autor



Figura 9: Coletivo de Idosos YaYoFlautas

Fonte: Autor

Aparece aqui a palavra desbordar.⁷³ O desbordamento portanto é a perda de controle sobre o acontecimento. O ponto é que, se havia uma organização e uma convocatória clara organizada por um coletivo específico, o acampamento nas praças “desbordou” a manifestação e produziu novos encontros e bifurcações. Da mesma forma as derivações subsequentes de projetos pós-15M. Violeta Cabello, integrante do coletivo DRY de Sevilla relata este momento onde o 15M se torna algo diferente do Democracia Real Ya!.

“Nós tínhamos voltados para casa e quando voltamos para a praça já havia uma série de comissões, gente se conectando com toda a Espanha. Nos sentíamos totalmente desbordados também, não queríamos capitalizar o que estava ocorrendo. Aquilo não estava preparado, estávamos indo no acampamento a título individual. Havia gente de partidos, de movimentos, tudo foi muito rápido. Muito passional. Houve muitos conflitos entre o que era o DRY e 15M. Mas a gente queria seguir trabalhando porque tínhamos já um coletivo organizado em toda a Espanha. As pessoas dos movimentos sociais clássicos tinham uma concepção muito negativa do que era o DRY, para eles éramos jovens burgueses encantados com tecnologia, aqui em Sevilla não era nada 2.0, diferente de Málaga que tinha um espaço de produção, hacker, e abraçou mais

⁷³ Alguns autores ao traduzir o *desbordamiento* para o português usam a palavra transbordamento, mas como desbordar está presente na língua portuguesa com o mesmo significado, de “fazer ultrapassar as bordas”, preferimos usar o mesmo prefixo utilizando os termos desbordar e desbordamento.

facilmente.[...] Houve muitos conflitos. Um dos lemas era “somos apartidários e assindicais”, então as pessoas com bandeira não eram bem recebidas. Por outro lado, gente dos movimentos de resistência global entraram no 15M, Las Cojallas, (uma grande ocupação que ocorreu em Sevilla) surgiu de comissões de habitação do 15M.” (Violeta Cabello, 2016)

Outros relatos reafirmam a dimensão dos desdobramentos a partir desse encontro na praça e do caráter de aprendizado coletivo :

“Quando eu cheguei foi uma surpresa ao ver o que tinha ali, porque havia uma desconfiança, quem tinha puxado aquilo? Havia rumores de que era de partidos políticos porque estava perto das eleições. Mas o caso é que isso se desborda, isso é o mais interessante, as pessoas de movimentos sociais se veem desbordadas por pessoas que não vinham de movimentos sociais, mas que queriam falar sobre política, aí as pessoas dos movimentos tiveram que sair de uma leitura teórica de muitos anos. Mas também é verdade que se não houvesse a gente de movimentos sócias não se teria alcançado a estrutura organizativa que teve. Por exemplo, todas as comissões de comunicação, era gente do Indymedia, hackers, e essa gente põe seus saberes adquiridos por muitos anos em movimentos de autonomia na praça. O que rola é que eles ajudam e as pessoas se reapropriam, e depois que a praça se dispersa surgem as assembleias de bairro e os projetos, aí muita gente jovem que nunca havia militado passou a entrar em projetos, passou a entrar em grupo de democracia, grupos de feminismo, urbanismo, creio que foi aí que o 15M forjou uma luta como não tinha havido antes nesse país.”(Clara Vázquez, 2016)

“O 15M foi uma escola de ensaio de erro e acerto, em rede, de organizações não hierárquicas. Muita gente que chegava achava que tinha inventado a roda. Muitos de nós pensávamos nisso que estávamos fazendo algo especial, em pela primeira vez criar algo massivo. E era um pensamento super simplista. Talvez algumas pessoas que tinham identificação com uma experiência de gueto, de minoria, e o 15M fez perceber que a gente era maioria, algumas pessoas se incomodaram com isso. O 15M rompeu um pouco o pacote fechado de reivindicações da esquerda, foi um ponto de inflexão. A acampada foi uma escola para muita gente, para ver que se podia organizar grupos de maneira aberta, horizontal e transparente, e que as ideias que acontecem são as ideias que se trabalham.” (Javier Cruche, 2016)

“Sem o DRY não haveria acontecido, mas sem os setores que se incorporaram depois não teria se mantido. As pessoas de movimentos sociais clássicos achavam que era de direita. O DRY tinha mais ligação com movimentos mais digitais, da Ley Sinde, Wikileaks. Mas os setores de luta *vecinal*, sindical, que dão muito mais suporte no terreno, enriqueceram aquilo. [...] Teve conflitos, mas se foi aparando as arestas. Havia que aprender e desaprender. Por parte dos ativistas mais clássicos tínhamos que desaprender muitas coisas que tínhamos aprendidas e repetíamos constantemente, e a nova geração tinha que aprender como se organizar, como voltar ao terreno. Creio que ao final todo mundo reconhece que os dois setores aportaram coisas. Mas também, o 15M foi uma disputa. A princípio os pontos do 15M só falavam de democracia liberal mas não falavam de direitos sociais. Creio que se foi consolidando o movimento e a parte mais liberal desapareceu, e se equilibraram as demandas entre melhorias democráticas, liberdade cultural, etc; mas também havia que reivindicar os direitos a habitação, emprego, saúde e educação. “(José Candón, 2016)

3.4 Linguagem e Imaginários

Segundo Ana Mendez, o 15M também segue o rastro de um ciclo largo de outros acontecimentos que tinham como característica o caráter de autoconvocação ou uma convocação realizada por sujeitos não tradicionais. Uma primeira experiência desse tipo ocorreu em 2002 com o naufrágio do navio *Le Prestige* na costa da Galícia. O acidente sem precedentes na história espanhola gerou o movimento “Nunca Más”⁷⁴ como reação a gestão da catástrofe pelos governo local e nacional. Sem ser convocado por alguma estrutura clássica de representação mobilizou em sua principal manifestação mais 240.000 mil pessoas em Madrid. Para a entrevistada, para além do caráter organizacional da mobilização, outro aspecto que marcou este evento foi a capacidade de criar um imaginário social, neste caso a partir da “imagem da multidão de guarda-chuvas percorrendo as ruas de Santiago de Compostela, os voluntários e pescadores indo às praias e recolhendo petróleo com as mãos.”

Outro acontecimento marcante segundo muitos relatos foi a reação ao atentado terrorista no dia 11 de março de 2004 no metrô de Madrid a poucos dias das eleições

74 Ver: https://es.wikipedia.org/wiki/Nunca_M%C3%A1is

nacionais. Enquanto o governo insistia na versão oficial de que os autores do atentado eram do grupo separatista basco ETA havia cada vez mais indícios de que era de fato um ataque da Al-Qaeda e tinha relação direta com a presença militar da Espanha na Guerra do Iraque e do Afeganistão. A mobilização que se seguiu no dia treze de março, o 13M, promoveu uma série de concentrações nas sedes do Partido Popular em todo o país, e fora baseada em mensagens de texto por SMS e fóruns na Internet sem autoria definida. A mobilização foi decisiva para que o PP perdesse as eleições e o PSOE reconquistasse a maioria na câmara.

Para José Candón e Ana Mendez, outro antecedente significativo do 15M foi a manifestação V de Vivienda e o Movimento por uma Vivienda Digna em 2006, que como mencionamos, já antecipava os efeitos da crise e do estouro da bolha imobiliária.

“Creio que o 15M foi o catalisador de algo que não foi inventado por ele, os germes do 15M vieram de antes, dessa nova linguagem e discursos transversais, novas identidades, centros sociais não identitários. O 'Movimento por la vivienda digna' foi o primeiro movimento com esse estilo, com muita importância. Ele dizia o mesmo que o 15M mas antes da crise. A forma de articular o discurso, as identidades, que o 15M fez e que o Podemos depois bebeu do 15M, na verdade já havia se produzido nesse movimento. Essa nova onda de identidades vem daí. Com o tema da habitação pela primeira vez havia condições objetivas, de precarização laboral, que afetavam muito os jovens; e essa cultura de um discurso mais amável, mais transversal menos sectário, de falar menos de verdades aprendidas e apelar mais aos cidadãos” (José Candón, 2016)

“O V de Vivienda gera uma imaginário, com estes lemas, “no vas a tener una casa em tu puta vida” e visibiliza que o Estado não está cumprindo um direito fundamental. Dessa maneira há uma reflexão sobre a crise, sobre a austeridade, sobre a financeirização. Quer dizer, a mobilização não chega por uma análise dos fluxos de capital, mas porque todo mundo se dá conta que não vai ter uma casa. O slogan põe em questão a lógica de todo sistema. É uma outra concepção de uma política de afetados que pega e nomeia as coisas de outra maneira. O 15M não é um momento de estalo. O 15M não nasceu no 15M.” (Ana Mendez, 2016)

“Já refletíamos como superar essas limitações, e como falar uma nova linguagem política que não tivesse tanto a ver com o identitário. Um pouco do que vem agora com a nova política rompendo os eixos clássicos de esquerda de

direita, falando de emcima-embaixo. Isso não surge do nada, já vínhamos priorizando e praticando essas formas em diferentes cidades, mas não vem do nada, havia um trabalho feito, e aí surge gente nova de 20 anos, que se soma a tudo isso, e essa gente se encontra com outra gente que já vem trabalhando e aí se dá essa explosão social que é o 15M e tem uma onda expansiva que dura até hoje” (Santí Patón, 2016)

Para Margo Padilla estes eventos “eram uma demonstração de como os afetos atuaram como um elemento de coesão frente a vínculos tradicionais baseados em ideologias e filiações.”⁷⁵No cerne dessa capacidade da coesão afetiva está o uso da linguagem como lugar onde pode-se produzir uma transversalidade, ou seja, tecer discursos e práticas que traçam uma diagonal e um sentido comum entre diferentes estratos sociais. A presença sobre o discurso da transversalidade em diferentes espaços revela um reconhecimento que diante de uma sociedade mediatizada é necessário calcular os efeitos e impactos que a produção das mensagens e discursos engendram a produção de energias emocionais.

É relevante, ao analisar os movimentos sociais na Espanha, perceber como o reconhecimento da necessidade de se operar na linguagem perpassa os mais diferentes atores. Ao operar nessa lógica que busca amplificar os efeitos emocionais o 15M criou conflitos e estranhamentos, principalmente entre atores de movimentos sociais tradicionais, mas estes, ao mesmo tempo, não deixaram de incorporar essas práticas. O exemplo da Figura 10 mostra uma caixa de CGTina, uma peça utilizada para uma campanha das eleições sindicais da *Confederación General de Trabajo* (CGT). A CGT é um sindicato anarcosindicalista e nasce de uma divisão da CNT, organização histórica do anarcossindicalismo espanhol. É, portanto, uma organização que, no espectro político, se situa no campo das estruturas de representação tradicionais que no que tange o seu caráter organizacional e ideológico, fincado na oposição capital-trabalho.

75 <http://madrid.15m.cc/2011/12/conversaciones-15mcc-marga-padilla.html>



Figura 10: Caixa de CGTina

A peça busca transmitir os valores do anarcossindicalismo através de uma caixa de medicamentos cujas substâncias “aliviam eficazmente os sintomas do conformismo, da passividade e da exploração”:

--La “**Concienciamina**”, que “provoca la potenciación del Anarcossindicalismo y la compensación de pertenencia a la clase que siempre paga”.

--El “**Acción directol**”, que “actúa sobre las capacidades de autonomía y autogestión anuladas por la exposición al clientelismo y la delegación de responsabilidad materializada en la frase *¿qué hay de lo mío?*”.

--La “**Solidardadona**”, que “tiene efectos de acercamiento a otros seres con idénticas dolencias. Induce al Apoyo Mutuo, a compartir terapias con grupos y personas del entorno más cercano (Federalismo) y más lejano (Internacionalismo).

O panfleto em forma de objeto faz uso da irreverência para comunicar os princípios do movimento anarcossindical. Porém, se este inova na forma, os termos e a linguagem discursiva que usa se referem a uma identidade tradicional no campo da esquerda, no caso, especificamente do anarcossindicalismo. Pois, a lógica da transversalidade que atores ligados ao 15M vão propor é de uma saída desse identitarismo de “esquerda”. Isto é, recusar a oposição no eixo esquerda-direita e capital-trabalho e passar a nomear de forma distinta as lógicas de dominação e exploração. Os de *abajo* e de *arriba*, a *casta* e a *ciudadania*, são exemplos de outras nomeações possíveis. Entretanto, mais que uma mera substituição de

termos, essas práticas buscam promover uma nova operação estética que seja capaz de criar novas narrativas, reconhecendo que o imaginário da esquerda tradicional está desgastado e é incapaz de compor novos consensos sociais.

“A estratégia comunicativa o DRY fez em redes sociais, era uma estratégia de marketing, com mensagens muito inclusivas, muito emocionais, que te chamavam a te sentir identificado com que estavam dizendo, setores de juventude precária, setores de aposentados, setores de servidores públicos, era sobretudo um chamamento a união. Creio que isso foi a chave do consenso social, se houvesse sido outro tipo de mensagem não haveria funcionado. E não havia um rosto, uma liderança, as pessoas foram sem saber quem estava convocando, as pessoas foram por uma mensagem, por uma #hashtag. O êxito veio pelo tipo de mensagem e pela desidentificação da mensagem, porque os grupos de mobilização social tradicional estavam muito desgastados” (Violeta Cabello, 2016)

“O 15 gerou uma hegemonia cultural nova, rompeu com uma imagem de Mercedes Sosa, da transição, rompeu o paradigma, começou a falar com a linguagem do século 21, começou a falar com memes, zoeiras de internet, utilizar linguagem inclusivas, e sobretudo explicar as coisas para que as pessoas entendam. Como por exemplo “*no somos mercancía em manos de políticos e banqueros*” pode ser dito de muitas formas, “contra o capital e o imperialismo”, é exatamente igual, mas quem é o capital?, quem é o imperialismo? Qual delas a senhora que vai fazer compras vai entender.?Este tipo de coisa, o uso do humor, da zoeira, romper com a estética do político profissional e gerar um novo sujeito político que é a cidadania ativa. Romper com essa hegemonia estética de que se pode fazer política na rua sem ser uma pessoa da rua, para fazer uma política na rua tem que usar uma linguagem da rua. Pode-se fazer um discurso que seja compreensível por 99% das pessoas com o mesmo conteúdo e a mesma carga política.” (Javier Cruche, 2016)

“Não há soluções fáceis que não passem por uma mudança de sentido comum. Para mudar esse sentido comum há que se responsabilizar as pessoas, e para isso temos que emocioná-las, e oferecer uma paixão superior à paixão do consumo infinito que oferece o mercado neoliberal. E essa possibilidade de inventar um mundo alternativo mais charmoso, mais emocionante, com mais *swing*. Passa por um processo constituinte para implicar as pessoas. [...] O neoliberalismo opera por essa promessa de triunfo individual nesse supermercado de consumismo. E em troca o que você está oferecendo

desde posições emancipatórias? Sofrer, consumir menos, sacrificar-se? Faltam vanguardas que ajudem a pôr no debate social novos elementos, porque sem vanguardas não vamos competir com a televisão, o cinema, com a possibilidade de construir imaginários, e para construir imaginários necessitamos os nossos, e os nossos precisam ser identificados.” (Juan Carlos Monedero, 2015)

Estes relatos destacam como o 15M e os processos que os antecederam reconhecem nas linguagens, na construção de imaginários e simbologias como lugares de disputa das subjetividades. Como veremos adiante, esse entendimento onde a comunicação como processo social, seus meios e práticas sociais que os envolvem, a invenção de métodos para a criação de narrativas e significados, ganha centralidade nas práticas que perpassam diferentes iniciativas. Reconhecer, durante a cartografia, as diferentes apostas, as tensões e conflitos que as constituem, foi um processo lento. A partir de conversas, vivências e observações, fizemos esta sistematização em linhas específicas. Obviamente, essa sistematização é arbitrária quando se depara com o real, onde estas fronteiras são imprecisas. Utilizamo-la pela única razão de possibilitar um entendimento mais amplo, facilitando a reflexão sobre os processos analisados. Também é necessário dizer que tais linhas não abarcam a totalidade das leituras políticas envolvidas no pós-15M, mas em nossa aposta de sistematização, todas têm em comum o empenho na transformação da sensibilidade, nos modos de ver e dizer o mundo, para contrapor-se à racionalidade neoliberal.

Estas são: a aposta tecnopolítica que centra-se sobre o uso das novas tecnologias de comunicação como motores de criação de acontecimentos e estados afetivos; a aposta populista pós-gramsciana do Podemos que propõe a criação de uma nova hegemonia cultural a partir da re-ocupação de significantes vazios; e a aposta territorial-afetiva do sindicalismo social no cuidado e na ressubjetivação a partir do encontro presencial e da ajuda mútua entre afetados pela crise. Nos três próximos capítulos, buscaremos nos aprofundar em cada uma delas.

4. Tecnopolítica

A leitura tecnopolítica segue o rastro do marco-teórico dos estudos da rede como paradigma. As redes humanas e sociais são anteriores ao desenvolvimento tecnológico da Internet e existem à medida que põem em relação indivíduos uns com outros. O estudo das redes nos permite aproximar de todo tipo de processo pondo em foco a interação entre elementos, indivíduos e nós que acabam conformando uma rede. Na medida em que essas interações se produzem em grande escala, se podem observar comportamentos e propriedades emergentes como resultado da atividade do conjunto da rede. Com o surgimento das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação e a emergência dos movimentos globais nos princípios do século XXI, apareceram produções que propõem um olhar complexo às dinâmicas conectadas que se observam na coordenação de ações, mensagens e formas de organização em diferentes escalas.

4.1 Redes e Enxames

É importante pensar em qual o papel que o uso das NTICs cumprem nesse processo, notadamente no arranjo técnico das redes distribuídas de comunicação que hoje chamamos de Internet. É muito significativo seu caráter aberto, onde, historicamente, novos usos foram sendo criados para efetivar processos de cooperação.

A disseminação das redes eletrônicas de comunicação distribuída vêm construindo referencial teórico que enxerga nesse paradigma novas possibilidades de interação e organização social, instauradas por um modelo de comunicação 'muitos-muitos' que transcende os meios massivos enquanto modelos 'um-muitos' - onde a emissão das mensagens é centralizada e a recepção passiva – na medida em que potencializa e amplifica ações locais interligando-as com redes globais de resistência. (ANTOUN, 2003; CASTELLS, 2003; LEVY, 1999)

Pois se nos anos 80, a Internet, saindo de um contexto militar, integrou as universidades com o objetivo de alavancar a pesquisa científica, foram os grupos de discussão que conseguiram levar adiante uma série de conversas de ONGs e movimentos sociais, povoando o ciberespaço com conversas voltadas para a organização de protestos e coordenação de ações coletivas, que fizeram emergir as comunidades virtuais perante um

contexto midiático cada vez mais concentrado nos oligopólios empresariais (ANTOUN, MALINI, 2013)

Nos anos 90, os EUA alavancaram a disseminação da Internet com a sua Supervia da Informação, com o objetivo de expandir o comércio eletrônico e transformar o mundo em um grande mercado consumidor unificado diminuindo as distâncias entre a oferta e demanda; o uso criativo das ferramentas de comunicação foi capaz de produzir a solidariedade global ao movimento zapatista e os enxames das manifestações anti-globalização. A Web foi capaz de reunir na *homepage* o que estava disperso nas listas de discussão e conectar diretamente iniciativas distantes e sequer conhecidas entre si.

E se, na virada do milênio, a bolha *pontocom* implodiu o sonho do comércio eletrônico global e fez emergir uma indústria da intermediação que se apropria das relações ponto a ponto para gerar valor, a inteligência coletiva e conectada do ciberespaço já tinha inventado a atualização dinâmicas dos *blogs*, formas de compartilhamento de arquivos cada vez mais eficientes e maneiras de publicar e gerir as informações autonomamente. A chamada web 2.0 insere no contexto socioeconômico a participação e a instantaneidade das interações se tornando uma máquina distribuída de mobilização de afetos e de produção de crenças e desejos. As redes sociais surgem como meios facilitadores das relações entre indivíduos. A mineração de dados se torna a ferramenta básica de extração de valor dessas relações. A emergência de gigantes corporativos como Google, Facebook e Twitter como atores centrais nesse novo momento da Internet nos dá os indícios para compreender como a relação entre pares ganha centralidade em relação ao conteúdo. Nesse contexto, mais do que mensagens, é a relação entre nós por onde estas circulam, as análises de seus padrões de repetição, e as interações entre atores distintos sobre seu conteúdo que importam.

Essa emergência produz uma disseminação das redes sociais por todos os setores da sociedade e uma inserção cada vez maior destas no cotidiano das relações sociais em geral. Podemos tomar como exemplo o Facebook, uma das redes sociais mais hegemônicas. O Facebook propõe a visualização de um fluxo contínuo de informações variadas, sem um critério determinante que opere a ordenação e o destaque dado para estas. Os usuários são expostos a este fluxo sem começo e sem fim, determinado pelo algoritmo do software que comanda a "*timeline*". Ele se comporta portanto como um espaço cotidiano de mídia, como a televisão, que convida os usuários a ver o que há de novo, o que está acontecendo, quais são as últimas informações relevantes. Porém, o que determina estas informações, ao contrário do que acontece nos meios de massa, onde uma editoria jornalística e uma curadoria de

entretenimento definiam a ordem e o devido destaque aos produtos midiáticos, é um filtro supostamente determinado a partir das afinidades pessoais e gostos pessoais de cada usuário. Cada usuário, portanto, tem seu próprio fluxo de informações personalizado, sua própria rede. E a tendência deste fluxo é propor uma miscelânea entre as diferentes redes na qual o usuário se relaciona: logo após a foto do almoço de família este pode ser convocado para uma manifestação, por exemplo. As ferramentas de redes sociais são cada vez mais um meio genérico do cotidiano para mediar as mais diferentes relações sociais. Para Nunes (2014) a emergência de novas formas de atuação política só são possíveis nesse contexto: elas se dão no conjunto das mais variadas relações em rede:

“E é também, ainda mais crucial, que por estar a organização em rede na realidade cotidiana de todos, incluindo-se quem se opõe a esta a princípio [...] Para colocar de maneira mais dramática: mesmo se um retorno a forma-partido fosse considerado uma solução, o partido, sem dúvida, emergiria das redes existentes”⁷⁶ (NUNES, 2014:31)

Um dos conceitos mais significativos para o campo tecnopolítico é o de “emergência” ou “sistema emergente” (JOHNSON, 2002), como noção que vem da teoria de redes e dos sistemas complexos, e que explica a aparição de comportamentos coletivos e relações sistêmicas que não podem ser explicadas por comportamentos individuais, nem por partes separadas do sistema e que, a medida que se aumenta a escala de análise, revelam propriedades sistêmicas que ilustram novos comportamentos através de formas de auto-organização, ou seja, organizações engendradas através de relações entre partes sem que exista uma única autoridade central que articule e organize o conjunto do sistema. Os sistemas emergentes, portanto, como numerosos modelos extraídos das ciências naturais, tratam de dar conta de comportamentos coletivos e processos sociais auto-organizados. Desse modo, a transformação na mediação com as mudanças nas tecnologias de comunicação tem sido estudada nos últimos anos desde diferentes perspectivas.

Castells (2013) define este novo momento como a era da “autocomunicação de massas”. Bennet (2012) propõe uma mudança no entendimento de ação coletiva, para ação conectiva, onde os enquadramentos pessoais da realidade forjam novos movimentos sociais. A

⁷⁶Tradução do autor: “It is also, and more crucially, because networked organisation is an everyday reality for everyone, including those who oppose it on principle, and is widely perceived as rendering formalised ties, if not obsolete, then at least not unavoidable. To put it somewhat more dramatically: even if a return to the party-form were found to be the solution, the party would no doubt have to emerge from existing networks”

possibilidade de conexão entre pares ao mesmo tempo permite a emergência de formas complexas de comportamento coletivo onde uma inteligência dispersa e associada em constante retroalimentação permite a formação de enxames (RHEINGOLD, 2002), uma multidão capaz de se coordenar e se exprimir sem a necessidade de comandos centrais. Para Monterde, um dos principais autores que subsidiam a leitura tecnopolítica na Espanha encara o acontecimento 15M como um novo tipo de movimento social, um movimento-rede (MONTERDE, 2016). As NTIC, por essa perspectiva, são catalisadores de formas de interação complexas e que possibilitam novas formas de experimentação sócio-técnicas, onde se manifesta a capacidade de auto-organização de uma “multidão conectada” no bojo da sociedade-rede. (TORET 2013, MONTERDE, 2016).

“Con la certeza de que las personas que habitamos estos días la calle somos parte de una plaza global, conectada con Sol, y con plaza Cataluña, y con el resto de plazas del mundo, pero también con la permanente retroalimentación de las herramientas tecnopolíticas que te permiten estar en la plaza sin estar, organizarnos, comunicarnos y seguir viviendo un continuo *feedback* con la imaginación colectiva. Que la red y la plaza están en simbiosis permanente multiplica también su potencia.”⁷⁷

No contexto espanhol, a produção teórica do que aqui definimos como linha tecnopolítica se manifestou principalmente no grupo DataAnalysis15m, sediado no IN3 da Universidade Autonomia de Barcelona a partir de autores como Javier Toret, Arnau Monterde, Xavier Baradiaran e Francis Jurado. O uso de ferramentas de coleta e análise de dados, uma espécie de “big data da revolução”, subsidiou uma série de estudos com fim de compreender um fenômeno como 15M, que para os autores, “carece de marcos conceituais e metodologias adequadas” (TORET *et al*, 2013).

“Creio em uma visão criativa da teoria, eu gosto de inventar conceitos e palavra, pensar assim, fiz um trânsito de um pensamento mais ligado a Negri, Deleuze e Guattari a um pensamento mais bastardo. Todo acontecimento histórico produz epistemologias e ontologias novas, tudo que se fazia era pensar como a teoria anterior se encaixava com o 15M, mas não havia um esforço amoroso com o objeto, porque o objeto é de um novo tipo, não se pode encaixar o 15M com teorias de movimentos sociais clássicos, porque não encaixa, não

77 MONTERDE, A. **La potencia de la cooperación en la plaza global** Disponível em: <https://arnaumonty.wordpress.com/2011/05/23/la-potencia-de-la-cooperacion-en-la-plaza-global/> Acesso em: 12/07/2015

tínhamos palavras, não tínhamos conceitos. Temos que criar conceitos nativos que nasçam da própria experiência e da vivência. O trabalho com dados e análise de rede foi importante para ver se há uma multidão? Como ela funciona praticamente? Como descrevemos sistematicamente o acontecimento?” (Javier Toret, 2016)

4.2 Fábrica de acontecimentos

A criação de novos conceitos subsidia a abordagem tecnopolítica no que tange à compreensão da produção de subjetividades e o papel dos afetos no contexto das redes distribuídas de comunicação. Como se proliferam estes afetos nas redes? Como se manifestam nas experiências políticas? Se a forma-massa da mídia tem suas técnicas e efeitos, como são estes nas mídias distribuídas e sociais?

O conceito de sistema-rede (TORET, 2013; NUNES, 2014) é utilizado para denominar um conjunto de ações em rede que acontece em um espaço multicamadas, e que se aglutinam em determinados acontecimentos. Por exemplo, nas manifestações do 15M espanhol, no momento mais significativo da eclosão das mobilizações na Espanha, podemos identificar uma camada em cada uma das diferentes redes sociais, uma camada da mídia tradicional e outra camada das ruas que estiveram imbricadas nas manifestações e nas *acampadas* nas praças dos centros urbanos (Fig. 11). Todas essas camadas de redes são independentes entre si, mas em determinado momento se conectam e influenciam uma a outra gerando efeitos que se propagam por entre elas, produzindo um acontecimento aumentado.

“El acontecimiento, al articularse a través de diferentes medios de autocomunicación de masas, aumentaba la dimensión de las redes que lo alimentaban, extendiendo y desarrollando la vivencia y la acción tanto en la esfera mediática como en la urbana. De este modo, el acontecimiento aumentado fue ligado a la constitución de una multitud conectada bajo la forma de sistema-red” (TORET, 2013:6)

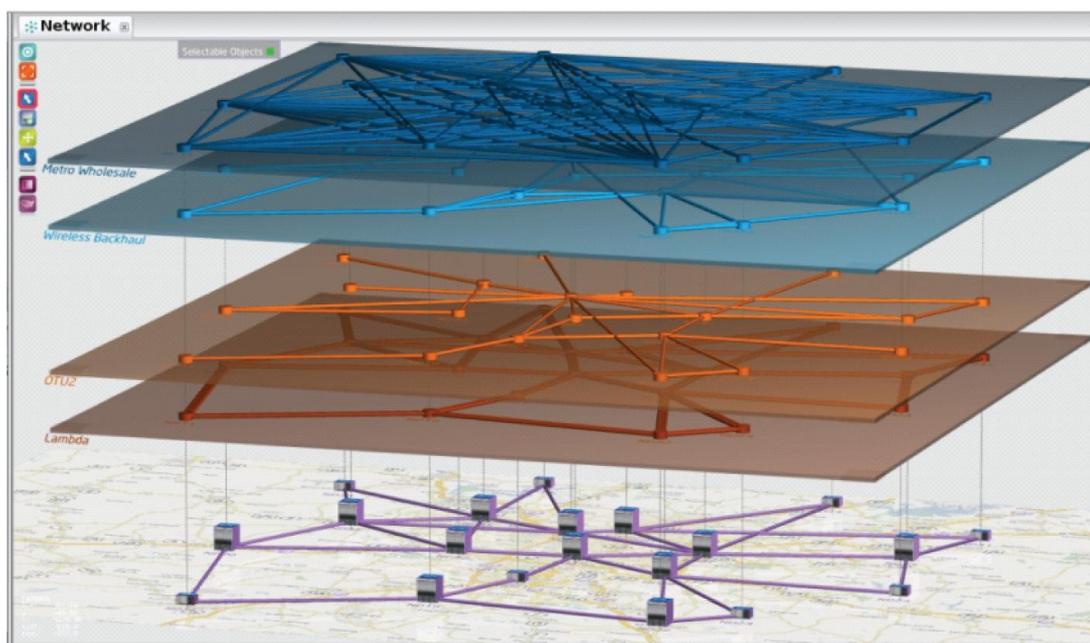


Figura 11: Ilustração de um sistema-rede multicamadas

Fonte: TORET, 2013

É uma perspectiva que se sobrepõe a uma distinção entre mídia de massa e mídias sociais, ou a diferenciação entre a rua e a rede, ou o presencial e o virtual. Pelo contrário, permite uma visão sistêmica do conjunto de meios de interação como espaço de contágio. Associando este entendimento ao de Tarde, esse espaço de repetição-imitação-invenção se multiplica e complexifica, fazendo o mesmo com o processo de formação de públicos e criação de narrativas alternativas, amplificando o acontecimento e produzindo efeitos.

O autor, por exemplo, identifica as *bandadas* de *hashtags*, que relatam as proporções de como os nós da rede passavam de uma *hashtag* do *Twitter* a outra durante as manifestações. Podemos considerar a *hashtag* como um dos elementos de sincronização afetiva, que reúne os nós na camada da Internet sob determinado afeto. Uma prática recorrente entre os ativistas espanhóis foi a de criação de *pads* (FIG. 12), um editor de texto coletivo, para sincronizar a emissão de *tweets* em determinado momento. Eram criadas diversas mensagens com uma *hashtag* específica, e eram articulados entre diversos coletivos e atores, um enxame na rede social até se chegar aos *Trending Topics*, a métrica que o *Twitter* utiliza para elencar os assuntos principais em um dado instante da rede. Essa prática é um exemplo do caráter ativo performático destes movimentos, com o objetivo de pré construir acontecimentos, cenários e protagonismos coletivos que gerem e modulem os sistemas-rede. Nesse aspecto, Toret chama atenção para o processo de aprendizagem que o sistema-rede foi

capaz de construir sobre si mismo a partir de experiencias anteriores e que evolui nessa capacidade de produzir campanhas coordinadas no interior das camadas de interaçãõ, se apropriando e inventando usos para essas ferramentas. Nesse contexto, a *hashtag* é utilizada como uma ferramenta para transformar as mídias sociais em mídias de coordenaçãõ, e para criaçãõ de narrativas autônomas em relaçãõ a mídia

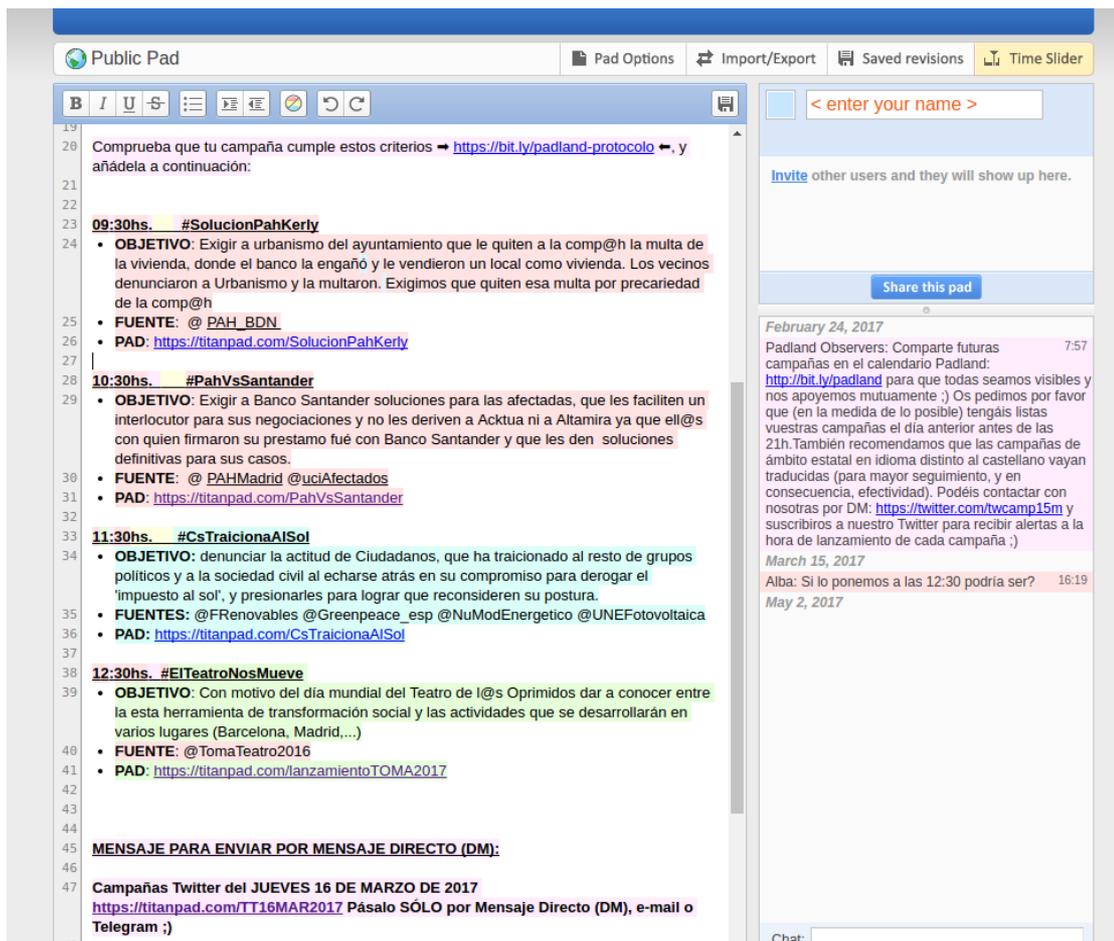


Figura 12: Captura de tela de Pad para sincronizaçãõ de campanhas nas redes sociais

“En ambos enjambres puede advertirse la actualización del sistema-red bajo un acontecimiento aumentado, con altas cargas emocionales que se retroalimentaban con procesos de auto-comunicación de masas. La visión de los cuerpos agredidos de los manifestantes se hace intolerable y provoca una reacción. La duración y la secuenciación de los acontecimientos, que acumulan carga emocional conforme se difunden, son clave para que tengan lugar estos enjambres. En la medida en que el acontecimiento se mantiene (aumenta) en el tiempo y en el espacio, a través de diferentes medios y capas, se logra captar en un grado mayor la atención y la disponibilidad cerebral y corporal de las multitudes conectadas, ya que se facilita la participación. Al mismo tiempo, este proceso de captación hace que el

acontecimiento se mantenga vivo. Por último, los enjambres generan una narración distribuida y multicapa que disputa la narrativa propagada por los actores mediáticos e institucionales. En este sentido, se propagan no sólo acciones e imágenes sino también enunciados en torno a la verdad del acontecimiento—que se retroalimentan con el acontecimiento mismo.”⁷⁸

Desse modo, para além da identificação do sistema-rede como o ambiente de propagação, é relevante destacar o reconhecimento do caráter afetivo dos processos de contágio. Este, permite fazer uma associação do afetos aos modos de organização, emergência e transformação dos sistemas-rede de manifestações como o 15-M na Espanha. São movimentos que surgem por contágio emocional a partir de determinados eventos que disparam propagações afetivas entre as camadas de interação.

No trabalho “*Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*”, Toret *et al* (2013) narram o processo de emergência do 15M como fenômeno afetivo. Em um dos estudos de dados, através das análises de rede e das construções semânticas das mensagens na rede social Twitter, constatou-se que os *tweets* relacionados ao 15M possuíam o dobro da carga emocional de uma mensagem comum e isso lhes dava um poder de viralização maior. Através de uma interface online⁷⁹ é possível ver os afetos envolvidos como empoderamento, medo, indignação, felicidade e tristeza no decorrer dos acontecimentos.

“el 15M ha sido una máquina de construir(se) estados de ánimo conectados a través de dispositivos tecnológicos y de estrategias de acción colectiva de los cuerpos entre la red y la calle. “ (TORET, 2013:12)

O reconhecimento desta dimensão maquínica rompe com o modelo clássico de movimento social apoiado em convocações, ideologias e afiliações. Outrossim, além do reconhecimento do papel dos afetos como condutor de produção de subjetividades, a leitura tecnopolítica afirma uma capacidade de produção ativa destes acontecimentos. É necessário uma “sincronização afetiva” entre corpos e cérebros. Produzi-la depende de um “contágio tecnicamente estruturado.” Forja-se uma capacidade tecnopolítica da multidão de indivíduos conectados pelas tecnologias da informação. A individuação de um evento como o 15M se desenvolve desse modo “no uso tático e estratégico de ferramentas digitais para organização e

78 Ibid. p.12

79 Ver: <http://assets.outliers.es/15memociones/>

“auto-modulação da ação coletiva”⁸⁰. Uma capacidade que se traduz no campo performático para produzir eventos, e de se adaptar e se modificar a partir ou em função destes.

“Há uma leitura que só um acontecimento afetivo de muita comoção, como o atentado terrorista de 2004, pode provocar uma mobilização, algo que possa centralizar a atenção diante da dispersão na metrópole. E minha hipótese era que podíamos construir acontecimentos usando a tecnologia, que criem processos amplos de inteligência coletiva, de criação dessa energia, que podemos construir na camada digital, que somos capazes de acumular energia para romper o bloqueio midiático. [...] É um pensamento de uma antecipação tecnopolítica. Aonde vai o capital com as novas tecnologias e novas subjetividades? Captemos isso antes que eles captem. Vamos disputar as invenções de subjetividade e invenções políticas, criativas, tecnológicas, para que se agenciem de maneira virtuosa, antes tu do que eles. A única maneira que não te podem controlar é que você esteja continuamente inovando, nos formatos, linguagens. A sociedade está mudando continuamente, normalmente os coletivos tem um tema e sempre falam dele, mas o estado de ânimo da mente coletiva está mudando todo o tempo” (Javier Toret, 2016)

Nessa perspectiva, há o reconhecimento de que a produção de subjetividades no interior do capitalismo cognitivo se produz na variação das velocidades, na criação e dispersão de intensidades afetivas, por ondas sucessivas de acontecimentos. Não seria este o poder de subjetivação da mídia corporativa em sincronizar todo seu ferramental irradiativo simultaneamente? Nos parece significativo a caracterização da comunicação como efeito de intensidades, de criar estados de ânimo, que se diferencia de um entendimento da mesma como ferramenta de persuasão, ideologização, convencimento. O advento das mídias sociais, ao exponenciar a conversação entre pares pela leitura tecnopolítica, expande a capacidade de articulação para criação de máquinas multitudinárias. As dinâmicas do 15M como acontecimentos produzidos pela inteligência coletiva, em outras palavras, são movimentos em rede capazes de produzir estrategicamente acontecimentos utilizando tecnologias de comunicação distribuída para sincronizar afetos que já estão presentes e dispersos na sociedade.

“En su estado de máxima actividad, el sistema-red se manifestó como una

máquina de producción de realidad que disputa la enunciación y la legitimidad a los poderes constituidos. Un contra socius, un cuerpo social como plano de inmanencia, definido por un flujo del deseo compartido por quienes están conectados, que muestra la autonomía emotivo-cognitiva de una nueva subjetividad. Un mundo postcapitalista pugna por salir, por manifestarse de forma plena y superar el secuestro de lo común.”⁸¹

Essa virada afetiva a qual já nos referimos se reflete também nas diferenças entre as táticas de comunicação, por exemplo, do ciclo dos movimentos da resistência global entre o fim dos anos 90 e início dos 2000 e este novo ciclo de movimentos-rede. O primeiro dedicou-se a produção de uma rede de jornalismo independente buscando quebrar o silêncio midiático através da rede *Indymedia*. Se esta era pioneira ao inventar o dinamismo participativo da web 2.0, ao mesmo tempo possuía em seu cerne a lógica de uma agência de informação alternativa, produzindo em rede conteúdos que rompessem o monopólio midiático das agências de informação global. A evolução dos blogs, wikis e fóruns em redes sociais exponenciou o caráter de conversação e interação contínua que a Internet viria a engendrar em velocidades cada vez maiores, em dispositivos cada vez mais presentes no cotidiano. A potência da comunicação se manifesta assim menos na capacidade de informar do que na capacidade de afetar e ser afetado, e a medida do êxito comunicativo deixa de ser a audiência e passa a ser lógica do engajamento.

Os movimentos-rede empenham-se, então, nas engrenagens da produção de acontecimentos e sincronização de afetos, na lógica da produção de campanha e na criação de narrativas, buscando transversalizar estéticas e discursos em busca de efeitos políticos. As novas narrativas multitudinárias vão fazer a passagem do “modelo informacional das mídias – que privilegia a acumulação quantitativa proprietária de elementos narrativos – para o modelo comunicacional das multimídias, que privilegia a coordenação da ação coletiva através da conversação atual durante os movimentos” (ANTOUN, 2004b:287)

“Como se constrói um acontecimento? Eu sempre fui um investigador organizante, de organizar coisas, campanhas, ações, ocupações e gerar impacto, pensando sempre na comunicação. Entender as lógicas das narrativas, não só uma comunicação repetitiva, mas criativa, que gera uma cartografia, que narra, constrói relatos capaz de construir essa subjetividade em movimento.” (Javier Toret, 2016)

É relevante notar como a busca por engajamento afetivo é um fenômeno social que tende a se universalizar nas mídias distribuídas. Se há tendência de transição nos movimentos-rede de uma dinâmica de democratização da informação à uma dinâmica das campanhas afetivas, não é exagero dizer que esta tendência se alastra por diversos aspectos da vida social contemporânea onde cada indivíduo cria seu *storytelling* pessoal em busca de engajamento de seus pares. Os *likes*, e suas variantes emocionais (com seus rostos e expressões) , *shares*, *matches*, comentários, criam todo o léxico do engajamento que dá a medida da performance e gozo individual a partir de micro excitações ⁸²afetivas diárias e recorrentes. Essas transformações no campo da comunicação surtem também efeitos no mercado de publicidade e marketing, onde as marcas passam a valorizar cada vez mais uma economia afetiva (JENKINS, 2009). Neste mercado a virada afetiva se dá em uma série de evidências: na busca do engajamento afetivo dos públicos-alvo, na concepção das *lovemarks*, o entendimento de marcas como “pessoas com alma” que se relacionam com clientes (CARVALHAL, 2014) , sugerindo e incentivando o desejo de estilos de vida e mundos possíveis.

“Os profissionais de marketing procuram moldar a reputação das marcas não através de uma transação individual, mas através da soma total de interações com o cliente - um processo contínuo que cada vez mais ocorre numa série de diferentes "pontos de contato" midiáticos. Não querem apenas que o consumidor faça uma única compra, mas que estabeleça uma relação de longo prazo com a marca. Novos modelos de marketing procuram expandir os investimentos emocionais, sociais e intelectuais do consumidor, com o intuito de moldar os padrões de consumo. No passado, os produtores de mídia falavam em "impressões". Hoje, estão explorando o conceito de "expressões" do público, tentando entender como e por que o público reage aos conteúdos. Gurus do marketing argumentam que construir uma "comunidade de marca" comprometida pode ser o meio mais seguro de aumentar a fidelidade do consumidor” (JENKINS, 2006:98)

A passagem de uma lógica de captura de “impressões” a uma de captura de “expressões” revela ao mesmo tempo uma busca por um engajamento afetivo de consumidores e espectadores onde a conversação, a participação do público-alvo se tornam os objetivos do *branding* contemporâneo. Jenkins, ao propor uma cultura da convergência entre

82 É notável que na produção acadêmica tal dinâmica também esteja presente. O site Academia.Edu, onde publicam-se artigos e materiais acadêmicos de diversas áreas científicas, informa os usuários com e-mails informando que este foi citado em outros artigos. Para ter acesso ao número e fonte das citações é necessário ter uma conta Premium.

as mídias tradicionais e as mídias sociais identifica na economia afetiva um novo campo de atuação onde o “capital emocional” ganha centralidade.

“Kevin Roberts, CEO Mundial da Saatchi & Saatchi, argumenta que o futuro das relações dos consumidores está nas "lovemarks", mais poderosas do que as "marcas" tradicionais porque conquistam o "amor", bem como o "respeito" dos consumidores: "as emoções são uma ótima opção para estabelecer contato com os consumidores. E o melhor é que a emoção é um recurso ilimitado. Está sempre ali - esperando ser associada a novas ideias, novas inspirações e novas experiências". Afirmando que poucos consumidores tomam decisões de compra baseados unicamente em critérios racionais, Roberts insiste para que os profissionais de marketing desenvolvam experiências multissensoriais (e multimídia) que criem impressões mais vívidas e recorram à força das histórias para moldar identificações nos consumidores.”⁸³

Uma das funções que surge no contexto do marketing digital é a do *community manager*, profissional responsável por criar um clima de comunidade entre clientes e a empresa. Criar uma comunidade para a marca significa facilitar e instigar a conversação sobre esta. O *branding* passa a valorizar o aspecto relacional, o valor da comunicação se baseia cada vez mais na interação no interior das redes sociotécnicas e seus dispositivos de engajamento e menos na audiência. É significativo que os ativistas espanhóis tenham criado um curso de “*radical community manager*” onde se ensinam técnicas e uso de ferramentas sociais para criação e sincronização desses afetos.

“Un conjunto de eventos que no son más que la muestra de las nuevas formas de relación que pasan cotidianamente por estas conexiones y que evocan una nueva arquitectura en las formas de relación y composición social. Lejos quedan aquellos años en los que la comunicación era sólo la emisión de un discurso unidireccional, para pasar a una era en la que la propia comunicación ha demostrado su capacidad para articular redes sociales y dar densidad a los encuentros en una sociedad que muchos habían dado por perdida. La dispersión se ha tornado red de posibilidades y las formas de comunicación 2.0 se han puesto al servicio de intereses subversivos. Con este curso pretendemos acercarnos a esta evolución, sus contradicciones y sus posibilidades desde un punto de vista teórico y práctico, investigando sobre las herramientas que debe manejar cualquier *community manager antagonista*”⁸⁴

O uso de memes, campanhas estratégicas, a compreensão dos algoritmos das redes

83 Ibid. p.108

84 <https://www.traficantes.net/nociones-comunes/radical-community-manager>

sociais, *trending topics*, *pads*, narrativas transmídia, mensagens curtas que buscam atenção rápida e efeitos afetivos intensos, uma série de técnicas e ferramentas que esses movimentos, no caso espanhol, não só dominam como passam a inventar.

“O que fazemos nesse curso é ajudar as pessoas a intervir em cada camada, com distintas estratégias de campanha, como construir identidades coletivas, ferramentas de monitoramento, como usar os algoritmos, como fazer *trending topics* no twitter e o facebook, como fazer a narrativa transmídia, mas em forma de combate, sabe? E funciona! a gente se empodera, e é um *knowhow* que é muito poderoso, porque não é só técnico, é um conhecimento, uma acumulação de experiências. Como lançar e quando lançar campanhas, quando lançar uma campanha ofensiva, como evitar um ataque, como sincronizar as comunidades e empoderá-las, os buracos do algoritmo e como se pode entrar por ali [...]E tudo isso veio do 15M com pessoas que são especialistas, que sabem muito de cada assunto. Como um *pool* de conhecimento que o 15M deixou.” (Javier Toret, 2016)

Com todo um arsenal de iniciativas que se voltam para efeitos emocionais, engajamentos, criação de comunidades, reforça-se a ideia de uma subjetivação autônoma que interfira no jogo biopolítico e seja capaz de criar identidades coletivas a partir dos afetos.

“Para mim, a subjetividade é performativa. A subjetividade não está regida pelas condições materiais, a subjetividade em rede não tem mais a ver com a classe. Na época fordista as condições de vida dos operários geraram espaços comuns que não existem mais com a precariedade. Os movimentos mais potentes dos últimos anos, #Yosoy32, Occupy, 15M, são nomes simples. Não são os “precários unidos rebeldes”. São *brands*. Claramente, a existência dessa subjetividade veio com a Internet, com toda a cultura do mundo do software livre e hacker que nos deu virtualidades e potencialidades políticas que não tínhamos antes” (Javier Toret, 2016)

Operar uma performatividade ou *branding* da multidão seria então uma forma de constituir novas subjetividades alternativas à conduta de si neoliberal? A leitura tecnopolítica encara o campo de produção de sentido das redes distribuídas como um lugar dessa guerra memética. Porém, aqui o conceito de meme, a unidade de informação simples e replicável, se

difere da original concebida por Richard Dawkins (2007), onde esta, assim como o gene egoísta, quer transmitir por gerações infinitas sua essência. O enfoque complexo entende o meme como uma mensagem capaz de gerar cadeias comunicativas dinâmicas e autopoieticas.

A abordagem tecnopolítica afirma assim o caráter desterritorializante da comunicação em rede. Fazer variar as linhas e suas velocidades para produzir e antecipar acontecimentos que façam a diferença emergir. Mas como operar os *ritornelos* que desterritorializem e reterritorializem novas condutas? A tese do desbordamento comunicativo revela então um caráter de experimentação tecnopolítica: deve-se produzir acontecimentos para que se mudem as sensibilidades e se produzam outros acontecimentos, em um ciclo contínuo de retroalimentação. Permitir-se perder o controle sobre as dinâmicas estéticas e discursivas que a comunicação em rede engendra. Mas como diferenciar-se da máquina de propagação de crenças e desejos da publicidade, da mídia corporativa, dos Estados-Corporações e suas técnicas de *agenda-setting* que continuamente busca territorializar essa produção da diferença; e esta máquina da multidão que se propõe a criar outros afetos e invenções? Ou a primeira pré-determina e modula continuamente seus efeitos e a última se abre inequivocamente para a criação de novos mundos possíveis? É possível opor nesse contexto uma maquinismo vivo e autopoietico às máquinas de captura e repetição vazias da racionalidade neoliberal? Como criar uma governamentalidade com os afetos?

“Se ativamos os afetos que se retroalimentam, estão circulando emoções, as pessoas estão pensando coletivamente, e nessa retroalimentação alegre que gera indignação, se constrói um corpo que constrói uma ação. O sujeito se produz na ação, o sujeito da inteligência coletiva, ainda que haja pequenos núcleos dinâmicos que estão lançando uma ação, é o processo de comunicação que faz o sujeito. O que estamos fazendo continuamente é criar sujeitos, ou subjetividades que intervêm. Para construir um empoderamento precisa-se de uma narrativa, uma ação que propõe-se ao espaço público, e a partir daí pessoas que se agregam e fazem com que a comunidade cresça. É a uma das chaves, onde as pessoas se apropriam da tecnologia e da política para construir os movimentos que aconteceram e que vão ainda acontecer...” (Javier Toret, 2016)

4.3 Liderança Distribuída

Mas como pensar os modos de organização que os movimentos-rede engendrariam? A questão da horizontalidade em oposição à hierarquia das estruturas tradicionais de representação é constantemente reiterada pelos discursos que envolvem a descrição das emergências desses fenômenos, sob a lógica da rede. Alguns autores (NUNES, 2014 ;TORET, 2013; MONTERDE, 2016; SANCHEZ-CEDILLO, 2011), ao analisar estes fenômenos, vão pontuar que existem modos de organização específicos, ao contrário da visão do senso comum de que estas mobilizações não possuem organização alguma, são completamente horizontais e nascem exclusivamente por geração espontânea a partir das redes sociais.

“Eu acho que a horizontalidade não existe, era uma ilusão do 15M, seria negar as relações de poder entre nós. A horizontalidade absoluta não existe. Se podem trabalhar lideranças distribuídas, que tentem harmonizar as diferenças de poder entre os grupos, em um processo. Uma combinação de horizontal e vertical, consciente, trabalhada , posta sobre a mesa para modelos diferentes.” (Violeta Cabello, 2016)

“Mas em relação a horizontalidade, nas mil assembleias de bairro de Madrid, havia várias, o fluxo não era horizontal, mas vertical, porque tinha que se levar as posições das assembleias de bairro para a assembleia geral. E vice-versa. E com representantes para levar as informações de uma assembleia a outra. Para mim o horizontalismo não existe a não ser que seja em um bairro e seus vizinhos. Acho mais efetivo o modelo de *netcracia*⁸⁵, porque ninguém pode tomar decisões em lugar de ninguém sem permissão. E eu posso me relacionar diretamente a partir de uma assembleia com outra sem passar por intermediários. É uma assemblearismo p2p. É um pouco tirano, se formam núcleos de poder. Mas essa influência se fiscaliza em tempo real, é diferente de um cargo que é imposto por 4 anos, mas as pessoas consentem ou não consentem com aquilo.” (Francisco Jurado, 2016)

85 Netcracia é um termo criado pelo tecnólogo sueco Alexander Bard para definir o sistema de tomada de decisões em uma rede social distribuída.

Esses modos de organização pressupõem que os sistemas-redes são dinâmicos: sua extensão, seus nós, suas conexões se modificam a todo instante, por isso é impossível se obter uma descrição fixa de seus atributos. Em suma, são sistemas-vivos e autopoieticos, derivam e se transformam. Mas é necessário tentar entender como eles se modificam, que outros sistemas-rede incorporam ou criam, que dinâmicas influenciam sua construção. Eles possuem, portanto, uma “topologia policêntrica e mutante”.(TORET, 2012)

Desse modo, mais do que não ter liderança alguma, estes sistemas-rede possuem uma liderança distribuída. Sua dinâmica ao longo do tempo produz, não, lideranças individuais, mas também lideranças narrativas que guiam as ações estratégicas de movimentos distribuídos. É um movimento distinto portanto dos movimentos sociais clássicos com afiliações e centralização do comando de ações, mas onde seus participantes se unem sob determinados tópicos, atividades ou identidades coletivas para sincronizar suas mobilizações. Para Nunes, a liderança distribuída serve para dissipar uma oposição entre o unitário e o múltiplo, o vertical e o horizontal. Para o autor é necessário pensar em como essas forças se equilibram:

“A discussão deixa de ser sobre como conquistar uma horizontalidade absoluta, que será demonstrada como impossível, ou como eliminar a liderança, a representação e o fechamento, e se torna sobre como negociá-las, que equilíbrios a atingir entre abertura e fechamento, dispersão e unidade, ação estratégica e processos e assim em diante”⁸⁶ (NUNES, 2014:13)

Para aprofundarmos o entendimento da topologia das redes e da liderança distribuída cabe identificarmos alguns pressupostos. A definição por parte da agência RAND do departamento de defesa americano de três topologias teóricas de redes para propor redes de comunicação que fossem menos vulneráveis a ataques nucleares é um deles. Estas eram: as redes centralizadas, as redes descentralizadas e as redes distribuídas (BARAN, 1964). A rede centralizada teria um nó central que intermediaria todas as relações da rede, todo nó passa por um centro para chegar a outro nó. As redes descentralizadas se caracterizariam pela presença de muitos centros (*hubs*) onde nós periféricos precisam passar por estes para se conectarem uns aos outros; e a redes distribuídas seriam as redes em que não haveriam *hubs*, mas uma

86 “The discussion ceases to be about how to achieve absolute horizontality, which will have been demonstrated to be impossible, or how to eliminate leadership, representation and closure, and becomes about how to negotiate them, what balances to strike between openness and closure, dispersion and unity, strategic action and process and so forth” (Tradução nossa)

topologia que possibilitasse a cada nó se conectar um ao outro sem a necessidade de passar por um intermediário, uma rede igualitária.

Barabasi (2005), ao analisar a rede de links entre *websites* no final dos anos 90, verificou que as redes que se auto-organizam aleatoriamente como a Internet possuem a tendência de, ao crescerem, se tornarem redes de livre escala com um alto grau de criação de *hubs*: uma pequena quantidade de nós que tende a concentrar a intermediação das conexões a partir da lei da potência.

Essas premissas são importantes para pensarmos que tipo de topologia caracterizariam as redes dos sistemas-rede que emergem nos movimentos sociais na Espanha. Eles seriam sistemas distribuídos, naturalmente horizontais? Ou obedeceriam à lei de potência com uma tendência inequívoca em formar centros de intermediação de livre escala? É nesse momento que a topologia mutante e a liderança distribuída aparecem como conceitos para superar a dicotomia horizontalidade/verticalidade. As redes que se criam e se modificam em casos como o da Espanha se formam de modo descentralizado e com a formação de *hubs*, mas exatamente por possuírem uma diferenciação interna contínua, autopoietica, esses *hubs* - as lideranças distribuídas - se modificam, modificando ao mesmo tempo a topologia e a dinâmica da rede, tornando-as mais ágeis, flexíveis e, portanto, mais eficientes.

“Além do contínuo aparecimento e desaparecimento desses nós, esses sistemas-rede também demonstram uma contínua formação, transformação e dissolução de *clusters*, uma contínua transformação quantitativa e qualitativa de laços, e conseqüentemente, o contínuo aparecimento, crescimento e encolhimento de *hubs*, do ponto de vista quantitativo (número de laços) e qualitativo (sua natureza e força). Além do mais, a proliferação dos laços produz constantemente redundância, criando caminhos alternativos entre nós. [...] Essa diferenciação interna contínua nos permite descrevê-la como uma rede distribuída, mesmo que, especialmente em suas periferias mais esparsas e entre seus nós de grau baixo, tenhamos algo mais próximo de uma arquitetura descentralizada.” (NUNES, 2014:32)⁸⁷

87 Tradução do autor: “Apart from the continuous appearance and disappearance of nodes, these network-systems also display the continuous formation, transformation and dissolution of clusters, the continuous quantitative and qualitative transformation of ties, and consequently the continuous appearance, growth, shrinking and disappearance of *hubs*, from the quantitative point of view (number of ties) as well as the qualitative (their nature and strength). Besides, the proliferation of ties constantly produces redundancy, creating alternative paths between nodes that counteract the tendency for *hubs* to become critical to the network’s functioning. This continuous internal differentiation entitles us to describe them as distributed, even if, especially in their sparser peripheries and among small-degree nodes, we have something closer to a decentralised architecture.”

Monterde (2016) caracteriza estes movimentos como naturalmente expansivos e promotores de diferenças a partir da atividade, no que chama de especialização funcional. Ou seja, os movimentos no interior das redes se aglutinam por atividades específicas, derivando e criando a todo momento novas sincronizações no interior dos sistema-rede pela própria ação. Nesse sentido, pode-se instalar um olhar para evolução do 15M a partir do desbordamento do ponto de vista organizativo. Como já vimos, o coletivo Democracia Real Ya, com diversos núcleos na maioria das cidades espanholas, sem controles de entrada de novos nós, foi a experiência que desencadeou o 15M como manifestação de rua. Experiência que depois se derivou nos acampamentos e iniciativas subsequentes. A série de atividades que se seguiu (muito bem ilustradas na figura 7), com a agregação de atores operando em diferentes escalas e com diferentes densidades, gera capacidade de guiar o movimento-rede sem a necessidade de um comando central.

“En resumen, el 15M se caracteriza como propiedad emergente del movimiento-red 15M la especialización funcional, donde un componente o nodo del sistema se especializa en un ámbito de trabajo específico apuntando a resultados concretos, en la medida que existe una noción colectiva sobre la necesidad de transformar las formas de organización y acción por parte de sus participantes. Durante el periodo de evolución del 15M aparecen una gran cantidad de grupos especializados en ámbitos temáticos específicos (vivienda, sanidad, educación, crisis financiera, deuda, agua, democracia, etc.). La especialización funcional presenta una variabilidad en el tiempo, produce desplazamientos de la actividad sincronizada, opera en diferentes escalas, multiplica las iniciativas colectivas y presenta continuidad y discontinuidad en el tiempo. La especialización funcional se presenta como una fase lógica después de las grandes movilizaciones donde la transversalidad del 15M, se traduce en iniciativas concretas y en demandas concretas de mínimos, y con la posibilidad de conseguir cosas factibles y escalable.” (MONTERDE, 2016:302)

Essa característica, a possibilidade de absorver a invenção e a contínua diferenciação das atividades, é um dos principais fatores que diferenciariam os novos movimentos-rede das estruturas tradicionais de representação, que, por essa perspectiva, não são capazes de se transformar e se tornam reféns de suas arquiteturas rígidas e inflexíveis.

“Não fazemos as coisas para que durem mas para que cumpram objetivos. É divertido romper com essa estrutura hierárquica e dinossáurica, de não poder transformar as coisas. Se uma coisa não funciona, não tem sentido manter uma estrutura. Os sindicatos enormes

têm estruturas ultrapassadas porque são incapazes de se reinventar a si mesmos, de reconstruir seu devir. O 15M fez isso muito bem, como mudar de uma a outra forma para distintos coletivos e distintos objetivos, me parece mais dinâmico, com um código aberto. Não é todo mundo que tem que fazer o mesmo, isso é o desborde, a ausência de lideranças. Não tem por que precisar de uma liderança por liderança, a pessoa assume a liderança porque ela é crucial naquela atuação.” (Javier Cruche, 2016)

“Não tem um único líder da rede, tem nós mais importantes, que tem mais confiança, mais repercussão, que depende da sua capacidade, da sua inteligência de captar as marcas e os momentos. Nos processos de inteligência coletiva, há uma liderança dinâmica, não tem sempre um ator, mas vários atores que vão aparecendo. E isso é um pouco estranho para os movimentos sociais, porque estão acostumados que eles tem uma luta e essa luta permanece sempre, e dinâmica da inteligência coletiva, os interesses, os desejos vão mudando, e você tem que intervir com marcas novas. O interesse coletivo se renova continuamente e tem que canalizar a disputa comunicativa em cada momento.” (Javier Toret, 2016)

Nessa perspectiva, a dicotomia entre horizontalidade e verticalidade, entre a noção de um movimento sem líderes, ou com um grande líder, é insuficiente para pensar os novos movimentos contemporâneos que, ao contrário, se dão a partir da proliferação de lideranças de médio e pequeno porte no decorrer dos acontecimentos. Segundo Nunes, estas lideranças exercem uma “função-vanguarda” efetuando pontas de desterritorialização que abrem novas direções a todo momento.

“Nessas ocasiões em que iniciativas “vindas do nada” logram condensar a atenção e o esforço coletivos, atraindo apoio e gerando efeitos exponencialmente superiores a suas condições iniciais, podemos dizer que uma *função-vanguarda* se manifesta no interior de um sistema-rede, ativando-o como um todo ou em parte. O conceito aqui nada tem em comum com a concepção teleológica de vanguarda cuja ascendência sobre a tradição marxista engendrou a prática política destrutiva que denominamos “vanguardismo”. Falar em função-vanguarda é, justamente, falar de uma *função*, que pode ser ocupada por diferentes núcleos de ação (grupos e, excepcionalmente, por indivíduos) em diferentes momentos; ela é *objetiva* no sentido de que, uma vez que a modulação introduzida no sistema-rede tenha se propagado, é possível identificá-la como a causa anômala por trás de um número crescente de efeitos. Mas não no sentido de uma transitividade necessária entre uma posição objetivamente definida

(classe ou fração de classe) e a ocorrência de uma irrupção de subjetividade política (consciência ou evento). A função–vanguarda é como aquilo que Deleuze e Guattari chamam de “ponta de desterritorialização” de um agenciamento, uma coletividade ou uma situação: a parte que, tendo introduzido uma modulação no comportamento do todo, abre uma nova direção e, à medida que se propaga e comunica a outros, pode se tornar algo a ser seguido, desviado, resistido etc. – “imitado, adaptado, oposto”, diria Gabriel Tarde. Ela é o ponto por onde a inovação passa no sistema-rede; a vanguarda como devir.” (NUNES, Online)⁸⁸

4.4 Código aberto

Outra caracterização significativa da linha tecnopolítica é a associação das práticas vinculadas ao mundo da tecnologia da informação - principalmente das que advêm da cultura hacker e do software livre – às práticas políticas. Nesse sentido, o problema dos métodos é constantemente colocado como intrinsecamente ligado à questão política. A ideia de que um método organizativo e de formação de rede é capaz de definir os rumos políticos de determinada iniciativa e organização se assemelha à ideia de que o código é a lei (Lessig, 2002), ou seja, que os códigos-fonte de determinado software vão definir os parâmetros das relações que ali se estabelecerão. Da mesma forma, as regras, métodos de entrada e saída de uma atividade ou organização política vão influenciar a maneira pela qual esta vai operar como rede. O paralelismo entre código e política, portanto, é extremamente presente nos discursos das atividades políticas.

“Nós, que viemos mais da parte digital do 15M, somos uma corrente mais heterogênea, não temos uma identidade própria, porque não funcionamos assim, é uma corrente que se centra mais, do que nos líderes, nos métodos, mais do que em quem, no como, a personalidade é menos importante que a ideia e sobretudo do que os procedimentos” (Francisco Jurado, 2016)

A liberdade de distribuir, usar, e estudar os códigos-fontes, características básicas do

88 NUNES, R. Anônimo, vanguarda, imperceptível. Disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2016/11/anonimo-vanguarda-imperceptivel-por-rodriigo-nunes/> Acesso em: 12/05/2016

software livre; e o uso do *copyleft* como ferramenta de manutenção da transparência e das liberdades, tem no seu discurso um viés político de oposição ao controle de governos e empresas sobre o destino, uso e manipulação dos softwares: os códigos devem estar disponíveis para benefício de uma comunidade, a capacidade de estudá-los e modificá-los deve ser útil para que as comunidades os adaptem para seu melhor uso. A cooperação e o compartilhamento são defendidos como posturas políticas. É certo que no contexto do software livre, outros argumentos em sua defesa adquirem versões de natureza técnica como a sua flexibilidade ou sua eficiência produtiva. Mas a transparência é a condição ética essencial do software livre, a condição para mantê-lo sob domínio comum.

Da mesma forma, os movimentos-rede emergentes e iniciativas políticas que decorram destes são caracterizados como movimentos de “código aberto” por, em primeiro lugar, poderem ser transformados e modificados ao longo do tempo sem controle ou qualquer tipo de restrições; em segundo lugar, por serem abertos e transparentes em suas práticas e lugares de tomada de decisão, e por último, por oferecerem um modelo de gestão que instigue a cooperação entre pares.

“Para los que venimos del *software libre*, esta movilización deviene continuamente código abierto. Todos los contenidos son open data: manifiestos, declaraciones, actas. Todos los espacios de toma de decisión son abiertos en la plaza, y en los foros, y en facebook, y en los pads, y en las webs, y en los blogs, y en la cantidad de herramientas inventadas estos días. La revuelta también es abierta porque es retransmitida en directo 24 horas por los streamings, a través de los hashtags de twitter, de los canales IRC, de las miles de fotos y vídeos que se suben cada hora dando cuerpo a lo que debe ser la revuelta más bien documentada de la historia, donde la comunidad genera los contenidos, con licencias libres, de todas y para todas. También el código de los procesos organizativos continuamente se copia de una plaza a otra, adaptándose a las necesidades singulares de cada lugar, trabajando en permanente revisión colectiva, y modificando sus partes para nuevos prototipos para cada una de las realidades.” (MONTERDE, Online)⁸⁹

Uma das iniciativas que talvez melhor expressem essa concepção seja a experiência do Partido X, criado para disputar as eleições europeias de 2014, no mesmo pleito em que o Podemos surgiu. Idealizado como um não-partido, como uma interface de entradas e saídas, reivindicava a política participativa e o *copyleft* como princípio, inventando a ideia de um

89 MONTERDE, A. **La potencia de la cooperación en la plaza global**. Disponível em: <https://arnaumonty.wordpress.com/2011/05/23/la-potencia-de-la-cooperacion-en-la-plaza-global/> Acesso em: 12/07/2015

partido como um sistema operacional de código aberto, que abre a construção de suas práticas e oferece seus procedimentos para serem copiados e modificados, definindo-se como “um protótipo pioneiro para conquistar a soberania democrática da cidadania”.

“El Partido X es un método para cambiar radicalmente los cauces de la democracia y la función de lo que hasta ahora se ha dado llamar “partidos”. El Partido X salió en 2013 anunciando que ya había ganado en el futuro. Y así está sucediendo. Estamos viendo como nuestra propuesta metodológica está siendo imitada continuamente y como se replica. Este método pone sobre la mesa cómo será el futuro lógico de la democracia. La democracia será así o no será. Realmente ya hemos ganado el futuro. Lo que proponemos se hace poco a poco realidad. Solo era necesario ponerlo sobre la mesa con la suficiente contundencia para que nunca más se pueda obviar.”⁹⁰

Há, declaradamente na descrição do *website* do partido, a substituição da “ideologia por uma metodologia”, que pressupõe uma federação de competências entre os participantes que se organizam “por afinidade e ação”, e não por “afiliação”, e onde o encontro político “se produz por ações concretas e não uniões ideológicas”. Desse modo, o partido se apresenta como “apartidista” e busca traduzir para o campo da organização política os procedimentos de desenvolvimento de softwares livres.

O Partido X nas eleições europeias conquistou aproximadamente 100.000 votos, número que não foi capaz de outorgar-lhe uma cadeira no parlamento Europeu. Muitos dos envolvidos na iniciativa haviam vindo do coletivo Democracia Real Ya. Javier Toret afirma que na experiência do Partido X experimentou-se um outro tipo de metodologia para compor a rede. Em vez da associação livre de novos nós, como os núcleos do DRY se formaram sem qualquer tipo de controle, a rede de colaboradores Partido X foi formada por meio de “catalisadores”, atores que já possuíam relações de confiança com o intuito de formar uma “rede mais robusta”.

“No Partido X passamos da tática dos enxames para a tática dos catalisadores. Os enxames são uma ideia de que há um ponto, uma ação onde sincronizamos algo em um momento determinado para conseguir algo. O 15M foi isso. Um chamamento, uma mobilização que todo mundo se conecta e sincroniza em um ponto. Essas

90 Ver: <https://partidox.org/metodo/> Acesso em: 12/07/2016

manadas são muito poderosas, mas para trabalhar era muito difícil nessa multidão, para fazer um trabalho mais orgânico. Por exemplo, o DRY era muito mais operativo do que as assembleias da praça dos acampamentos. Então queríamos inventar grupos pequenos para atuar em um contexto novo e um ecossistema novo de meios que o 15M havia produzido.” (Javier Toret, 2016)

Alguns atores que entrevistamos associam este insuficiente rendimento ao fato do Partido X ter controlado demasiadamente a associação de pessoas aos seus quadros.

“O Partido X puxou do 15M uma coisa muito importante, a participação e a transparência, mas propôs um modo diferente de organizar as instituições e o poder. Entretanto o partido X não se estruturou como o DRY, por medo de perder o controle. Tentou montar nós mas eram nós controlados, que tinham que ser autorizados.” (Francisco Jurado, 2016)

“Partido X veio dos conflitos do DRY e pensamos, vamos fazer de outra maneira, com pessoas que conhecíamos para trabalhar com elas, por afinidade. Foi selecionando pessoa por pessoa e nem todo mundo podia entrar. Foi superacelerado, para disputar as eleições europeias, mas muito controlado. E uma estratégia de comunicação muito “hacker” e muito nas redes sociais e que não chegou a muita gente. Esse não desborde, creio que saiu caro.” (Violeta Cabello, 2016)

“A estrutura interna era problemática, não era distribuída, e os nós foram caindo. No partido X havia uma aposta pela escalabilidade, com nós de confiança, vendo se as pessoas sabem trabalhar bem, então havia uma tentativa de formar as pessoas. Havia a necessidade que tudo fosse pouco a pouco.” (Antonio Calleja-Lopez, 2016)

Outro momento de associação entre as práticas do software livre e organizações políticas se deu nas eleições municipais de 2015, onde as confluências locais ganharam as eleições em cidades como Madrid e Barcelona. Gutierrez, no texto “A era dos pós partidos políticos” associa os princípios éticos das quatro liberdades do software livre aos princípios que nortearam as candidaturas municipalistas.

“Os cinco princípios da confluência de Ganemos funcionaram metaforicamente como as quatro liberdades do software livre: um breve quadro ético para a construção de processos e práticas de partilha de códigos. Vale a pena ler com calma: 1) Princípio da confluência: não criar uma nova estrutura, mas sim promover a coordenação das existentes e trabalhando em conjunto. 2) Princípio da promoção: Encorajar o desenvolvimento de ferramentas e oportunidades de cooperação no território em lugares onde eles não existem. 3) Princípio da Sustentabilidade: Pense mecanismos de participação para que eles sejam sustentáveis, não só para os ativistas pessoas, mas para o público em geral. 4) Princípio da inclusão: que as iniciativas lançadas sempre busquem a cidadania em geral, e a sua participação, não só a composição interna do movimento. 5) Princípio Co-organização: não compreender a cidadania como um espaço para consulta ou validação, mas sim favorecer as ferramentas, que para os que desejem, possam organizar-se, participar e tomar decisões vinculativas.” (GUTIERREZ, Online)⁹¹

Desse modo, a crise de representação atual das democracias modernas é interpretada como resultado de um código ultrapassado. Seria necessário, nessa perspectiva, atualizar o código das rotinas de funcionamento das tomadas de decisão, dos processos legislativos, das formas de participação. A ideia de democracia direta ou democracia radical é mobilizada em torno das capacidades das novas tecnologias de comunicação e informação. Seguindo esse entendimento, o uso de plataformas e interfaces digitais ganha centralidade para que expressão da inteligência coletiva se efetue em processos participativos que superem a limitações da representação institucional.

Por exemplo, a iniciativa *Democracia 4.0*⁹² é uma das plataformas que advogam o exercício de práticas de “desrepresentação”. Ou seja, que através de votação eletrônica via Internet todo cidadão possa participar das sessões legislativas revogando temporariamente sua cessão de soberania aos parlamentares eleitos. Dessa forma, um voto parlamentar equivaleria ao total da quantidade de eleitores dividido por pelo número de cadeiras,⁹³ e os votos eletrônicos diretos poderiam a cada pleito manifestar suas escolhas.

Outro exemplo, é a plataforma Democomunes⁹⁴, que define-se como “uma rede de bens comuns para a democracia”. O objetivo é “criar, liberar e compartilhar modelos

91 GUTIERREZ, B. **A era dos pós partidos políticos**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/543541-bem-vindos-a-era-dos-pos-partidos-politicos> Acesso em: 20/08/2015

92 Ver: https://15mpedia.org/wiki/Democracia_4.0

93 Por exemplo, se há 100.000 eleitores e 10 cadeiras parlamentares, cada parlamentar equivaleria há 10.000 votos. Dessa forma, pode-se contabilizar quanto cada voto eletrônico individual poderia influir nas tomadas de decisão legislativas.

94 Ver: <http://democomunes.net/>

organizativos, tecnologias, metodologias, práticas, materiais legais, narrativas e, em geral, recursos comuns e abertos que nos levem até formas democráticas baseadas na participação colaborativa conectada”. Ou seja, formar um repositório de iniciativas que possam ser replicadas em diferentes contextos.

O desenvolvimento e o uso de ferramentas de participação digital em Madrid e Barcelona com suas respectivas plataformas, Participa.Madrid⁹⁵ e Decidim.Barcelona⁹⁶, desenvolvidas em software livre e em contínuo aprimoramento, são também exemplos dessas práticas e colocam a disposição das populações orçamentos participativos, planos de atuação municipal e espaço para proposição de medidas. O debate gira em torno de como facilitar e superar as limitações inerentes a uma plena democracia direta e ou a uma idealização de uma ágora pública a partir de ferramentas digitais.

Para Francisco Jurado, as assembleias presenciais refletiriam essa dificuldade e as ferramentas digitais, pelo contrário, permitem uma participação de acordo com a capacidade de cada um.

“Nas assembleias, os espaços de política presencial, eu gosto muito do contato com as pessoas, você as vê, você as toca, são corpos que estão ali. Mas também vejo coisas perigosas, por exemplo, o nível de resistência, em assembleias de 8 horas, minha cabeça já não dava para mais nada. Quem está mais acostumado, resistia até o final e ganhava e os que não.... A assembleia presencial requer um tempo disponível. Com a internet isso se soluciona um pouco porque não preciso estar presente, participo quando quero, quando e como posso, mas é algo mais frio. Creio que é um erro opor o presencial e virtual, as duas formas têm que se complementar.”

Gerbaudo (2012) faz um contraponto ao que chama de tecno-procedimentalismo, onde a obsessão por ferramentas e procedimentos desviaria a atenção dos conteúdos políticos para a formas de participação.

“A prática de uma democracia digital plebiscitária, tanto por meios formais e informais de votação online, pode trazer um desprezo pelo direito de minorias e levar a novas involuções autoritárias. [...] Mais do que isso, há um risco de um tecno-procedimentalismo. Geralmente, na sua obsessão por procedimentos e ferramentas na web, movimentos emergentes e partidos não

95 Ver: <https://decide.madrid.es/>

96 Ver: <https://www.decidim.barcelona/>

aparecem suficientemente preocupados com o conteúdo político e correm risco de não dar a atenção necessária para desenvolver um programa político coerente”(GERBAUDO, 2012:22)⁹⁷

É necessário ressaltar, entretanto, que os métodos não se resumem à atuação em plataformas digitais. Recentemente a prefeitura de Madrid utilizou-se do método G1000⁹⁸, inventado na Bélgica, para realizar uma espécie de participação estatística. Sorteando semi-aleatoriamente 1000 moradores da cidade como uma amostra estatística que fosse demograficamente representativa da diversidade da população, realizaram-se encontros para formulação de propostas e deliberação em relação aos próximos orçamentos participativos que a prefeitura abrirá.⁹⁹

Xavier Baradarian, desenvolvedor da plataforma Decidim.BCN, também destaca como as plataformas de participação digital podem funcionar como interface entre o território e a prefeitura para potencializar a inteligência coletiva de forma a reconstituir o tecido social.

“Quando se trata de articular políticas públicas, são coisas mais chatas, onde as mudanças são muito mais duradouras. As empresas utilizam seus clientes para melhorar seus produtos, para que façam propostas, e as instituições públicas não estavam fazendo isso. Ou quando estão fazendo, estão cedendo às forças empresariais que usurpam as bases de dados da cidadania em seu benefício. Outro exemplo, muitos programas da prefeitura eram de CRM, mas as pessoas não são clientes, são cidadãos, tem que ter participação efetiva. Uma das exigências do 15M é que a democracia de votar a cada 4 anos era algo obsoleto. Não se inovou na democracia e se inovou em todas as outras coisas. Então é uma necessidade que está aí, investigar, desenvolver ferramentas para isso. A virtude não era só usar as novas tecnologias, nossa orientação no Decidim.BCN era algo que esteja conectado com território, com encontros presenciais. Usar tecnologias que já existem e que estamos fazendo para resolver os problemas para cidade. Sempre que você fornecer os meios para que a inteligência humana se conecte melhor isso tem muito mais potência que a inteligência maquina isolada e

97 Tradução do autor: “The practice of a digital plebiscitary democracy, through both formal and informal modalities of online voting, can bring about a disregard for the right of minorities and lead to new authoritarian involutions [...] Furthermore there is a risk of techno-proceduralism. In their obsession with web procedures and tools, often emerging movements and parties do not appear sufficiently concerned with political content and run the risk of not devoting enough attention to developing a coherent political programme”.

98 Ver: <http://www.g1000.org/en/manifesto.php>

99 Ver: <http://democomunes.net/la-eleccion-al-azar-el-g1000-y-la-deliberacion-para-cambiar-madrid/>

gestionada por empresas.(Xavier Barandarian, 2016)

5. Neopopulismo

Seguindo nossa sistematização das apostas afetivas que se sobrepuseram à experiência do 15M, abordaremos aqui a experiência do Podemos, e sua proposta de atuação principalmente da perspectiva pós-gramsciana de Ernesto Laclau (2012) e uma *nova razão populista*. A interpretação podemista¹⁰⁰ se baseia na ideia de que o 15M abriu, ou pelo menos, revelou, uma crise orgânica do regime pós-franquista de 78, e esta crise era a oportunidade de criar consensos sociais para se opor a imposição das políticas de austeridade e os efeitos da crise econômica de 2008. Essa crise abriu uma brecha no sistema político espanhol, e era necessário ocupar esse vazio político, ou em outras palavras, ocupar “significantes vazios”: símbolos, palavras e valores que devem ser reapropriados para criar significados, novas cadeias de equivalência, com o objetivo de recriar uma unidade popular e recompor o tecido social em um novo antagonismo.

“En España, como en otros países europeos, la crisis económica generó una crisis orgánica, concretada en términos políticos en lo que nosotros llamamos una crisis de régimen, esto es, el agotamiento de modelo político y social surgido del proceso de transición a la democracia acaecido tras la muerte de Franco en 1975 y el paulatino desmantelamiento parcial de la dictadura durante los años siguientes de consolidación democrática. Si la mayor expresión social de la crisis orgánica fue el movimiento 15M, su mayor expresión política ha sido Podemos. La denominada Transición fue el proceso político de transformación del franquismo en un sistema demoliberal equiparable al de muchos países occidentales. Aquel proceso se caracterizó por no afectar a la posición de las elites económicas españolas y por favorecer el reciclaje de buena parte de las viejas elites políticas franquistas, que continuaron en posiciones de poder tanto en los aparatos del Estado como en las principales instituciones, incluso tras la abrumadora victoria de los socialistas en 1982.” (IGLESIAS, 2015:10)

A diferença principal da leitura pós-hegemônica de Laclau para com a teoria política

100 É necessário destacar que quando falamos da leitura populista incrustada no Podemos estamos nos referindo às teses do grupo majoritário do partido que se autodenominava “Claro que Podemos”, e cujas lideranças Pablo Iglesias e Íñigo Errejón eram seus principais expoentes e defensores das teses Laclauianas. O partido contava também com outros grupos, notadamente, a Esquerda Anticapitalista e outros setores independentes.

gramisciana reside na compreensão de que vivemos em tempos pós-ideológicos, onde não é só a luta de classes que determina a disputa de hegemonia no bojo da sociedade mas a luta contra-hegemônica se desloca exigindo articulações de novas identidades políticas que envolvem questões raciais, de gênero, sexualidade e imigração, por exemplo. Para o autor, a crise de representação faz a estrutura vigente perder sua consistência, abrindo brechas discursivas, que Laclau denomina “significantes vazios”. É necessário então que se crie, a partir daí, uma força política que seja capaz de articular e sintetizar as forças de distensão social em uma nova totalidade discursiva. Essa “força só consegue consolidar-se ao rearticular a vontade coletiva num sentido social global. Tal cristalização de identidades políticas até então sub-representada determina um novo bloco histórico, numa unidade simultaneamente cultural e política” (CAVA, 2015:127)

O desafio da operação populista laclauniana é de criar um novo antagonismo, um “Nós vs. Eles”, porém a partir das identidades heterogêneas dispersas no tecido social. Foi essa tarefa que o Podemos se dedicou a realizar a partir do 15M a partir de 2014. Reconhecer que aquele momento expôs o conjunto de demandas e insatisfações presentes na sociedade espanhola, mas que era necessário dar um passo além, realizar uma articulação e sintetização destas em uma nova universalidade discursiva, que fosse capaz de “construir um povo”.

“No se produjo el paso siguiente de que la concatenacion de demandas insatisfechas cristalizase em una nueva voluntad popular, o no precipitó em formas consistentes y duraderas de esta aunque sí produjese un clima cultural propicio para ello. No produjo ningun momento en vertical, no cristalizó em alternativas políticas, em liderazgos nuevos, em programas, pero sí que tuvo un primer momento claramente de dicotomización del cambio político. Si que se produjo esto, y hoy hemos ido avanzando em la construcion de una identidad popular em el sentido no institucional, una fuerza popular nueva” (ERREJON, MOUFFE, 2015:93)

Nesse sentido, reside também a interpretação que o 15M e movimentos similares já engendrariam um novo tipo de populismo, um populismo 2.0. Essa é a leitura de Gerbaudo (2014) que enxerga na criação de novos sujeitos coletivos a produção de novos antagonismos: os 99% do movimento Occupy, os de “arriba” e “abajo” do 15M. Para o autor, mais do que a lógica da rede e do cérebro social que fundamentam a leitura tecnopolítica, é a performatividade do senso de estar junto e contra algo que permite a agregação social demonstrada nestes fenômenos.

“Movimentos populistas apelam a um ideal de sujeito que é enxergado a princípio como altamente atomizado, e portanto com a necessidade de reintegração no corpo social. Fundamental na narrativa populista é a figura do 'homem comum' em todos seus avatares: o trabalhador, o homem médio, a classe pobre trabalhadora, os desempregados, os não representados. Movimentos populistas apelam mais a indivíduos do que as classes ou agregados coletivos preestabelecidos. Eles apelam a eles a partir de um senso comum de vitimização diante de grandes organizações, sejam as corporações ou o estado, que agem contra seus interesses. Esse imaginário social passa por uma poderosa readaptação no ativismo das mídias sociais, com o ideal do homem comum agora atualizado para a figura do “usuário de Internet genérico” como o endereço imaginário dos apelos populistas”¹⁰¹ (GERBAUDO, 2014:7)

Os teóricos do Podemos reconhecem essas características do 15M como um momento populista, mas apenas por um viés destituente que abarcasse e denunciasses a multiplicidade de temas e problemas sociais e os transformasse em um antagonismo, identificando nos “políticos e banqueiros”, na elite econômica, os sujeitos responsáveis pela crise. A destituição do bipartidismo da transição espanhola porém seria insuficiente para compor um novo sujeito político capaz de disputar espaços institucionais. Construir um povo era necessário e para isso era necessário articular esses “significantes vazios” para ocupar o centro do tabuleiro político. Uma forma de fazê-lo, e isto o Podemos soube recolher como rastro do 15M, era esquivar-se do eixo esquerda-direita e produzir uma transversalidade discursiva, em uma nova ocupação de uma série de símbolos: em vez de esquerda e direita, a casta e a cidadania; a democracia e a oligarquia.

“Donde algunos solo son capaces de ver marketing electoral, hay un esforzado trabajo de compromiso y producción intelectual que explica las estrategias que hemos implementado hasta la fecha. La incapacidad de las elites de la izquierda política existente en España para intervenir en la nueva realidad política abierta por la crisis, que pedía a gritos innovaciones estratégicas, tiene que ver con procesos de burocratización de largo alcance que relegaron la materia gris de los partidos a un papel decorativo” (IGLESIAS, 2015:14)

101 “Populist movements appeal to an ideal subject that is seen as highly atomised to start with, and thus in need of a process of reintegration in the social body. Fundamental in the populist narrative is the figure of the 'common man' in all its multiple avatars: the hard-working man, the 'average man,' the working poor, the unwilling unemployed, the unrepresented citizen. Populist movements appeal to individuals rather than to classes or to other pre-established collective aggregations. They appeal to them on the basis of a sense of common victimisation in front of large-scale organizations, be they corporations or the state, that act against their interests. This social imaginary undergoes a powerful re-adaptation in social media activism, with the ideal subject of the common man now updated to the figure of the 'generic Internet user' as the imaginary addressee of populist appeals.”

A ideia de criar novos eixos de polarização está baseada na necessidade de criar fronteiras que expliquem melhor a crise e sejam capazes de compor uma nova identidade popular para qual a dicotomia esquerda/direita é insuficiente. O populismo expresso na aposta do Podemos reconhece que um povo, ou que identidades coletivas, são construídas e móveis, sendo ineficiente portanto ater-se a identidades de classe estáticas. De outro modo, e expresso de diversas maneiras em depoimentos e discursos, reconhece-se uma derrota do imaginário esquerda a partir da hegemonia neoliberal e a necessidade de reconstruí-la sobre outros marcos narrativos.

“A diferença do Podemos e as forças tradicionais da esquerda, é que assumimos que viemos de uma derrota, da derrota da cosmovisão da esquerda tradicional que explica mal o mundo, derrota da gestão social democrata comunista durante o século XX que caíram ou na gestão paternalista ou no autoritarismo, e depois a derrota dos valores comunitários que foram devorados por valores individualistas, o egoísmo, o público pior que o privado, empresas melhores que o Estado. Esta derrota nos obriga necessariamente a ver que as pessoas estão pensando assim. Se queremos reverter essa forma de pensamento temos que partir dos pontos de contato em que pode haver diálogo, porque se nos confrontamos radicalmente não vai haver diálogo. [...] Creio que sem um bom diagnóstico não pode haver uma boa terapia, e para isso é necessário tirar os antolhos ideológicos da velha esquerda. As perguntas da emancipação continuam as mesmas, mas é necessário encontrar novas respostas. É necessário reconstruir o espaço antanho chamado esquerda” (Juan Carlos Monedero, 2016)

5.1 Liderança televisiva

Desse modo, o Podemos põe no centro a questão da comunicação e seus dispositivos. Mas o faz de maneira distinta da leitura tecnopolítica e sua afiliação a teoria multitudinária e ao paradigma das redes. Esta questão também se manifesta no debate sobre o papel e tipos de mídias que influem nas construções de subjetividades, crenças e desejos no capitalismo contemporâneo. Enquanto a leitura tecnopolítica se inspira e centraliza o uso das redes sociais como meio de atuação e sincronização de afetos, o populismo priorizou a ocupação da televisão e das mídias tradicionais na sua estratégia comunicativa. A ascensão de Pablo Iglesias como figura pública é considerada como salto estratégico fundamental para a ascensão do partido como força política. Esta ascensão foi baseada na produção do programa de TV comunitários como La Tuerka e Fuerte Apache, o que posteriormente levou Iglesias a

ser presença contínua em debates políticos na televisão aberta. A aposta do Podemos na ocupação da televisão, e em uma figura carismática como seu líder Pablo Iglesias, foram reconhecidamente importantes para rápido crescimento do partido. O uso do rosto do líder nas cédulas da eleição para o parlamento europeu em 2014, é considerado como um dos motivos do primeiro êxito de grande escala do partido.

“Eso solo es posible en momentos excepcionales como el que atravesamos, y requiere una estrategia precisa de identificación de los marcos disponibles para definir el nuevo escenario así como del correspondiente discurso para imponer esos marcos en la esfera mediática. [...]En el caso de la televisión, puede decirse que, de manera mucho más intensa que los dispositivos de producción ideológica tradicionales (la familia, la escuela, la religión, etcétera), condiciona e incluso fabrica los marcos -estructuras mentales con valores asociadas a través de los cuales piensa la gente. Por eso, el objetivo principal de la campaña era básicamente explicar que «el chico de la coleta» que salía en la televisión se presentaba a las elecciones. Esas circunstancias son las que explican que optáramos por una iniciativa inédita en nuestro país: usar la cara del candidato en la papeleta electoral. El pueblo de la televisión no conocía a una nueva formación política llamada Podemos, sino a un tertuliano con coleta.” (IGLESIAS, 2015:17)

PODEMOS.

Hay momentos en la historia en que defender los principios que nos enseñaron nuestros padres requiere formas nuevas.
El 26J nuestro país tiene la oportunidad de estrenar un nuevo futuro.
Súmate al país que viene.

26J

Pymes, autónomos y economía social
DEMOCRACIA ECONÓMICA

Pablo Iglesias - Doctor en Ciencias Políticas.

71 Introducción del criterio del IVA de caja como universal y obligatorio.
66 Refuerzo del apoyo a la pequeña empresa entre las actividades del ICO y la futura banca pública.
69 Estudio del desarrollo de la figura del autónomo de responsabilidad limitada.

Figura 13: Programa eleitoral do Podemos em formato de Catálogo da IKEA

Nessa perspectiva, há na produção estética do partido esse reconhecimento e um esforço na capacidade de gerar impactos e engajamento. Um bom exemplo é o programa político para as eleições nacionais que imitava o catálogo da IKEA (Fig. 13), uma cadeia de lojas de móveis e decoração. Reproduzindo uma publicação do mundo do consumo e da produção de estilos de vida, a estratégia de marketing exemplifica a busca por essa transversalidade não só capaz de criar uma unidade discursiva, mas principalmente capaz de permitir uma vitória eleitoral associando a vida cotidiana do homem comum – consumidor da IKEA – e as propostas políticas do partido. Parte da crítica que se estabelece sobre o Podemos a partir dos movimentos sociais ligados ao 15M é sobre a exclusividade que este põe na estratégia discursiva, esquecendo-se de outros espaços de produção do político.

“Não tenho problema com o catálogo da IKEA, não vejo problema em jogar no território do marketing, mas não podemos ficar só com isso, temos que entrar nesse território para mudar esse território. Tem que haver marketing, mas que vá acompanhado de mais coisas. Usar estrategicamente o marketing, as formas de falar que podem se conectar com a sensibilidade dominante, mas não para ficar aí, mas para deslocá-la. A mudança não pode ser só discursiva, tem que haver corpos, afetos. Ganhar as instituições é uma ferramenta, não se pode tomar isso como um fim. O balanço é que o Podemos não criou uma subjetividade capaz de manter a longo prazo as inconsistências desse processo. Se apelou a uma identificação muito rápida com um modelo, com uma proposta, com líderes, e isso hoje te garante votos, mas pode ser que amanhã outro partido leve os votos, porque não tocamos na medula da posição política subjetiva das pessoas, buscamos rapidamente votantes, sem construir uma mudança na maneira de pensar, de ver e fazer, de estar com outros, esse foi um limite do Podemos”(Pepe Ema, 2016)

“O Podemos se dirige muito ao povo da TV, com uma mensagem ,com a linguagem dos significantes vazios. Com essa mensagem ele saltava ao seu entorno ativista e se dirigia direto ao público da televisão. Ele pôde fazer isso quando a TV é favorável a você. É um erro. Primeiro que a TV não estará do seu lado o tempo todo. A TV vai começar a bater em você. Depois que surge o *Ciudadanos* que é um Podemos de direita então a parte da sociedade mais liberal que você queria buscar na transversalidade, este partido vai fazer melhor que você. Então agora, a TV não te trata bem, tem um competidor mais liberal, e o seu entorno está desgastado.” (Francisco Jurado, 2016)

Nesse caso, se explicita uma diferença entre a proposta neopopulista e o as interpretações do 15M a partir de marcos teóricos da autonomia italiana e da tecnopolítica. O uso de uma liderança política carismática, a criação de uma estrutura vertical, a definição de

marcos narrativos novos, porém estáticos, entra em conflito com o que críticos vão denominar o DNA do 15M. Em suma, por esse viés, o 15M não têm lideranças, é apartidário, horizontal, um sujeito político indefinido, multitudinário. Nesse sentido, diferencia-se a concepção de Negri e Hardt de Multidão, que os teóricos do Podemos criticam como uma apologia ao micro, uma apologia do procedimento, “um neozapatismo no qual as transformações moleculares que talvez não sejam tão visíveis como as transformações institucionais, é que vão criar um mundo novo.” (ERREJON, MOUFFE, 2015:67)

“Así que para ellos vamos ganando porque cualquier outro intento de transformar esta potencia em impacto político en el Estado sería regalarle ao poder la posibilidad de recuperarlo e integrarlo y eso sería un error porque decapitaría la potencia realmente democrática del movimiento”¹⁰²

5.3 Paixões

Nessa perspectiva, opõem-se leituras distintas dos afetos como motores de sensibilidade e catalisadores de transformações políticas. É notório que o populismo, a partir de uma leitura conservadora, adquire um caráter pejorativo exatamente por dedicar-se a mobilizar as “paixões” das massas em oposição a uma racionalidade das democracias liberais. Laclau propõe uma positivação do populismo, valorizando as paixões como agentes de mudanças políticas. Porém, ao fazê-lo, o faz como fonte de novas formas representação estruturais, um novo campo hegemônico. Chantal Mouffe, parceira de Ernesto Laclau na teorização do novo populismo, explica:

“En todos mis libros he insistido sobre la importancia de las pasiones em la política porque creo que en la creación de un “ nosotros” hay un elemento crucial que tiene que ver com la dimensión afectiva. Por pasiones designo un cierto tipo de afectos comunes, a saber, los que son movilizados em el campo político em la constitución de las formas de identificación nosotros/ellos. [...] Los afectos son lo que cimientan un nosotros, y es muy importante reconocer eso para entender o papel crucial que tienen tanto em el establecimiento de una hegemonia como em la lucha contrahegemónica. As veces me preguntan por qué hablo de “pasiones” y no de “emociones”. Es porque “emociones” no me parece adecuado para mi reflexión, que se situa em el campo político, y em esse ambito siempre estamos hablando de identidades colectivas. Eso es algo que el término “emociones” no evoca, ya que emociones son generalmente concebidas em términos individuales. Las “pasiones” me permite evocar la dimensión de conflicto y sugerir una

102 Ibid. p.68

Nesta diferenciação que Mouffe expõe, os afetos que mobilizam identidades coletivas e individuais são distintos, e explicita as diferenças entre uma perspectiva multitudinária e a leitura neogramisciana. Pois, a separação entre o social e o individual reflete uma outra concepção de subjetividade que tem lastro em estruturas e representações dadas, que devem ser disputadas e ocupadas. Pela perspectiva da filosofia da diferença que subsidia a teoria da multidão, as subjetividades “estão atravessadas pelo plano pré-discursivo ou pré-linguístico, o plano maquínico do desejo” (CAVA, 2015:128)

“A diferença do populismo para a teoria da multidão de Negri e Hardt, consiste em que, para a última, a potência não está na construção de um povo. O povo não falta na multidão, porque ele consiste de forças singulares que não admitem qualquer tipo de unificação. O “significante vazio” dessa maneira, não passa de uma abstração estruturalista, que perde de vista como o vazio é produto de um êxodo e não de um deslocamento estrutural. O êxodo vai ao deserto porque está prenhe de um mundo e não precisa de significantes. A crise é gerada pela convergência de plenitudes constituídas de singularidades, do que por alguma lacuna entre identidades e totalidade. Muda a perspectiva. O 15M nesse sentido, é antes uma experiência de viver o “sim”, uma experimentação de cooperação, rede e amor à potência comum, do que um mero deslocamento de significados. O trabalho da multidão não está em consolidar uma universalidade concreta mediante a sutura dos sentidos, mas multiplicar pontos de atrito numa variedade de táticas, visando o aprofundamento das conquistas”¹⁰⁴

Esse embate teórico se reflete no que diz respeito a estratégias de comunicação. Para além das diferenças entre os meios, entre Internet ou TV, se distinguem os efeitos desejados em cada estratégia. Como já dissemos, a leitura tecnopolítica adere ao *desbordamiento afectivo*, ou seja, que a perda do controle sobre a comunicação, apostando em discursos e estéticas criadas pela inteligência coletiva, abertas, na potência do encontro, é que é capaz de produzir e inventar novas subjetividades. Por outro lado, o populismo anseia recriar um território em vetores discursivos fechados, produzir da diversidade, uma unidade discursiva que julga ser capaz de ter musculatura política para recompor o tecido social desgastado pelo neoliberalismo.

Pois, aqui se coloca como problema a natureza da produção dos afetos e das subjetividades a partir de uma leitura estruturalista e outra rizomática, maquínica. Nesse

103 Ibid. p.53

104 Id.

sentido, há um conflito entre a dinâmica populista que reconhece que territórios são construções históricas, e que busca então recriar um território a partir da crise; e a multitudinária que quer fazer variá-los e reinventá-los continuamente. Em outras palavras, podemos também pensar que o que está em jogo é o ritmo desse processo de desterritorialização e reterritorialização que os meios de comunicação e as máquinas afetivas produzem. Seria possível conjugar as duas estratégias na produção de ritmos de unificação e dispersão, capazes de não reduzir o múltiplo ao uno, mas, ao mesmo tempo, dar direção ao movimento? Algumas entrevistas apontam esse caminho:

“Dizer que a mudança não é só discurso, eu concordo, estar só em uma perspectiva discursiva não garante nada. Mas achar que não precisamos de hegemonia é uma proposta ingênua. Para mim, a hegemonia sabe da pluralidade, precisamente como existe pluralidade precisamos construir uma forma de comum, precisamos criar artificialmente palavras comuns, significados comuns, porque senão, com a pura dispersão de experiências, não construímos um vetor político. Mas acho que não se pode estar em uma posição populista o tempo todo, criar antagonismos o tempo todo. Creio que há simplificações, antagonismos e cadeias de equivalência que algumas vezes são convenientes e em outros momentos não. Por exemplo, vincular as lutas feministas, ecologistas com anticapitalistas é importante, mas também há risco de se ter uma simplificação e que a singularidade de uma delas se perca... há sempre uma tensão, e creio que na teoria se sabe dessa tensão entre um momento vertical de acumulação de força e uma forma de unidade e outro. Dispersão e unificação. Precisamos buscar um equilíbrio que não é teórico, é prático, temos que inventar” (Pepe Ema, 2016)

“No Podemos há uma hegemônica, uma redução ao uno, na estética, no uso da mesma cor, os mesmos significantes, os mesmos símbolos, tudo reduzido a símbolos, a um líder. Tudo isso mata a originalidade. A unidade popular me parece um oxímoro. Não encaixa mais, o povo não é uniforme. Há uma multiformidade, uma diversidade que é difícil de reduzir. Só encontrando pontos comuns nessa diversidade pode-se tentar um movimento hegemônico, mas não pode ser algo que se imponha. Então, só encontrando um mínimo divisor comum, essa é a chave, encontrar nessa diversidade algo que compartilhamos.” (Francisco Jurado, 2015)

“Um dos erros que o Podemos cometeu é pensar que os afetos são o discurso. O Podemos centra toda sua batalha

no discursivo, pensando que o discurso e a linguagem são o motor dos afetos. Eu creio que não, os afetos são corpos, e os corpos são tocados pelo contágio e pelos espaços. Pensar que simplesmente em ter um discurso, e que os meios de comunicação mudam os imaginários, e daí vamos gerar uma política de afetos, é um erro. Essa é a luta dentro do Podemos, temos que ter espaços de incerteza, espaço de desborde. Falta uma leitura dos espaços de produção do político. (Clara Vázquez, 2016)

Outra crítica à estratégia de ocupação dos significantes vazios reside no fato de esta, em busca de uma transversalidade discursiva, obliterar conflitos históricos, como por exemplo, as feridas ainda abertas da ditadura franquista.

“Há significantes que são importantes lutar por eles. Podemos lutar pelo significante de amor. Que o amor seja relações entre diferentes, por exemplo. O significante de família. Pensar que os significantes são estruturas que estão em movimento e que há uma luta política por eles, ok. O Podemos cria esses significantes novos, e tenta disputar e reformular significantes identitários da política institucional. Mas, por exemplo, o significante pátria não deveria se disputar. Para mim tem significantes que sim e outros que não. Com a “pátria” deveria ter sido feita uma luta pelo lado histórico, mas como disputar o significante pátria enquanto não há uma lei de memória histórica, e não se saldarem as dívidas com os espanhóis desaparecidos?” (Clara Vázquez, 2016)

5.3 Círculos

Tanto o Podemos, como o Partido X, que já mencionamos no capítulo anterior, e as apostas municipalistas às quais abordaremos mais a frente, surgiram em um momento que muitos atores denominam o “teto de cristal”. Em outras palavras, no momento em que as manifestações, assembleias e iniciativas como a PAH e as Mareas se mostraram insuficientes para engendrar mudanças significativas no campo institucional. Duas evidências foram marcantes para essa percepção. A primeira foi o envio de Iniciativa Legislativa Popular da PAH com 1,4 milhões de assinaturas ao Parlamento para regulamentar medidas de proteção aos endividados por hipoteca e assegurar o direito à habitação por parte dos mesmos. Entre 2011 e 2013, o bloqueio por parte da mesa do parlamento, subsidiado por todos os grandes

partidos e, posteriormente, a alteração e desvirtuamento do projeto pelo Partido Popular fizeram com que a PAH e outras organizações retirassem o apoio à ILP por ter seu “espírito e demandas vulnerabilizadas”¹⁰⁵ A segunda evidência foi a aprovação da reforma do artigo 135¹⁰⁶ enviado ao Congresso pelo governo socialista em agosto de 2011 e aprovada quase que unanimemente. O texto colocava limites ao endividamento do Estado espanhol em todas as esferas administrativas, e priorizava o pagamento da dívida sobre outros gastos públicos. Em outras palavras, inseria na constituição os mecanismos necessários para a aplicação de cortes de gastos e políticas de austeridade.

Tais fatos, meses após a eclosão do 15M e suas manifestações contrárias à políticas de austeridade, revelavam a total insensibilidade do campo político-institucional para com as manifestações públicas e, portanto, a necessidade de tradução das demandas do movimento em iniciativas institucionais. Mas como traduzir um movimento “apartidário e assindical”, “horizontal” e sem representantes para estruturas de representação capazes de opor-se ao bipartidismo dominante? Foi nesse momento que esse debate e as diferentes apostas começaram a emergir. Seria possível inventar partidos-movimento ou partidos-rede que se subsidiassem em estruturas permeáveis aos movimentos e às lideranças distribuídas?

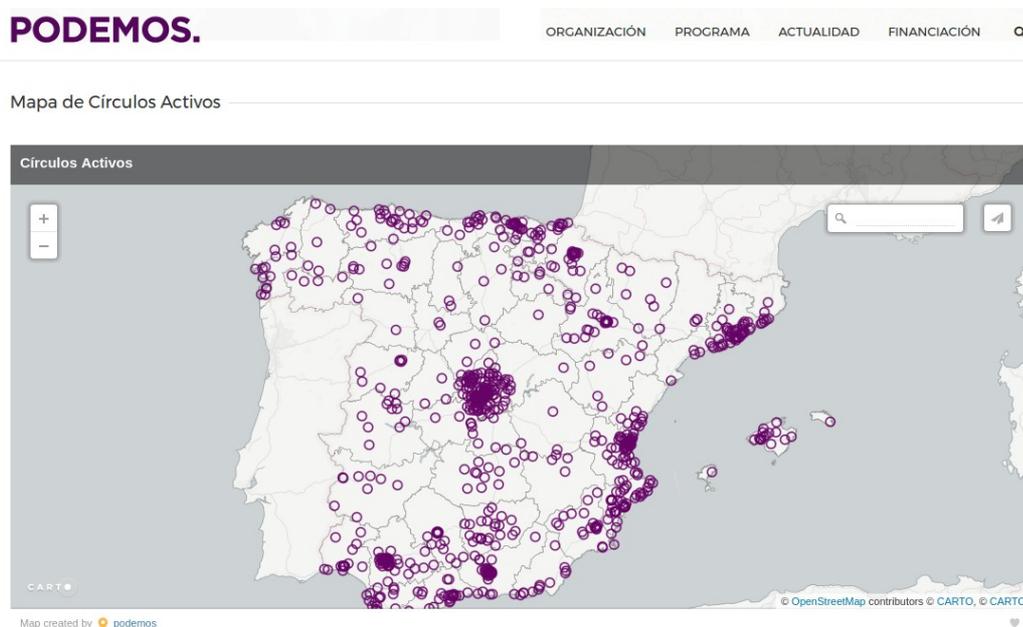


Figura 14: Mapa dos Círculos do Podemos

O Podemos surge portanto nesse contexto. E se, como vimos anteriormente, sua aposta

105 Ver: http://www.eldiario.es/sociedad/PAH-retira-ILP-dacion-desahucios_0_123187836.html

106 Ver: https://es.wikipedia.org/wiki/Reforma_constitucional_esp%C3%B1ola_de_2011

comunicativa se baseava na ocupação dos significantes vazios, seu modelo organizativo também contém especificidades que nos ajudam a cartografar as diferenças entre as experiências. Pois, se a emergência explosiva do Partido - que em poucos meses de existência havia superado 1,4 milhão de votos e conseguido cinco cadeiras no Parlamento Europeu - estava baseada na presença midiática e na figura carismática de seu líder Pablo Iglesias, a estruturação inicial da rede do partido se deu através da formação de círculos, a unidade local que representaria o partido no território e formaria suas bases. Para muitos atores, essa formação inicial refletiu uma característica do 15M, seu caráter “desbordante”. Não havia controle para a criação dos círculos, qualquer nó podia entrar na rede, assim como nos núcleos do Democracia Real Ya. Diferentemente do Partido X e o método dos catalisadores, os círculos permitiram a transformação da energia emocional gerada no êxito eleitoral em uma estrutura organizativa fincada no território.

“Quando surgiu o Podemos, vimos que estava tendo uma repercussão muito forte, que as pessoas viam pela primeira vez que as instituições podiam ser disputadas. Antes tínhamos uma forma de entender o poder e a instituição como algo para lutar contra, e quando o Podemos ganha muitos votos, todos pensamos “podemos fazer essa luta” Vimos que era possível. Que podíamos abdicar da pureza e lutar por isso. Naquele momento, pensávamos que podíamos desbordar a instituição, mudar os imaginários, mudar as lógicas. Depois, vimos um pouco um golpe da realidade, o que é a instituição, como é complicado abrir trincheiras e lidar com os tempos das instituições, mas aquele momento foi muito intenso” (Clara Vazquez, 2016)

“Quando se montaram os círculos do Podemos, eles abriram a estrutura. Quando abriram, foi como no DRY, entra quem quer, quem está de acordo, podem entrar! Nesse sentido, o Podemos foi muito mais horizontal que o Partido X, as pessoas se inscreveram em massa, foi uma explosão, um desbordamento total. Em janeiro, Pablo Iglesias lançou uma mensagem e, em maio, foram as eleições europeias. A estratégia de desborde aí jogou em seu favor. Foi como o DRY, como o 15M. Milhares de pessoas identificadas com Podemos em um mês.” (Violetta Cabello, 2016)

“Podemos arrasou, com um milhão e meio de votos e se tornou a quarta força do país de uma vez, com uma pessoa muito conhecida da TV, claro. O partido X teve o mérito de abrir o campo político-institucional. Mas, os gráficos do 15M e os gráficos do Podemos de

crescimento exponencial são muito parecidos. Até Vista Alegre, foi uma forma de partido emergente. E nos primeiros meses tudo funcionava muito bem, milhares de pessoas participando nas ferramentas digitais” (Javier Toret, 2016)

Entretanto se, neste primeiro momento de explosão e abertura, a criação dos círculos subsidiava a ideia de um partido com alto grau de horizontalidade na condução de seus caminhos políticos, essa noção se transformou a partir do encontro fundacional, o congresso de Vista Alegre, em dezembro de 2014. No evento, foram criadas as estruturas organizacionais e administrativas que, a partir de então, passariam a conduzir o partido. Os círculos continuariam existindo como esferas consultivas, mas os órgãos de tomada de decisão passariam a ser a Secretaria-Geral e os Conselhos Cidadãos, eleitos durante o congresso. Para alguns atores, esta passagem significou a verticalização e engessamento da estrutura do partido. Fazia parte dessa percepção, a postura declarada do grupo hegemônico de Iglesias e Errejón que só assumiriam a direção caso tivessem aprovada sua proposta de organização¹⁰⁷. De todo modo, Vista Alegre foi considerada um marco, onde muitos atores que haviam participado do 15M e de coletivos subsequentes passaram a ter um olhar crítico ao nível de burocratização que essas mudanças engendrariam. Nesse sentido, as diferenças entre as leituras populistas e as outras se evidenciaram na sua dimensão organizativa. Distintas leituras subsidiam o entendimento dessa transformação e suas consequências:

“Eu vi de longe o fenômeno Podemos, foi alucinante, eu pensava também que tínhamos que ir para as instituições, a estratégia de uma pura organização cidadã tinha seus limites. Eu vi de fora o Podemos como muita esperança, segui dia a dia, fui seguindo as ferramentas, vi toda a assembleia de Vista Alegre sentada no sofá por *streaming*. Era uma satisfação enorme ver o potencial e saber que o 15M era precursor disso. Eu me sentia parte do Podemos, me sentia implicada. Até Vista Alegre. Fiquei muito decepcionada, foi uma decepção absoluta. Perderam uma oportunidade histórica de fazer política partidária de outra maneira. Você não pode ter milhares de pessoas fazendo propostas, super esperanças, escrevendo juntas, quando você sabe que não vai valer nada. Quando Pablo fez “shhhh”, eu me lembro muito bem. Foi o momento que Pablo ferrou o Podemos, 'ou fazem o que eu quero ou me vou'. Se isso era democracia participativa, adeus. Que tipo de consenso é esse? Fecharam o partido, entendo suas razões, mas não compartilho, não pode jogar com as esperanças das

107 Ver: http://www.eldiario.es/politica/Pablo-Iglesias-abandonara-Podemos-prospera_0_310769826.html

peessoas. Não foi uma manipulação, mas uma traição à esperança que tinham gerado.” (Violeta Cabello, 2016)

“Vista alegre foi um processo muito interessante. Se enfrentou uma visão mais radical de democracia direta com a visão populista e a democracia direta foi esmagada. Mas o processo foi interessante, teve muito debate sobre os documentos, mas decepcionou, centralizou muito a direção. Eles são líderes midiáticos, creio que têm uma visão política que atua em rede, mas ignoram o pensamento da rede.” (Javier Toret, 2016)

“A formalização da organização garante que as pessoas se mantenham no poder, ainda que outras pessoas não estejam de acordo. A mudança do Podemos de um tipo de organização parecida com a do DRY para agora, é que os líderes estão eleitos para um período de tempo. Em uma organização informal seguem existindo lideranças e relações, mas essa liderança está submetida a uma fiscalização em tempo real. Se não há respaldo das pessoas, imediatamente deixa de ser liderança. Não faz falta que ela esteja respaldada por eleições. Na transição do Podemos dessa forma de partido-movimento a um partido tradicional, um dos elementos fundamentais foi superpor uma nova estrutura diferente, de secretarias geral e conselhos cidadãos, em cima da estrutura informal dos círculos, subtraindo a capacidade executiva dos círculos, e dando ela aos órgãos que acabara de criar; esvaziando de poder os círculos e concentrando um órgão executivo que você criou *ad hoc*, isso fez com que os círculos se esvaziassem de gente. O que querem é que os círculos sejam um grupo para colar cartazes e façam trabalhos de base, e a decisão cabe as poucas pessoas que estão nos conselhos.” (Francisco Jurado, 2016)

“Podemos, a princípio, foi um desborde total de gente muito diferente, muito heterogêneo, que é bom por um lado mas complicado por outro. Foi um caos, era impossível, todas as discussões, todo mundo querendo intervir, uma falta de pensar o coletivo, como renunciar a suas posições. O modelo organizativo muito centralizado de Vista Alegre respondeu um pouco a isso e em algumas coisas estou de acordo. Mas o que resultou foi uma desconfiança em relação ao desborde e a pluralidade. Para evitar a dispersão e falta de sensibilidade de trabalhar em comum, criou-se um modelo baseado na desconfiança e na falta de pluralidade. Creio que foram coisas que não fizeram com que Podemos tivesse uma estrutura interna mais plural e democrática. Fazia falta uma forma organizativa ágil e em algumas coisas centralizada, sim, mas não deveria ter sido tão centralizada.” (Pepe Ema, 2016)

“Em Vista alegre, submetemos nossas bases a um aparato muito eleitoral, que antes tinha um pé mais participativo dos círculos, mas priorizou-se a capacidade executiva de uma máquina eleitoral. Isso tinha problemas, não tinha a vacina contra a democracia representativa que são os movimentos sociais, que te obriga a atuar sempre de uma maneira mais horizontal. Então, nessa dupla tensão entre o aparato eleitoral-representativo-midiático e o aparato deliberativo-horizontal-participativo mais ligado ao 15M, priorizamos mais o eleitoral. E isso teve preços. Os círculos não tem mais a vitalidade que tinham no começo, e a emoção cidadã se transformou em uma emoção eleitoral que é importante mas se esgota com o tempo. Temos uma tarefa urgente de revitalizar suas bases populares, recuperar essa vitalidade que tinham os círculos como lugar diferente de fazer política, que sobretudo iam contra o problema principal da democracia representativa que é a delegação da política, que é repetir um modelo do século XIX e estamos no século XXI.” (Juan Carlos Monedero, 2016)

Para as lideranças do grupo hegemônico do , essa estruturação era necessária para a criação de uma máquina eleitoral capaz de ganhar as eleições nacionais que ocorreriam em 2015. O 15M e a crise orgânica aberta haviam criado um “janela de oportunidade para assaltar os céus”. A afirmação de Pablo Iglesias em Vista Alegre reflete essa proposição: “*El cielo no se toma por consenso, sino por asalto*”. Ou seja, era necessário abdicar de estruturas mais horizontais e abertas ao debate para que o partido tivesse a unidade e a eficiência necessária para a disputa eleitoral. Tal estratégia colocou em jogo o debate sobre a forma partido e a crise das estruturas de representação tradicionais. Setores críticos afirmam que a tese é incapaz de dar conta de uma das principais forças do 15M: sua diversidade e inventividade. Como vimos, a leitura tecnopolítica pensando com o paradigma do software livre e a ética hacker, enxergam o 15M e suas experimentações políticas como movimentos sociais de código aberto, onde métodos, mensagens, procedimentos e ações podem ser incorporados, copiados, recriados e mesclados com o fim de descentralizar as decisões, organizar-se em rede, produzir lideranças distribuídas e ampliar o poder da população diante da casta, ou seja, quanto menos controle e mais colaboração sobre os processos, melhor. Nesse sentido, o Podemos e a estrutura dos conselhos cidadãos teriam fechado o código e transformado os círculos em meros clubes de simpatizantes, parando assim o ciclo de inovações ao tentar controlar a movimentação política e discursiva em nome de um objetivo

eleitoral.

“O 15M assume que tudo é um processo. O Podemos surge diferente, com a 'janela de oportunidade' e para o assalto institucional, como uma máquina eleitoral. Isso provoca conflitos e uma dissociação com o que são os movimentos. Sim, podemos tentar o assalto, mas não pode tirar a essência do que viemos construindo por 4 anos, pelo ponto de vista dos movimentos é necessário manter a democracia a mais ampla possível. Nós, que viemos do 15M, somos muito exigentes com isso e, essa centralização, para os ativistas causa um certo rechaço. A princípio, se pensava o Podemos como uma ferramenta do 15M e que os círculos iam ser geradores da parte movimento, que tinha que ter um partido. Mas depois de Vista Alegre, ele se estrutura de forma pouco porosa ou aberta, os conselhos que decidem e os círculos se tornam um espaço só de debate, de reflexão, e pouco contam suas aportações à mudança da própria estrutura. A parte movimento fica afastada. A máquina precisa de uma base sólida para avançar, mas, como digo sempre, se a máquina não tiver as rodas ou o motor que a empurre, ela atola.” (Ysabel Pituskaya, 2016)

“Em movimentos sociais como o 15M não temos que competir, nossa força era colaborar, quanto mais pessoas participam menos trabalho você tem. No momento que essa iniciativa saía de seu controle, saía de seu poder, para mim era motivo de celebração. Se perdíamos o controle tínhamos ganhado. No momento em que você é um partido, a dinâmica muda, vira competição e não colaboração. O que te interessa é lançar suas marcas por cima das marcas dos outros. Senão, você não pode se diferenciar e competir com outro partido. Então, perder o controle é ruim, não é uma vantagem, e aí muda a mentalidade quando deixa de ser um movimento e passa a ser um partido. O importante é que as coisas aconteçam porque você fez e que você domina o resto. A maioria da direção do Podemos não entendeu o que foi o 15M, pegaram o discurso, entraram na onda, mas não entendem o que foi a cultura digital do 15M, uma ética de trabalho em rede, da ética hacker, eles têm medo de perder o controle.” (Francisco Jurado, 2016)

“Minha ideia é que pode haver agência sem ter hegemonia. Pode haver esse eixo esquerda-direita e você querer transformá-lo em velha política-nova política, ou políticas de austeridade e políticas de não austeridade. Mas, para mim, outro eixo é a política de soma zero e política de não soma zero. O que acontece com o Podemos, é que basicamente, joga um jogo de soma zero e o 15M nunca jogou um jogo de soma zero. Tudo o que

ganha o outro, perde você. Na confluência, pensam “se o Ganemos¹⁰⁸ é forte, eles perdem”. E não entendem que Ganemos é uma realidade que aglutina desejos que são distintos do Podemos. Você não perde se o outro ganha. É uma infantilização dos movimentos sociais. Se é partido-movimento, como são eles que decidem o que querem os movimentos sociais? Ou é um partido movimento que realmente estamos fazendo, uma espécie de hibridação? Nossa experiência com Podemos a nível municipal foi muito difícil, porque é esquema de distribuição de estrela. Quando fizemos nosso programa era uma estratégia distribuída. No Podemos, o conselho cidadão no centro que decide, é um esquema de estrela e para gente tem que ser distribuído.” (Ana Mendez, 2016)

108 Ganemos Madrid é um dos grupos que compõe a candidatura Ahora Madrid junto com o Podemos.

6. Sindicalismo Social

A terceira linha que nossa investigação busca cartografar se expressa principalmente nas experiências de sindicalismo social que se solidificaram após o 15M. Essa linha se diferencia das linhas tecnopolítica e populista por propor uma ação a partir do conjunto de afetados pelos efeitos da crise econômica e dos dispositivos de precarização em geral. Em outras palavras propõe um abordagem dos afetos que leve em conta estes efeitos e a produção de técnicas de reversão dos mesmos a partir do encontro e da ajuda mútua, da reconstrução de laços a partir do território, da restituição do tecido social a partir do cuidado.

Uma primeira consideração necessária para a caracterização dessa linha é o reconhecimento da produção de sofrimento envolvido na expansão da racionalidade neoliberal para o conjunto das relações sociais.

“ O neoliberalismo é uma forma de vida. Enquanto tal, ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento. Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, encaravam o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, como um problema que atrapalha a produção e cria obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço. Desta forma não existem zonas protegidas “fora do mercado”, e quem é contra isso é contra o neoliberalismo, e quem é contra o neoliberalismo é a favor do Estado. Tudo é mercado. Educação é investimento. Saúde é segurança. Relações interpessoais são *networking*. Imagem é *marketing* pessoal. Cultura é entretenimento. Pessoa é o empreendedor de si mesmo.” (DUNKER, online¹⁰⁹)

Para Francisco Berardi, este sofrimento se produz ao mesmo tempo na contínua mediatização das relações sociais. O autor associa o aumento expressivo do aumento das taxas de suicídio com hegemonia do neoliberalismo, e também com o aumento contínuo da capacidade comunicacional acompanhada de uma perda de corporeidade nas interações.

109 DUNKER, C. **O neoliberalismo e seus normalopatas** Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas/> Acesso em:12/01/2017

“Não pode ser acaso o fato de que nos últimos quarenta anos o suicídio tenha crescido enormemente (em particular entre os jovens). Segundo a Organização Mundial de Saúde, trata-se de um aumento de 60%. É enorme. “Trata-se de um dado impressionante, que precisa ser explicado em termos psicológicos e também em termos sociais. Quando li pela primeira vez essa informação, me perguntei: o que aconteceu nos últimos 40 anos? A resposta é clara. Ocorreram duas coisas. A primeira foi que Margaret Thatcher declarou que a sociedade não existe, que só há indivíduos e empresas em permanente competição – em guerra permanente, digo eu. A segunda é que, nas últimas décadas, a relação entre os corpos se fez cada vez mais rara, enquanto a relação entre sujeitos sociais perdia a corporeidade, mas não a comunicação. O intercâmbio comunicacional tornou-se puramente funcional, econômico, competitivo. O neoliberalismo foi, em minha opinião, um incentivo maciço ao suicídio. O neoliberalismo – mais a mediatização das relações sociais – produziu um efeito de fragilização psíquica e de agressividade econômica claramente perigosa e no limite do suicídio” (BERARDI, online)¹¹⁰

A maior expressão do sindicalismo social é sem dúvida a Plataforma de Afetados pela Hipoteca (PAH), cuja liderança catalã e maior expoente, Ada Colau, veio a se tornar prefeita de Barcelona, a segunda maior cidade espanhola. Desde o 15M, a PAH se multiplicou em mais de 200 núcleos autônomos ao redor do país, e desenvolveu um trabalho de ativismo que envolvia piquetes, escraches públicos, ações judiciais, ocupação de espaços, uma proposta popular de mudança constitucional, campanhas para o fim de despejos como a STOP DESAHUCIOS.¹¹¹ Porém, nos interessa destacar a criação de dispositivos para a produção de novos laços de ajuda mútua entre os afetados, uma produção subjetiva coletiva. Como vimos no segundo capítulo, o estouro da bolha imobiliária foi o principal motor do empobrecimento e endividamento das famílias espanholas. Neste caso, é potente notar como esses coletivos atuam em uma reversão afetiva da crise, pois, em muitas famílias, ao perderem suas casas, o sentimento que predomina é a culpa por não ter conseguido pagar a hipoteca. As reuniões da PAH se converteram em grupos de ajuda mútua, de transformação deste sentimento em indignação. Da transformação do entendimento da perda das casas como resultado de falhas individuais em um problema coletivo cuja fonte era a gestão neoliberal de um direito constitucional como a habitação, a especulação imobiliária, a financeirização da vida. O documentário “*Sí se puede. Sete días com la PAH*” relata diversas atividades que o coletivo realiza nesse sentido, como, por exemplo, as reuniões de boas vindas, onde os afetados

110 BERARDI, F. **Os transtornos mentais provocados pelas mudanças neoliberais** Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/transtornos-mentais-provocados-neoliberais.html> Acesso em: 10/04/2017

111 No site da PAH refere-se ao bloqueio de 2045 despejos e o alojamento de 2500 famílias. Disponível Online : <http://afectadosporlahipoteca.com/>. Acesso em: 23/04/2017

veteranos recebem e conversam com os novos despejados que se juntam ao grupo buscando ajuda e apoio.

“Na PAH uma das maiores dificuldades que tivemos que enfrentar foi a solidão, o medo, vivemos em uma sociedade doente, e uma das patologias mais terríveis, é que fica estigmatizada a pobreza. Ou seja, a pessoa que é mais vulnerável, quem perdeu tudo, ainda tem que se envergonhar de ser pobre. Quando começa a crise, o que começamos a escutar por todos os lados, é que a crise é culpa das pessoas, que gastaram acima de suas possibilidades, que todo mundo queria ter férias no Caribe, que todo mundo queria televisão de plasma [...] E milhares de pessoas normais que tinham uma casa, uma família, trabalho, e supunham que faziam tudo certo, e de repente passam literalmente a entender que, faça o que você faça, você é um desgraçado que nunca mais vai se recuperar e isso é culpa sua. Pois aí nos encontramos com uma série de patologias psicológicas, físicas, suicídios diretamente vinculados a essa estafa chamada crise. E felizmente a PAH começou a romper com isso e ,seguramente, é o seu maior e mais bonito feito”.¹¹²

É sintomático que no livro “Vidas Hipotecadas” (COLAU, ALEMANY, 2012) que aborda os diversos aspectos da crise de habitação e as estratégias da PAH tem como título de um dos seus capítulos “*As pessoas afetadas: do Prozac ao empoderamento*”. Neste trecho, o texto destaca os efeitos psicológicos dos recém-chegados ao coletivo e o caráter de reconstituição coletiva de laços a partir da potência do encontro em meio a uma sociedade atomizada e

“Desorientadas, desatendidas por la Administración, amenazadas por las entidades bancarias y con cuadros depresivos, el proceso de ejecución se alza como una trituradora que arrasa con todo lo que se le pone por delante. Las familias se sienten culpables de la situación que atraviesan y lo atribuyen a un fracaso personal. Seguramente, la sociedad en que vivimos, que valora lo que somos por lo que tenemos, y que nos dice que tenemos lo que nos merecemos, tiene mucho que ver. La angustia, la tensión permanente y el insomnio se apoderan de sus vidas en un proceso que, si no se endereza, puede acabar en la desestructuración familiar. [...] En esta tesitura, muchas familias se acercan a la Plataforma con una necesidad imperiosa de hablar y de ser escuchadas. Así que, después de vencer un primer momento de timidez, buscan la manera de exteriorizar ese magma de emociones que las sacude. Por tanto, el primer objetivo de la PAH es generar un espacio de confianza y comunidad por medio de las reuniones presenciales, que les brinden la oportunidad de expresarse y compartir con otras personas su experiencia. Construir este espacio y poner en común las vivencias personales resulta vital para que los afectados se den cuenta por sí mismos

112 Entrevista com Ada Colau no Documentário “**Sí se puede. Sete días com la PAH**”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=elnjoFVv_Os

de la dimensión colectiva de la problemática y del hecho de que hay elementos estructurales que condicionan nuestras decisiones. El proceso de desculpabilización es un paso necesario y previo al apoderamiento. Además, generar este espacio de encuentro y seguridad contribuye al mismo tiempo a romper con la lógica de una sociedad atomizada y altamente competitiva en la que las personas se relacionan en un juego de suma cero, según el cual, cuando uno gana hace en detrimento de otro. En la medida en que la sociedad que nos rodea se halla desgarrada y fragmentada, la PAH quiere constituirse a sí misma como un espacio de soporte mutuo y solidaridad que antepone el bien colectivo al interés individual.”¹¹³

Nesse sentido, a PAH se revela um espaço de franqueza, um “alcoólicos anônimos” do neoliberalismo, se tornando um dispositivo de desprecarização cuja primeira tarefa é reverter a afecção da racionalidade neoliberal em uma individuação coletiva a partir da luta por direitos e resolução de conflitos a partir da ajuda mútua.

Essa experiência entra em consonância com a leitura de Valverde (2014) que ressalta a necessidade da criação de “máquinas de empatia radical” diante do cenário de “necropolítica” neoliberal. Revela-se então uma diferença em relação às posturas tecnopolítica e populista, que, ao proporem os seus sujeitos coletivos, respectivamente, a multidão conectada e o povo, amalgamam estratos sociais distintos. Nessa perspectiva, a criação de antagonismos entre a agregação social dos 99% contra o 1%, ou os de abaixo contra a casta de cima, ignora as diferenças entre os “incluídos” na lógica concorrencial e os excluídos deixados a morrer.

“Las iniciativas, ideas y grupos implicados en lo común son el antídoto contra la necropolítica. Lo que el poder absoluto quiere dividir, nosotros lo tenemos que juntar. Nos tenemos que juntar enfermos, sanos, trans y todos los géneros, razas varias, ancianos, niños... Pero para hacerlo tenemos que desarrollar una empatía radical y empezar desde los espacios excluidos. No funciona que los “incluidos” inviten a los excluidos a sus movimientos. Tiene que ser al revés. Los que aún se creen incluidos necesitan ir a esos espacios intersticiales en los que habita la exclusión y empezar desde ahí.”¹¹⁴

Em nosso entendimento, essa experimentação revela uma proposta de transversalidade distinta ao propor traçar uma diagonal que privilegie o encontro e uma conversação entre diferentes níveis de afetados. A invés de entender a transversalidade como tarefa de construção de um novo bloco popular ou um enxame de microagências que engendram uma

113 Ibid. p. 94

114 Ibid. p. 112

coletividade difusa, uma nova subjetividade pós-neoliberal se comporia nos espaços de empatia para com os estratos cuja vida precarizada sufoca as condições de vida.

Outras experiências que podemos inserir no campo do sindicalismo social, são as chamadas *Mareas*. Surgidas das comissões temáticas que decorreram da dispersão após os acampamentos e dividindo-se em cores para classificar cada uma de suas vertentes (Violeta Cabello, 2016), passaram a expressar as batalhas cotidianas contra os cortes de gastos sociais decorrentes das políticas de austeridade. Suas maiores expressões foram as *Mareas Blanca e Verde*, que respectivamente, tratavam de lutar contra os cortes de gastos na Saúde e na Educação. O sindicalismo indicado no termo é entendido para além do âmbito do trabalho assalariado, mas como uma ferramenta coletiva de associação entre afetados pelas políticas públicas e para todas as esferas de reprodução da vida, por isso um sindicalismo social. Escapam, dessa forma, dos modelos de representação corporativo que os sindicatos trazem na sua tradição, articulando-se fora desse espaço para compor alianças entre diferentes estratos, entre trabalhadores fixos e terceirizados precarizados, entre usuários e profissionais, pais e professores, usuários de saúde e médicos. Outros exemplos importantes são o Sindicato Mantero, que reúne os camelôs imigrantes, ou a associação de empregadas domésticas, *Las Kellys*. Destaca-se, desse modo, a necessidade de se recompor formas associativas que “façam emergir a dor social causada pela precarização.” (CARMONA, online)¹¹⁵. Novos tipos de organização que levem em conta as formas de trabalho precário não mais presentes nas identidades de classe operárias.

“Si miramos con detenimiento muchos movimientos similares, aunque de implantación más modesta, veremos que buena parte de las experiencias novedosas de lucha en los sectores más periféricos y precarios, los que a día de hoy son mayoritarios tanto del ámbito laboral como fuera del mismo (precarios, personas sin derechos, jóvenes, sectores feminizados y migrantes), han ido encontrando nuevos caminos organizativos y de reivindicación con un pie dentro y otro fuera de los conductos formales del sindicalismo.”¹¹⁶

6.1 Território

Nessa perspectiva cabe também ressaltar o papel que cumpre a ocupação do território

115 CARMONA, P. **Sindicalismo social en la nueva fase del ciclo institucional**. Disponível em:

<https://www.diagonalperiodico.net/blogs/funda/sindicalismo-social-la-nueva-fase-del-ciclo-institucional.html>.

Acesso em: 13/11/2016

116 Id.

e da fabricação de novas práticas sociais no terreno das metrópoles. O papel do espaço e do corpo são então valorizados como lugar do encontro, o lugar que engendra novas conversações, o lugar de uma franqueza para a produção de uma outra subjetividade. Essa manifestação sublinha a insuficiência da concepção que o ciberespaço das redes de comunicação distribuídas pudesse recriar laços comunitários diante da dispersão e fragmentação social que emergem nas sociedades pós-industriais.

Gerbaudo (2012) identifica, em leituras como a de Castells, e de Hardt e Negri, que o paradigma da rede ou de uma ontologia da multidão fazem referência à situação dispersiva de heterogeneidade e multiplicidade que está na raiz da sociedade contemporânea. O autor, porém, critica o fato de tais teorias aceitarem as condições de dispersão como base de um processo de recomposição social. Seguindo seu raciocínio, nem a rede nem o enxame seriam capazes de criar identidades coletivas e laços comunitários fortes o suficiente para refutar a processo de atomização das relações sociais. Nesse sentido, tanto a rede como o enxame mantém o indivíduo como unidade do sistema social não possibilitando experiências de coletivização. Um enxame sem colmeias, diz o autor. Seu argumento se amplia ao apontar a ausência do corpo e do espaço nas lógicas do fluxo contínuo da rede e do “não lugar” da Multidão. Na sua leitura, os movimentos contemporâneos que fizeram das praças, do espaço público, o lugar de construção de novos laços comunitários, reivindicavam exatamente essa corporeidade, a reconstrução do espaço como lugar de interação social dos corpos em oposição à rede como metáfora de um cérebro social.

“Hardt e Negri repetem muitas vezes que a multidão, diferentemente da massa, vai além da redução da pluralidade a uma unidade – a chamada *reduction ad unum*. Similarmente, Castells define a rede em oposição à massa e a sociedade de massa é constantemente representada como autoritária e não democrática. Essa rejeição do imaginário da massa interessadamente também traz consigo um desprezo pela importância do lugar como espaço de demonstração da ação coletiva – o que deixa pouco espaço para um entendimento dos movimentos de “tomada das praças” de 2011, e para a importância que a ocupação de espaços públicos adquiriu nos seus desdobramentos” (GERBAUDO, 2012:29)¹¹⁷

Se por um lado o autor acerta ao identificar o destaque que as tecnologias de

117 Tradução do autor: “Hardt and Negri repeat several times that the multitude, unlike the crowd, goes beyond the reduction of plurality to a singularity – the so-called reduction ad unum. Similarly Castells defines the network in opposition to the mass and mass society, constantly represented as authoritarian and undemocratic. This rejection of the imaginary of the crowd or the mass interestingly also brings about a disregard for the importance of places as sites for the display of collective action – which clearly leaves little room for an understanding of the ‘take the square movements’ of 2011, and the importance that the occupation of public spaces has acquired in their unfolding “

comunicação distribuída têm no subsídio dos entendimentos de uma tecnopolítica – as quais são embebidas do paradigma da rede e do enxame - é necessário reconhecer que, em primeiro lugar, esta entende o território, como mais uma camada. Ou seja, não há uma negação do território ou do corpo, mas o entendimento de que este se agrega às outras camadas formando um conjunto sistêmico. Em segundo lugar, nos parece incorreto afirmar que a Multidão de Negri e Hardt forje uma desimportância do espaço. Para Gerbaudo, uma oposição à uniformidade da massa rejeita a importância do território, o que nos parece impreciso. Pelo contrário, a metrópole, para tais autores, é a própria fábrica social e o terreno de uma luta e experimentação biopolítica.

Pois, quando destacamos o sindicalismo social das linhas tecnopolítica e populista, assumimos que este privilegia o território como espaço diferenciado na produção de uma outra governamentalidade fora do jogo neoliberal. Por isso, a dicotomização entre massa e multidão, entre uma uniformidade popular e uma multiplicidade multitudinária se torna ineficaz para explicar o conjunto de experiências. Em outras palavras, o ponto de vista territorial-afetivo que se expressa no sindicalismo social não necessita de identidades coletivas fortes que venham de cima para baixo. Por outro lado, reconhece o esgarçamento do tecido social e a necessidade do espaço de encontro e de conversação para uma reconstituição do mesmo. Este, porém, não precisa se reconstituir em povo, classe ou uma identidade coletiva estática. É possível, a partir de outras e múltiplas afinidades, admitir redes que sejam territoriais, recompor novos laços que sejam transversais às múltiplas lutas. As experiências do sindicalismo social como a PAH e as Mareas demonstram uma tentativa de construção a partir de um lugar de afinidade: o modo como somos afetados pela gestão das vidas na racionalidade neoliberal. Nesse sentido, afirmam: *“vamos construir colmeias, mas não é preciso que sejam as mesmas do passado fordista, e nem apenas única”*.

“Os sindicatos na Espanha, mas também no resto da Europa, se centraram historicamente na questão salarial em primeiro lugar, deixando as outras esferas de reprodução da vida para o Estado do bem-estar social, mas depois o ataque neoliberal deixou o cuidado da reprodução social nas mãos do mercado. Ao estatizar a reprodução da vida social, você distancia as pessoas e os serviços comunitários, e o que desemboca daí é que não sentimos que os hospitais são nossos e as escolas são nossas, há uma alienação por parte do estado com as tarefas de reprodução social. E na mão dos mercados, parte da população fica sem acesso aos serviços e se mercantilizam outras coisas que são subjetivas, por

exemplo, se desprezia o cuidado e pensa-se que o cuidado são tarefas inferiores, não valorizadas, que é o que aconteceu com o trabalho das mulheres. O sindicalismo social propõe tomar em suas mãos a reprodução social para além da relação salarial e trabalhista, e a partir daí gerar laços de solidariedade e de ação direta para recuperar a capacidade de reprodução de nossas vidas: como na habitação, saúde, educação e cultura e tantas outras áreas. Essa seria uma aposta de constituição de movimentos sociais com base nesses dispositivos, que criem uma comunidade e apresentem o conflito.” (Beatriz Garcia, 2016)

6.2 Centros Sociais

Uma evidência da valorização das dinâmicas territoriais se dá nas experiências dos centros sociais ocupados e autogestionados (CSA): espaços ocupados, cedidos ou mesmo alugados que promovem atividades culturais, políticas, cooperativas nos territórios. Sobretudo, esses espaços são pensados como lugar de conflito e de exercício das diferenças, onde pode-se construir outras formas de participação

“Un Centro social autogestionado es un terreno sembrado de tiempo —de horas liberadas de las obligaciones laborales— y regado de oportunidades de agregación y cooperación social. Tierra, por tanto, tremendamente fecunda en actividades de todo tipo: culturales y artísticas —música, cine, teatro, eventos literarios—, formativas —clases de baile, idiomas, punto, yoga—, económicas —grupos de consumo, cooperativas productivas—, comunicativas —producción de discurso en redes, radios colaborativas— y, sobre todo, políticas. Teóricamente se trata de decidir en común sobre todo aquello que afecta al espacio compartido, desde la organización de lo más pedestre —como el mantenimiento de la morada colectiva— hasta lo más creativo —¿cómo convertir el espacio vacío, el erial abandonado por la iniciativa pública o privada, en un espacio de producción de riqueza social?. Un centro social es, en definitiva, una escuela de politización, una práctica de autogobierno, una fábrica de poder ciudadano. Pues bien, al hablar de participación deberíamos referirnos, sobre todo, a esto. A gente organizada en torno a afectos, malestares y conflictos comunes que se forma, discute y logra llegar, desde una pluralidad de posiciones, a complicados pero eficaces acuerdos colectivos. Espacios que no reniegan del conflicto, sino que se nutren de él.”¹¹⁸

A relação dos CSA com a emergência do 15M e as iniciativas subsequentes têm sua

118 PEREZ, M. “10, 100, 1000 Centros Sociales” Disponível em : <https://www.diagonalperiodico.net/blogs/funda/10-100-1000-centros-sociales.html-0> Acesso em:10/12/2016

origem nas iniciativas denominadas “*okupas de segunda geração*” que a partir de meados dos anos 2000 se proliferaram no território espanhol. O fenômeno diz respeito a uma transformação no interior do movimento okupa, que é desde os anos 80 muito presente no ativismo europeu, ocupando imóveis abandonados para moradia e atividades políticas. O livro “*Autonomia e Metrópolis: Del Movimiento Okupa a los centros sociales de segunda generación*” (PREC@RIOS EN MOVIMIENTO, 2008) reúne diversos textos e narra essa passagem. Influenciados pela autonomia italiana, os ativistas entendem os centros sociais como um espaço de “fazer multidão”, o lugar onde no território se encontrariam as diferenças, onde se comporiam novas formas de biosindicalismo que dessem conta das novas composições sociais, precárias e em movimento. Por isso, a necessidade de se repensar, se refundar em uma outra geração de espaços, que “a partir de ahora comienzan a convertirse en motores (bio)políticos, productores de movimientos con capacidad real para sumergirse en el nuevo ecosistema metropolitano y atacarlo.”¹¹⁹

"Ya en los albores de ese movimiento encontramos, sin embargo, algunas de las limitaciones que, con el tiempo, se concretaron en una considerable merma de la potencia expansiva, corrosiva y óforzoso es reconocerlo de influencia político-social de estos centros. Podemos enumerar de manera muy general algunas de las causas: la reproducción casi mimÈtica de una estÈtica determinada, una forma autorreferente de gestionar la comunicación con el exterior, la fijación de identidades ideológicas estáticas, la inconsistencia organizativa, la vinculación meramente resistencialista con las instituciones óy su consecuente dinámica de ocupación/desalojo, nueva ocupación/nuevo desalojo, etc."

Vê-se, portanto, uma aposta similar a que identificamos anteriormente no uso da linguagem e novas propostas estéticas, menos identitárias que fossem capazes de ser mais permeáveis às múltiplas subjetividades das novas composições sociais. A partir da noção de biopolítica, onde vida e trabalho se tornam indissociáveis, reconfigurou-se estes espaços não somente como lugar de resistência, mas de compartilhamento de saberes e culturas, novas formas de ativismo, produção colaborativa, em suma, laboratórios de experimentações sociais.

"Una de las características que está redefiniendo el hacer de los centros sociales es una mutación de la relación con el territorio circundante. El centro social se difunde en el territorio, reconfigura los espacios, recombina las culturas locales con las culturas de los movimientos, remodula las identidades sobre las proyectualidades, extiende los planos del conflicto. El territorio se vuelca plenamente en la producción de subjetividad. El

119 Ibid p.6

paradigma de la red redefine tanto la organización interna de los CSOA, las relaciones entre los distintos proyectos, identidades, como las relaciones con los sujetos externos, se asume la dimensión experimental del propio hacer: el centro social deviene laboratorio."¹²⁰

Sobre esta lógica, a oposição entre rede e território, cérebro e corpo, não faz sentido. As experiências dos CSOA buscam exatamente produzir rede no território, dar corporeidade aos encontros e conversações, diante da dinâmica de dispersão social e exploração biopolítica nas metrópoles. Nesse sentido, apostam nas múltiplas maneiras de afetar e ser afetado que dinâmicas territoriais e suas diferentes formas organizativas e comunicativas proporcionam.

“Por ello pensar el deseo y lo colectivo como motores del devenir social supone un ejercicio de escucha y de impulso a la vez, de sabernos como subjetividades compuestas por esa capacidad de afecto y de dejarse afectar. Escucha y andadura; tránsito y pregunta; irrupción de una fuerza en la corriente que es capaz de producir nuevos significados porque es capaz de pararse a pensar, reflexionar y detectar los dispositivos de poder que operan en la configuración de las subjetividades y las formas de vida para promover el impulso de su transformación”¹²¹



Figura 15: Uma cartografia de cartazes nas paredes do CSOA Casa Invisible/Málaga

120 Ibid p.18

121 Ibid p.38



Figura 16: Cartaz do evento "Radicalizar a democracia" no CSOA Casa invisible/Málaga

6.3 Devir Mulher

Uma outra dimensão da linha do sindicalismo social é a associação da produção de novas subjetividades ao feminino. Em outras palavras, o investimento no cuidado e na escuta ativa, e valores como solidariedade em empatia, são interpretados como características que devêm do feminino. Ao pensar a dinâmica biopolítica do trabalho imaterial, o papel que foi historicamente destinando às mulheres - relacionados aos cuidados da vida doméstica, da reprodução da vida, da atenção a doentes e descapacitados, a dupla jornada – é reconhecido como um dos principais lugares da exploração não contabilizada que engendra novas lutas no seio das novas composições sociais da contemporaneidade. Uma feminização da política, nesse sentido, se dá primeiro no reconhecimento da relação entre machismo e capitalismo, e em segundo lugar, pela valorização desses aspectos na gestão de novas práticas, espaços e agendas. Espaços onde a vida e a política não estejam separadas mas se reproduzam mutuamente, com “outras formas de fazer, habitar e olhar para o comum”.

“Hay que pensar, recogiendo una vez mas las reflexiones del feminismo, que el cuidado en general, es de vital importancia para pensar la

complejidad social. De este modo, la vida política en los centros sociales es difícil de pensar más allá de determinada edad, de determinadas necesidades de cuidados o con cargas familiares. Y esto, que se convierte en un problema de la vida en general, pero también de la militancia, en los centros sociales se acrecienta por la intensidad que produce esa riquísima no separación entre vida y política. Cómo pensar entonces modos de hacer política que sigan manteniendo la potencia de una crítica a la ordenación de la vida en general, que sean capaces de irrumpir en el terreno de la reproducción de la vida pero en un paso más allá, donde la posibilidad de producción de nuevas subjetividades debe ligarse a la materialidad de los cuerpos? [...] Por ello las críticas feministas y antirracistas de las relaciones entre el heteropatriarcado, el racismo y el capital, son fundamentales para lanzarnos a una crítica radical de la ordenación social y del trabajo de producción y reproducción." (*Carmona et al 2008:38*)

Outra dimensão onde se expressa a valorização do feminino se dá na distinção entre as lógicas de competição inerentes aos partidos políticos e estruturas de representação tradicionais e outras formas de fazer política que se apoiariam na colaboração entre pares, outros modos de funcionamento mais horizontais, fortemente associados às dinâmicas do 15M. Francis Jurado e Ramón Navarro associam estas diferenças aos diferentes hormônios, testosterona e ocitocina, e como esses podem influenciar as práticas políticas:

“Tanto las estructuras clásicas de los partidos como el funcionamiento propio del proceso electoral incentivan el modelo competitivo que sugiere una forma testosterónica de hacer política. En los partidos, por ejemplo, desde la competitividad para ocupar determinados puestos, incluso en aquellos que hacen primarias. Y es que el modelo de primarias que se diseñe influirá notablemente en el comportamiento y las reacciones neuronales, tanto de los candidatos como de los partícipes en general. Si se apuesta por un modelo de competición pura, que no fomente la integración de todas las sensibilidades, nos encontraremos con resultados donde se reproduzca esta dinámica de ganadores y perdedores, testosterona y cortisol. Existe una hormona que es predominantemente femenina, la ocitocina. Es la hormona del amor, del cuidado, de la empatía y la generosidad, de la colaboración y la afiliación. Y esta hormona está presente tanto en mujeres como en hombres. Es la hormona asociada a los procesos colaborativos, aquella que, más que ver victoria o derrota en una contienda, busca la sinergia en los conflictos, el avance del grupo, aún a pesar de las diferencias ideológicas o estrategias”¹²²

Uma lógica feminina pressupõe, desse modo, um espaço para incertezas, inconsistências, outros tempos e velocidades que a política institucional subtrai no jogo

122 JURADO, F. NAVARRO, R. **De cabeza hacia la nueva política**. Disponível em:

<http://ctxt.es/es/20151209/Firmas/3363/Nueva-politica-ejercicio-del-poder.htm> Acesso em: 18/09/2016

totalizante das representações e disputas de hegemonia. Esse conflito passou a se manifestar no momento em que as apostas eleitorais começaram a ganhar corpo.

“Houve uma masculinização do nosso entorno no momento que entramos no campo do poder institucional [na candidatura municipalista do Ahora Madrid] , não é que tenha mais homens, mas os valores em torno dos quais se jogava, de qual era a melhor estratégia, eram valores cada vez mais masculinos, a assertividade, um pensamento muito objetivo e menos complexo. Se desvaloriza que se diga não sei , eu acho. Se valoriza que a sua opinião ganhe sobre outra, a pessoa que conseguia uma opinião vencedora tinha mais valor do que a pessoa que conseguiu um acordo. Isso aconteceu de uma maneira brutal, isso não havia acontecido por muito tempo, tínhamos conseguido desde o 15M um pequeno relaxamento do patriarcado, o 15M colocou isso de uma maneira muito forte, mas o assalto institucional voltou a colocá-lo em jogo” (Ana Mendez, 2016)

“Uma das minhas críticas mais fortes, é que o Podemos, como partido, tem que se feminizar, tem que abandonar essas estruturas arcaicas, e colocar os cuidados e afetos da gente do partido no centro, pensar mais em cooperação e menos em competição. Claro, pois como vai falar de afetos para fora, quando a estrutura que os move não tem os afetos como motor? Se a estrutura é hierárquica, fálica, não se pode falar de uma feminização da sociedade, que para mim é pensar em uma forma de estar em comum que acentue os cuidados, a empatia, e as estruturas cooperativas.” (Clara Vazquez, 2016)

“A transformação da subjetividade não passa só pelos governos e pelos grandes momentos pontuais de assaltos emocionais, mas também pela construção lenta e de longo prazo onde se pode fazer isso. A feminilização da política é não conceber a política como um tudo ou nada, mas sim, a construção de um ritmo lento de politização com inconsistências, de construção com outros e que existe nesta lógica do cuidado, e ,em certo sentido, feminina, e é mais interessante que a lógica clássica masculina de tomar o poder e resolver. O longo prazo pede uma política do cuidado, construir um comum, e isso só se pode fazer com um ritmo mais lento. Significa destotalizar a política, fazê-la mais plural, menos um todo radical, menos absolutista e mais plural” (Pepe Ema, 2016)



Figura 17: El Conõ Insubmisõ: procissão feminista na semana santa em Málaga

Para Toret e Lama, a leitura tecnopolítica da realidade, ou seja, a presença e o uso político de ferramentas digitais de comunicação, entra em consonância com a noção de um devir-ciborgue, onde o amálgama entre formas humanas e cibernéticas forja novas subjetividades e novos processos coletivos. A analogia entre as rotinas e procedimentos de programação livre e aberta e os modos de atuação, por essa perspectiva, dão aos métodos sua dimensão maquina e essencialmente política.

“En el encuentro de estos flum maquinaicos con las nuevas prácticas políticas de finales del siglo 20 comenzamos a dar cuerpo al concepto de devenir cyborg, que nos servía tanto para explicar lo que intentábamos hacer como para orientarnos experimentalmente en la acción. Para nosotros el devenir cyborg es el proceso de transformación que vive la sociedad vinculado a los cambios tecnosociales, la metamorfosis de las formas de vida en un contexto cada vez más conectado y digitalizado. Por tanto un proceso que nos atraviesa y por el que estamos prendidos, agarrados, delimitados y configurados. No somos nada independientemente de las máquinas con las que nos formamos, constituimos y vivimos.” (TORET, J. LAMA, J. Online)¹²³

Pois se para a tecnopolítica é o devir-ciborgue que abre os flancos de subjetivação, no sindicalismo social é o devir-mulher que guia os processos abertos pelos dispositivos de desprecarização. Podemos pensar o devir como a composição de moléculas de distintos

123TORET, J. LAMA, J. Devenir cyborg, era postmediática y máquinas tecnopolíticas Guattari en la sociedad red. Online. Disponível em: http://tecnopolitica.net/sites/default/files/20120821_ecos_Guattari_sociedad_red.pdf Acesso em: 15/07/2016

corpos que entram em conexão e contágio, rejeitando o padrão majoritário de identificação dos modelos de representação e dando lugar a novos acontecimentos, criando conexões parciais que não se referem a totalidade já dadas.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo” (DELEUZE, GUATTARI, 1995:67)

Nesse sentido, a associação das práticas de sindicalismo social, como a PAH e as experiências de centros sociais autogestionados, com a lógica feminina evidenciam um caráter de experimentação estranho aos corpos políticos institucionais. Se Deleuze e Guattari afirmam que “todos os devires começam e passam pelo devir-mulher. É a chave dos outros devires”¹²⁴ é porque este é o primeiro a escapar da codificação do modelos fixos do homem-branco-hetero-cis, e como tal, é o devir minoritário capaz de expandir fluxos de experimentação e produzir novos afetos. Essa experimentação passa, nesse sentido, pela valorização da potência do encontro e das dinâmicas de cuidado, empatia e cooperação que descrevemos e faz diferir a aposta afetiva do sindicalismo social das apostas da tecnopolítica e do populismo para se opor à racionalidade neoliberal. Em primeiro lugar, ela não coloca em jogo objetivos de saltos institucionais ou práticas revolucionárias, mas, a princípio, propõe lógicas de redução de danos. Essa perspectiva se diferencia das leituras tecnopolítica e populista por abordar em primeiro lugar a natureza e as condições que este sofrimento é produzido e como ele se torna produtivo. E, a partir dessa premissa, propor dispositivos que reconstituam e criem novas formas de interação capazes de promover uma luta que reconstrua novas formas de sociabilidade. Se a aposta tecnopolítica se ancora na contínua reunião e dispersão afetiva a partir da produção de acontecimentos catárticos, e o neopopulismo aposta nas paixões libidinais que uma reconstrução de um campo nacional-popular pode produzir, o sindicalismo social irá se basear na solidariedade e ajuda mútua entre os afetados para reconstruir outras subjetividades ancoradas no território.

124 Ibid. p.70

6.5 Municipalismo

Se a leitura populista se expressou na formação do Podemos e nos dilemas organizativos que o partido enfrentou, a expressão do sindicalismo social da caminhada entre a forma-movimento em direção às instituições se deu no municipalismo, mais especificamente no chamado municipalismo de confluência. Essa diferenciação é necessária já que o movimento municipalista que emergiu nas eleições de Maio de 2015, quatro após o 15M, foi uma experiência heterogênea. Ou seja, em cada município houve diferentes articulações que levaram a diferentes resultados e acordos políticos. Mas é inegável afirmar que a chegada dos movimentos aos poderes executivos em muitas das maiores cidades espanholas como Madrid, Barcelona, Valencia, Zaragoza, A Coruña, ou cidades médias como Santiago de Compostela e Cádiz, foi o maior feito institucional do 15M como movimento, e expressou o desejo de aprofundar os efeitos que haviam encontrado seus limites no chamado “teto de cristal” que mencionamos anteriormente. Além de haver conseguido formar governos em diversas cidades, as candidaturas cidadãs se disseminaram por todo o país. Nas eleições de Maio de 2015, destas candidaturas foram eleitos 1511 vereadores em toda a Espanha, totalizando mais de 2 milhões de votos (MONTERDE, 2016:369), tornando este movimento heterogêneo a terceira força política nacional. Desse modo, mesmo que em determinadas cidades não tenha vencido e chegado às prefeituras, mobilizaram atores, movimentos sociais e associações que eram, até então, estranhas às lógicas das disputas partidárias.



Figura 18: Mapa comparativo entre Acampadas e Candidaturas Municipalistas

Fonte: MONTERDE, 2015

Este arranjo municipalista teve sua origem paralela ao surgimento do Podemos e foi sendo germinado através de publicações como “A Aposta Municipalista” (OBSERVATÓRIO METROPOLITANO, 2014) - que traça uma genealogia das experiências municipalistas na Europa a partir do século XIX e propõe a refundação de um novo municipalismo democrático - e encontros presenciais como o Municipalia¹²⁵ em abril de 2014, que iniciaram o debate entre atores com o objetivo de traduzir a efervescência das assembleias e movimentos sociais pós-15M em experiências de alcance institucional.

“O municipalismo não é uma invenção de agora, vem de uma tradição democrática de mais de 150 anos, vem dos anos 50 do séc. XIX e apareceu na Espanha no federalismo. E a ideia é que o estado se constrói de baixo para cima, e estava presente em todo movimento libertário. Nos anos 80 também apareceu no movimento comunitário, mas a estrutura dos partidos e como se configurou a transição, destruiu os processos de autonomia local e agora nessa crise do regime o municipalismo voltou. É muito difícil que essas candidaturas se convertam em federações locais de partidos porque o municipalismo também é um método, que chamamos de confluência. Que, com mecanismos democráticos, abertos, inclusivos, se constrói um espaço político, que agrega as iniciativas locais, em alguns locais de forma virtuosa e, em outras, de forma mais conflituosa. É uma riqueza desse ciclo político, que produz alternativas de distintas posições que não estão ainda totalmente organizadas” (Emmanuel Rodriguez, 2016)

A ideia da confluência buscava solucionar um dos dilemas que a passagem para o campo institucional apresentava. Como traduzir a heterogeneidade e pluralidade dos movimentos em uma aposta institucional que demanda histórica e juridicamente uma estrutura de representação e delegação de competências? Nessa perspectiva, a ideia de forjar partidos-movimento ou partidos-rede passava pela necessidade da criação de dispositivos que permitissem a expressão dessa diversidade no campo institucional. Nesse sentido, a experiência dos que se declaram adeptos do municipalismo de confluência passou a se diferenciar do Podemos ao defender, não uma unidade popular, mas um modelo onde múltiplos movimentos envolvidos nas lutas metropolitanas pudessem atuar em conjunto, sendo mais afeito à democracia direta e associados às experiências dos centros sociais de

125 Ver: <https://municipalia.tumblr.com/>

segunda geração e das experiências do sindicalismo social. A primeira experiência que surgiu foi a Guaynem Barcelona, que posteriormente veio a se chamar Barcelona em Comú, chegando à prefeitura de Barcelona. No lançamento da plataforma, uma das primeiras mensagens de Ada Colau deixava claro a opção por um outro modelo de formação política.

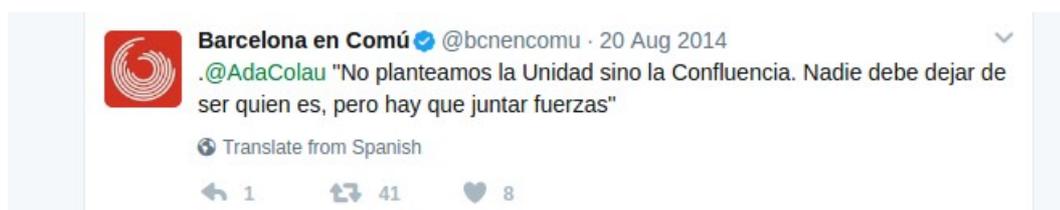


Figura 19: Um dos tweets fundacionais do municipalismo de confluência

“Quem está ligado ao municipalismo são os *quinzemaistas* e as pessoas dos centros sociais, porque os quadros não quiseram entrar no Podemos. No municipalismo havia uma via para seguir tendo um DNA mais ativista, é uma mudança de lógica, e mais associado aos valores do 15M, e aos valores históricos do municipalismo libertário que tem uma tradição na Catalunha. O BCNenComú se combina mais com uma tradição dos novos movimentos sociais e com tecido territorial mais histórico. Há uma recombinação de distintas dinâmicas micro da cidade que se formam. E é um modelo que não está fechado. Não tem uma teoria, está se construindo. Não tem uma teoria nacional popular, com um caminho marcado, estamos construindo uma narrativa, estamos construindo com o passar do tempo. (Javier Toret, 2016)

“Uma experiência como o Podemos que nasce com a vocação de governar um país, é impossível que seja organizada em rede. Eu assumo isso e não participo do Podemos. Para mim, a nível pessoal isso me gera muito mal-estar. Uma iniciativa com essa visão vai ter que sacrificar a horizontalidade, é uma guerra, e você precisa de um exército, e um exército que cumpra ordens, eu não posso com isso, eu respeito muito, acho que a ideia é boa. Respeito muitos amigos que vieram da autonomia e entraram nessa aventura. Esse municipalismo que participo, porém, surge de uma afinidade, de uma heterogeneidade que encontrou uma afinidade e transforma ela em uma verdadeira confluência. Aqui, jamais falamos de unidade, não acreditamos na unidade,

acreditamos na confluência, cursos diferentes que confluem em determinado momento, e aí estou aceitando que cada um vem com suas particularidades, mas respeitando as particularidades de cada um, e como cada um é diferente e nenhum vale mais que os outros, cada um deixa sua mochila ideológica atrás para se misturar nesse caldo. Unidade implica homogeneidade, unir-se a algo que já está conformado, às siglas, às vanguardas. E isso não me interessa, me interessa a confluência...as vezes vem gente de lados muito diversos, eu que venho da autonomia pura e dura, gente que vem de nada, gente do partido comunista, muita gente que começou a fazer política no 15M, da PAH....Não há uma organização representada. São pessoas individuais que estão no Málaga Agora e não grupos disputando poder. E é rotativo a cada seis meses para que todo mundo trabalhe, isso trouxemos dos zapatistas, para que todos passem por todas as áreas.” (Santí Patón, 2016)

A aposta nas confluências municipalistas também destaca a necessidade de pensar a escala de grandeza dos municípios como unidades políticas capazes de comportar experiências de radicalização democrática. Nesse sentido, um governo nacional seria impossibilitado de funcionar sob os moldes do municipalismo, pois este se dá nas dinâmicas do território e da lutas que acontecem no seio do tecido urbano. A escala local, nesse sentido, é necessária para articular os dispositivos com a porosidade necessária para que sejam permeados pelas posições e anseios dos movimentos sociais.

“As hipóteses municipalistas são a nível local, municipal e facilita muito a democracia interna, é mais fácil para assumir os discursos e as praticas do 15M. Nem todo o municipalismo é igual. Se nota muito a diferença quando é um processo de confluência desde baixo, porque têm mais pluralidade, diversidade e autonomia em relação ao Podemos. Como não somos do Podemos, podemos compor com as diferentes correntes internas de dentro do Podemos sem entrar na briga deles. Mais que um modelo, devem existir princípios: que somos compostos por pessoas e não por organizações; Outra premissa é mandar obedecendo, as decisões devem vir da periferia ao centro; E também prestar contas continuamente, pedir *feedback* e caminhar perguntando. Frutos dessas premissas, a organização se dá como o grupo achar melhor” (Juán Guan Diaz, 2016)

“Na organização, funcionamos de uma maneira muito porosa, aberta, com escritórios nos bairros e distritos, foros temáticos em que todos têm seus porta-vozes, a mesa de coordenação, e também as assembleias, jornadas de formação, jornada de debates em temas concretos.

Uma dinâmica muito ativa onde precisamos tomar posturas, nos organizar. E também a abertura das colmeias que são centros comunitários, espaços abertos aos bairros e às necessidades que existem. Era uma necessidade que a cidade tinha, porque tínhamos poucos espaços comunitários. E vamos aprimorando também, vendo o que funciona e não funciona. Queremos permitir um fluxo, porque os porta-vozes vão se revezando, todo mundo vai tendo responsabilidade.” (Ysabel Pituskaya, 2016)



Figura 20: Colméia territorial da plataforma Málaga Ahora



Figura 21: Organograma do modelo de organização da Plataforma Málaga Ahora

De todo modo, a chegada dos movimentos às instituições, ao mesmo tempo que trouxe consigo novos atores para o interior das instituições e governo das cidades, engendrou uma série de conflitos que se dão nas diferentes lógicas e tempos que fazem parte das condições jurídicas e institucionais impostas por modelos já concebidos de estruturas estatais. Outrossim, é importante salientar, que no arranjo de muitos dos governos municipalistas, a formação se deu com alianças entre diferentes grupos, cujo entendimento e conflituosidade em muitos momentos passaram a dividir posições. É o caso da plataforma Ahora Madrid que chegou ao governo em 2015. O grupo é dividido entre o Podemos e o Ganemos Madrid, e nesse caso, as já mencionadas diferenças entre o entendimento populista e do sindicalismo social recorrentemente produzem rachas nas votações parlamentárias e na condução das políticas públicas.

“Com o Ganemos Madrid, o objetivo principal era mudar a forma de governo, um governo que não tivesse a lógica de representantes que supostamente interpretam o que querem a sociedade, mas sim que estabelecesse canais onde a sociedade fosse capaz de se expressar, tomar as decisões por si, e tender ao autogoverno. Isso está sendo um pouco difícil em muitas candidaturas, em parte pela configuração atual, porque há outras forças políticas. Uma nova forma-partido, ou um partido-movimento, para inovar na democracia, devíamos começar na formação dos partidos. Pela composição, isso não se conseguiu totalmente e não conseguimos estabelecer os vínculos entre representantes e

representados, vínculos de obediência, de prestação de contas suficientemente fortes. Os ativistas que estão nos cargos de alguma maneira devem encarnar um sujeito constituído desde baixo. Essa é a grande tarefa que nos resta, construir de verdade uma estrutura democrática de um novo tipo, que seja mais afim ao que vínhamos construindo antes, com os centros sociais, com os movimentos de bairro. Esse seria o objetivo do novo sindicalismo, integrar iniciativas de base, sindicatos de base, movimentos de bairro, uma federação de movimentos sociais em uma estrutura democrática. Temos que imaginar, pensar e praticar e ver experiências e formas de articulação. Por definição, um governo tende a ser coisa do campo do possível, buscar consenso dos partidos. O papel do sindicato e do movimento é um papel muito mais de reivindicação, combativo e isso é conflitivo para juntar as duas esferas. O movimento municipalista tem que favorecer o sindicalismo social independentemente do que aconteça na face eleitoral. As instituições devem instigar o fortalecimento do tecido social, do associativismo e do empoderamento da população pois aí reside a força da democracia.” (Beatriz Garcia, 2016)

Nesse sentido, muitos dos atores envolvidos no municipalismo e que, nos últimos anos, se incorporaram aos governos passaram a lidar com as costuras políticas necessárias para a operação das administrações públicas e os limites que se impõem às lógicas movimentistas. A necessidade de experimentar novas formas de institucionalidade e modelos de co-gestão entre essas duas escalas é destacada por seu caráter experimental. Trata-se de operar e experimentar novos modelos, de criar laboratórios de governamentalidade, de como passar da dimensão afetiva à criação de novos hábitos buscando inventar continuamente o que seria um estado-rede, uma instituição capaz de absorver as diferenças e pluralidade.

“Creio que falta organização, pensar um novo modo de organização. Temos que admitir o desafio de montar uma estrutura organizativa de um partido movimento que não existe. E temos que fazer de dentro do governo. Eu penso no devir comum do público. O estado tem a capacidade de fazer isso. É possível pensar outro tipo de institucionalidade e, logo, esse modo de partido movimento. Mas falta experiência e faltam ideias e protótipos de modelos organizativos. A mobilização dos sentimentos é essencial, o 15M mudou a mentalidade, isso é essencial, é o mais difícil de conseguir, mas, se não há uma organização em que isso se converta em uma transformação das condições materiais de vida das

peças, isso é complicado. Meu exemplo, o 15M conseguiu implantar um sentido comum de que o capitalismo não estava tão bem quanto parecia. Quando as subjetividades estavam prontas usar outras ferramentas elas não estavam lá. O n-1¹²⁶ não funcionou? Onde estão os bancos éticos? Quando as pessoas estavam odiando os bancos não havia outros lugares para botar o dinheiro e fazer pagamentos. Creio que agora precisamos construir ferramentas concretas.” (Ana Mendez, 2016)

“Minha visão é que o processo de desgaste do regime, toda sua legitimidade está desmoronando, e, paralelamente, se está construindo um processo constituinte, de uma nova sociedade, de uma nova forma organizativa e uma nova hipótese de modelos de sociedade por criar. O processo constituinte não é chegar e redigir uma nova constituição, mas é gerar uma sociedade organizada que já se está criando desde o 15M e continua em evolução. Agora chegamos nas instituições. Mas esse não é o fim último, criar uma estrutura de estado, esse é um objetivo a mais. Deve ser um processo constituinte contínuo, que tenha momentos de abrir-se e fechar-se e constituir-se em algo mais sólido, mas que esteja continuamente em revisão e evolução. Um estado-rede é o nosso fim a longo prazo, mas ainda não é assim, mas estamos apostando nisso. O estado tem que ser cada vez mais democrático, quanto mais perto da cidadania, melhor, e, portanto, a dimensão do municipalismo permite chegar mais perto, e aí onde você pode fazer processos de democracia real perto das pessoas, por isso a importância da aposta municipalista.” (Juán Guan Díaz, 2016)

“No final, se trata de gerar uma articulação entre as duas escalas, entre a escala que chega a instituição e a mais movimentista. Isto passa por construir escalas intermediárias, mas também não tem que ser uma entidade que se assemelhe aos partidos, tem que ser mais difusa, mais porosa, com forma-híbridas, que tenham a via da participação digital, mas também formas mais presenciais que não tem que passar por modelos de militância ou organização dos partidos pré-15M. Como articular duas escalas não totalmente diferenciadas, mas com uma continuidade, que seria a cidadania politizada através da série de mediações necessárias em relação às instituições? De maneira que se produza uma dissolução dos marcos institucionais na medida em que o poder vai transpassando o marco da cidadania organizada. É necessário gerar uma institucionalidade que possa multiplicar as experiências. Pode haver formas híbridas

126 N-1 é uma plataforma interativa em código aberto que foi utilizada por um período curto de tempo por membros do DRY após o 15M com o intuito de hospedar as interações dos movimentos sociais fora de plataformas privadas como Twitter ou Facebook.

de cogestão, de bens comuns gerenciados por comunidades. A questão é que nos encontramos em um campo aberto a uma nova experimentação. Temos que levar adiante novas experiências. A pluralidade de experiências pode fazer com que, passado esse ciclo, haverá coisas mais assentadas, mas agora não somos capazes de definir a forma correta, mas sim produzir novos formatos de hibridação entre movimentos sociais, comuns e a esfera pública.” (Pablo Lópiz, 2016)

Essa invenção passa pela experimentação de formas de participação efetiva nas tomadas de decisão e também se manifesta nas plataformas digitais que foram mencionadas no capítulo 4. O cruzamento das leituras tecnopolítica e do sindicalismo social, desse modo, mobiliza o pensamento para os limites da democracia participativa. Nesse sentido, coloca-se em questão a relação da subjetivação neoliberal e como a radicalização da democracia engendraria transformações efetivas nessa produção, gerando novos tipos de laços, fortalecendo o tecido social no terreno da metrópole, produzindo uma nova governamentalidade. Ou seja, mais do que a tomada de decisões, o municipalismo põe em jogo a produção das relações para consigo e com os outros - e fundamentalmente com o bens comuns - no ambiente urbano. A valorização do território e dos corpos como o lugar dessa produção deslocaria, então, o olhar para formas de participação ou métodos de governo privilegiando a qualidade afetiva que estas engendram em novos hábitos coletivos.

“Deveríamos ser capazes de dar recursos a determinados setores da sociedade para desenvolver suas ferramentas. Pensar outros modos de tomar decisão, outros modos de acesso aos recursos. Vamos fazendo pouco a pouco, e precisamos de tempo para identificar onde esse processo se saiu bem ou onde não saiu bem. Creio que nos processos de participação, não é relevante se o orçamento é de 60 milhões ou de 600 milhões, o que é relevante, é que a discussão prévia tenha acontecido. Não pode ser um *facebook*, uma máquina de *likes*, quero isso, isto ou aquilo. O que é interessante é a discussão prévia disto. Porque senão vira uma operação muito antiga de leviatã e que o 15M pôs em questão. Na prefeitura, tudo é baseado em um sistema de delegação de competências arbóreas. Então, uma multidão elege alguém para tomar as decisões. Um sistema participativo que seja somente de votação, se converte na mesma operação de leviatã, mas em vez de delegar a alguém, faz decisão por decisão. Mas se você tem um processo onde toda pessoa vê, fala, discute, percebe quais são as implicações. Se não fizermos um processo de politização e de organização, então dá no mesmo a decisão. Mais importante é o processo de discussão do que as pessoas votarem sim ou não em um orçamento.” (Ana Mendez, 2016)

“É necessário investir em todas as ferramentas de

tecnopolítica que podem fazer chegar o governo a todos, fazer tudo ser mais democrático. É uma ferramenta muito interessante mas não pode ser uma panaceia. Pensar que se pode organizar as coisas desde o puramente tecnológico, em rede, me parece um pouco ilusório. Tem que haver espaços onde as pessoas ponham o corpo, e sem o corpo, não pode haver uma revolução. Podemos fazer coisas pontuais, produzir coisas, mas as pessoas precisam de espaço na cidade para pôr os corpos em jogo, por isso a importância dos centros sociais.” (Clara Vázquez, 2016)

“Quando falamos de direito a cidade, também estamos falando dos corpos que estão no espaço público. Como podemos mudar isso, porque faltam corpos, e falta que estes se sintam integrados ao espaço público. No processo participativo que estamos fazendo em A Coruña, uma das maiores preocupações é a invisibilidade que se projeta sobre a juventude e como não têm espaços, eles não se sentem interpelados pelos centros cívicos, nem por outros espaços, nem se sentem com a legitimidade de se apropriar de determinados espaços. Temos muito que aprender, para além dos centros sociais históricos, como pensar o corpo com a participação política. Sempre temos que pensar o contexto em que vivemos e pensar o que é possível e o que não é possível. Em A Coruña, onde nunca se pensou em políticas de participação, não há o hábito de participar, mas as pessoas querem. Temos que trabalhar nos dois planos, analógico e digital, mas sempre pensando um processo acessível. Pensar a participação como um direito, mas como fazemos acessível? Podemos articular os processos de participação com espaços públicos e bibliotecas. Aproveitamos o código de Madrid para fazer nossa experiência digital de participação, mas tem que haver sempre espaço de referência no presencial. Para trabalhar o hábito de participar que não havia” (Cláudia Delso, 2016)

Nos parece interessante, isto posto, que a interação entre a noção de inteligência coletiva e a valorização do território possa produzir dispositivos híbridos que utilizam as tecnologias de interação digital para reforçar laços territoriais e vice-versa. A experimentação de plataformas como o Decidim.BCN dá indícios de caminhar nesse sentido ao pensar a ferramenta, não somente como um espaço de interação da prefeitura e a população, mas que também possibilite a interação dos habitantes e entidades coletivas, uns com os outros e entre si mesmos. (Fig. 22) Nesse sentido, caberia a estas ferramentas, ao possibilitar a interação de diferentes camadas, operar na reconstrução do tecido social ao mesmo tempo em que mobiliza processos de inteligência coletiva.

“Evidentemente em uma sociedade neoliberal, onde os indivíduos estão isolados e vivem em um mundo onde a conexão social está desenhada para consumir mais, é muito fácil superar esse sistema com sistemas de inteligência artificial que recolhem os dados e produzem algo valioso. Mas nada melhor do que a inteligência das próprias pessoas que vivem em seu território com seus problemas e sabem a forma de identificar os problemas e buscar soluções. Então as plataformas tipo Decidim.BCN têm que aumentar essa potência de inteligência coletiva, e voltá-la ao território. As pessoas não conhecem mais seus vizinhos. A sociedade se atomizou, e se perderam os processos comunitários. Oxalá, esses tipos de rede sirvam para reconstruir esses tecidos que o capitalismo urbano e de consumo destruiu.”(Xavier Barandarian, 2016)

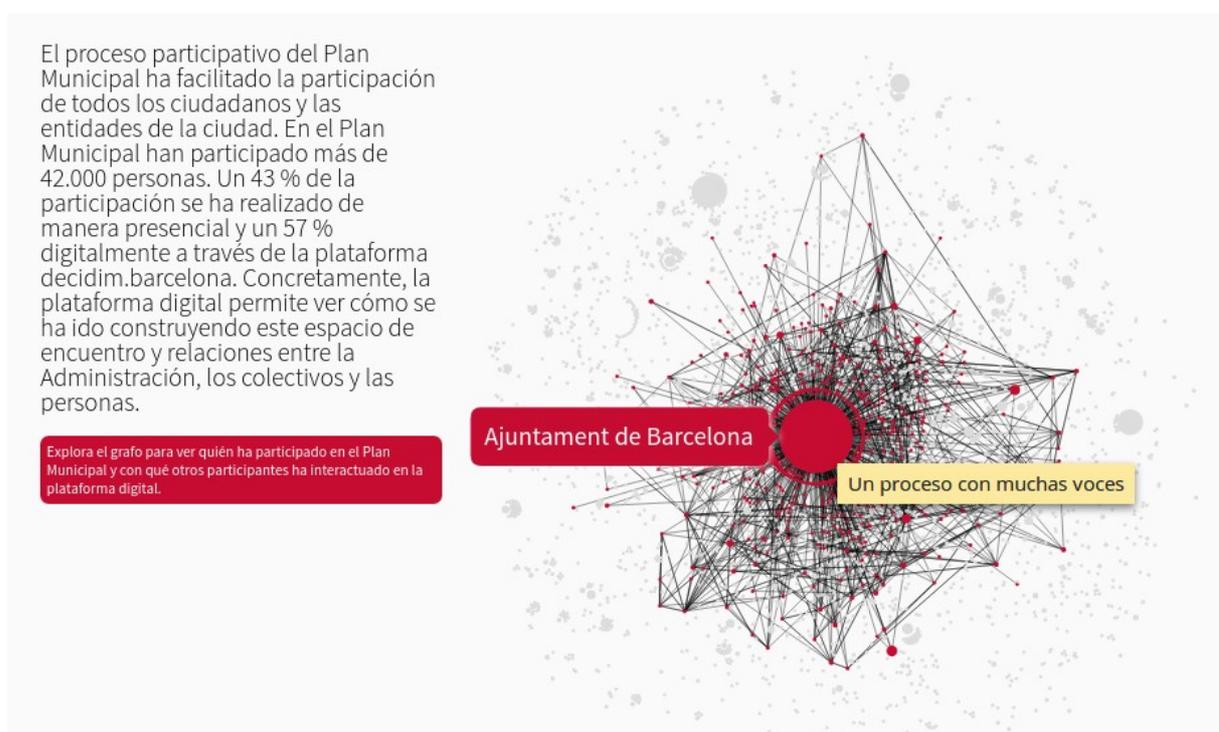


Figura 22: Mapa das interações entre usuários da plataforma Decidim.BCN

Em resumo, as iniciativas municipalistas, ao ressaltar o território, os corpos, as relações com a proximidade, propõem traduzir as especificidades de eventos como o 15M e experiências do sindicalismo social para o campo institucional, criando um laboratório de ativismo e políticas públicas, de redes e territórios, de conversações e produções coletivas. Assim como na tecnopolítica, propõem variar as velocidades e direções das linhas para produzir ciclos de inovação. O destaque dado a presença e a corporeidade marcam a

necessidade de pontos de territorialização que sejam capazes de constituir tecidos mais densos e duradouros para combater a subjetivação neoliberal. Porém, e ao mesmo tempo, fazer variar as linhas e direções diante dos limites e burocratização das estruturas de representação institucionais que produz tais conflitos e dilemas. Para Ana Mendez, da área de cultura da candidatura Ganemos Madrid, o desafio reside em estabelecer um olhar não-linear e em múltiplas escalas.

“Quais são as lógicas estruturais profundas que fazem com que a instituição estatal se comporte da maneira que se comporta, essa capacidade de hierarquia, de segregação, um entendimento binário de dentro/fora que nós replicamos com outras figuras? Dessa forma, não vamos conseguir transformar a realidade de uma maneira irreversível, como o capitalismo está fazendo. Voltar a replicar a dicotomia dentro e fora é um erro, não há um dentro/fora. Há tensões dentro/fora, há dentro/dentro, fora/fora! E temos que conseguir que a instituição seja capaz de entender isso. E também entender o fora como uma série de escalas distintas. Não é o mesmo organizar o grupo da prefeitura de 30 pessoas, os movimentos sociais que eram 3000, os apoiadores que eram 30.000, e os moradores que são 3 milhões. Nessa escala de 30 a 3 milhões, você não pode ter o mesmo modelo organizativo e entender a realidade da mesma maneira. A transformação é exponencial e precisamos de camadas de análises não-lineares. Nós vamos perder muito se seguimos um marco linear de pensamento dentro/fora, poder/contrapoder, hegemonia/15m, estado/não estado. Há e não há estado. Não podemos falar de dentro/fora, Existem conflitos em todos os lugares, temos que entender cada situação e ver como se articula cada uma. Mas é um processo, e estamos no meio dele.” (Ana Mendez, 2016)

<p>TRABAJAR EL MUNICIPALISMO GLOBAL EN RED</p> <p>Compartir herramientas, conocimiento y experiencias con movimientos municipalistas de alrededor del mundo</p>	<p>9 JUNIO: ACTO PÚBLICO</p> <p>Ciudades sin miedo: redes globales de refugio y esperanza</p> <p>Un acto público donde alcaldes, alcaldesas, concejales y concejalas compartirán su visión de lo que significa ser una "ciudad sin miedo", desde resistir el autoritarismo o combatir la extrema derecha hasta luchar contra la especulación, abrir el gobierno a la participación ciudadana y garantizar el derecho a la ciudad.</p>
<p>FEMINIZAR LA POLÍTICA</p> <p>Desarrollar nuevas maneras de organizarse, basadas en la colaboración horizontal, la inteligencia colectiva y la política de la vida cotidiana</p>	<p>10-11 JUNIO: TALLERES Y MESAS REDONDAS</p> <p>Un programa de talleres y debates (con inscripción previa) para que movimientos municipalistas y electos locales se conozcan e intercambien experiencias.</p>

Figura 23: Chamada do evento "Cidades sem Medo"

Pois, cabe destacar que ao pensar a escala geográfica do município, o municipalismo também propõe saltar as esferas institucionais regionais e nacionais e produzir um federalismo entre cidades, um municipalismo global e em rede, capaz de interferir nas relações de força do neoliberalismo que também são globais em rede. Evita-se, assim, recair em um localismo autocentrado que ignore as relações de dominação atuantes no capitalismo contemporâneo.

“En muchas iniciativas centradas en lo «local», existe la tentación de convertir «lo particular» en el eje central del proyecto. Las «microexperiencias», los éxitos locales, los pequeños cambios a menudo tienden a agotar proyectos políticos que para ser eficaces se tienen que medir en una escala mucho mayor que la de un municipio o una entidad territorial de tamaño así siempre modesto. El estrechamiento de la mirada que produce este tipo de perspectiva se traduce en una pérdida de atención a las relaciones de fuerza que atraviesan hasta el último fragmento del territorio. Un caso paradigmático puede ser el de la creación de los «huertos urbanos», o el de las pequeñas cooperativas de producción y servicios locales, que muchas veces pasan por ser el método de construcción de unas comunidades y unas economías sostenibles. Sin despreciar el valor de tantas y tantas experiencias positivas, estas no dejan de ser testimoniales cuando se consideran en una escala necesariamente más amplia. Vivimos en un mundo en el que no hay ciudades o barrios autónomos. Prácticamente todas las decisiones de importancia que se puedan pensar a nivel de un municipio están determinadas por otras escalas. En todos los casos, se trata de considerar que, si lo que se pretende es que el «municipio» sirva para un cambio de base en términos democráticos, para ello tendrá que convertirse en un espacio de conflicto; un conflicto que requiere de alianzas intermunicipales, así como de la colaboración con otros marcos de gobierno institucional.” (OBSERVATÓRIO METROPOLITANO, 2014:168)

Como assumimos, nesta cartografia, estar no meio de algo, para ilustrar esse aspecto do municipalismo nos dispomos a terminar este capítulo apresentando o que ainda está para acontecer. Pois, esse é o sentido do encontro Cidades Sem Medo¹²⁷ que ocorrerá em Barcelona entre 9 e 17 de junho de 2017 (Fig. 23): Trabalhar o Municipalismo Global em Rede; Feminilizar a Política; Frear a Extrema Direita.

127 Ver: <http://fearlesscities.com/es/>

7.Considerações Finais

Na mesma manhã da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, circulou por diversos perfis nas redes sociais uma reprodução de um trecho de uma história em quadrinhos onde o pai do Cebolinha corria sem rumo e se perguntava: “O que está acontecendo?” e Cascão respondia “Eu não sei!, Eu não sei!”. A imagem dava conta do assombro e incapacidade interpretativa diante da ascensão de uma figura com personalidade renomadamente bizarra, temperada com discursos declaradamente fascistas, ao cargo de chefia da maior potência mundial.

Apesar de não ser, obviamente, pretensão desta tese responder a essa pergunta, esta se alinha e se contamina com o assombro e as indagações presentes no impasse revelado por ela. Basicamente, este impasse emerge com o avanço permanente do neoliberalismo aos remanescentes mecanismos de proteção social e da contínua expansão da lógica concorrencial para todas as esferas da vida, ao mesmo tempo em que as formas de agregação da modernidade e suas estruturas tradicionais de representação como os partidos e sindicatos se tornam incapazes de catalisar forças emancipatórias potentes. Nesse vácuo de outras formas de articulação de coletividades, o impasse se revela no dilema de estar entre a cruz do centrismo neoliberal e a espada do populismo fascista, como demonstraram as recentes eleições americanas e francesas.

Outrossim, como também quisemos demonstrar, este cenário se estabelece em um ambiente de mediatização disseminado pelas redes sociais privadas onde a produção de ciclos de acontecimentos cada vez mais acelerados e o governo dos afetos cada vez mais refinado ganharam centralidade. Um indício das novas condições de produção de subjetividade, ou, dos modos de ver e dizer o mundo, se dá na emergência do conceito de pós-verdade, a palavra do ano de 2016, como definiu recentemente o dicionário Oxford:

pós-verdade: adjetivo – que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais.¹²⁸

Desse modo, no regime de circulação de mensagens, onde o apelo às crenças e a comoção pessoal se tornam os condutores das narrativas políticas, o vácuo das formas de articulação coletiva se amplia com as guerras culturais “que hoje ganham nas redes um

128 Tradução Nossa. Ver: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>

poderoso complemento: a memética, a evidência instantânea, que produz sensações, ódio, riso, ridículo, inferiorização do outro através de uma imagem ou de um truísmo”¹²⁹

Diante dessas problemáticas, dada a natureza viva e dinâmica da produção destes fenômenos, acreditamos que a Espanha foi um território profícuo para produzir uma reflexão capaz de contribuir para a resolução do impasse mencionado. A emergência de apostas institucionais oriundas do 15M foi capaz de inserir no jogo da política institucional novos atores que, pelo sim, pelo não, puseram na mesa alternativas emancipatórias ao jogo de cena dos partidos tradicionais submetidos aos poderes financeiros supranacionais. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do caráter afetivo das condições de produção de subjetividade no capitalismo cognitivo fizeram emergir movimentos sociais e formas de articulação coletivas que souberam afirmar: a luta é biopolítica.

Em nossa cartografia buscamos agregar elementos e rastros para aprimorar o entendimento dos contextos nas apostas que sistematizamos. Desse modo, orbitamos nossa atenção para mobilizar as seguintes perguntas no decorrer da tese: Quais são as novas institucionalidades que estão sendo criadas por estas emergências? Que impactos elas criam no modelo atual de democracia representativa através de processos comunicativos? E qual o papel dos afetos no contexto sócio-político contemporâneo? Para as considerações finais deste trabalho nos deteremos agora em instigar problematizações em cada uma das abordagens.

A aposta tecnopolítica, ao identificar nas redes distribuídas de comunicação o espaço de disputa e produção contínua da diferença, ressalta como as crenças e desejos se produzem em um ambiente de contágio cognitivo onde os acontecimentos e seus gatilhos afetivos são condutores das leituras do mundo. Pois, a gênese e explosão de revoltas como o 15M se materializam na capacidade tecnopolítica de produzir acontecimentos. Em outras palavras, a invenção de práticas de produção de narrativas de forma coletiva e distribuída permitem recriar as interpretações dos fatos, permitem criar e influenciar a mobilização de corpos e mentes diante de determinadas situações. A esse reconhecimento e à intenção de intervir ativamente neste sistema-rede multicamadas midiático, acreditamos ser importante delinear algumas ressalvas.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que os ambientes interativos privados e opacos no qual os acontecimentos se disseminam tiram cada vez mais a capacidade de uma gestão autônoma dos contágios emocionais. A Internet murada que os gigantes corporativos

129 BENTES, I. “A memética e a era da pós-verdade” Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-memetica-e-a-era-da-pos-verdade/> Acesso em :10/02/2017

da intermediação de relações sociais subsidiam, possuem algoritmos cada vez mais sofisticados, e que, por sua total opacidade, retiram um possível controle da viralidade das interações. Da mesma forma, experiências de manipulação de emoções através do Facebook¹³⁰ apontam para essa capacidade de modulação afetiva nas redes sociais. A este fato, soma-se a entrada em cena de robôs emissores de mensagens, fazendas de *likes*, perfis *fakes*, e toda uma série de dispositivos para burlar as métricas do engajamento, dando aos agentes econômicos vantagens sobre a conversação franca que se estabelece na rede para o governo dos acontecimentos.

Ao mesmo tempo, estes mesmos espaços de interação possuem em suas arquiteturas lógicas que se alinham com dispositivos de performance/gozo que subsidiam a disseminação da concorrência nos âmbitos das relações sociais. Como sublinhamos, todo o léxico de micro-excitações dispostas em *likes*, *retweets*, *shares*, *matches*, *crushs*, *emojis*, que determinam a medida do sucesso de investimentos discursivos, sejam coletivos e individuais, na busca por sensações intensas que tentam projetar na eternização do hoje alguma emoção, tão arrebatadora quanto efêmera. É neste cenário catártico que emerge a ideia de pós-verdade e a intensificação da polarização das guerras culturais.

Pois, como a aposta tecnopolítica poderia refutar essa lógica nestes ambientes operando uma contraposição a esse poder da intermediação e do *big data*, criando uma agenda autônoma de mobilização do pensamento e de criação de novas formas de articulação menos identitárias e mais coletivas? No jogo da desterritorialização e reterritorialização nos parece faltar à tecnopolítica os meios para operar *ritornelos* para redes mais densas e laços mais fortes. E esta falta reside no controle cada vez mais acirrado no lado *ciber* do devir-ciborgue. Pois se a Internet foi um laboratório de práticas comunicativas autônomas e cooperativas desde o levante zapatista até o ciclo das revoltas conectadas do início da década, o poder da informação vem refinando o controle a níveis cada vez mais precisos para o governo dos acontecimentos.

O neopopulismo laclauiano encarnado no Podemos, ao contrário da abordagem tecnopolítica, apostou na síntese discursiva como método para produção de uma unidade que só um novo antagonismo produziria. O resultado do assalto institucional revela o sucesso e os limites que o novo populismo enfrentou na Espanha: somando 67 cadeiras no Congresso Espanhol, incluindo-se os escanços das candidaturas locais da Galícia e Catalunha associados

130 Ver a matéria “ Facebook é denunciado nos EUA por manipular emoções de usuários” Acesso em: 14 de agosto de 2014. <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/07/1481236-facebook-e-denunciado-nos-eua-por-manipular-emocoes-de-usuarios.shtml>

aos movimentos municipalistas, a emergência foi capaz de finalizar a hegemonia do bipartidismo ao imputar ao PSOE uma redução drástica de sua representação, levando-o a uma humilhante submissão para a formação do governo por parte do PP. Porém, se por um lado esta entrada meteórica no sistema político espanhol não conseguiu realizar o assalto institucional, por outro enfraqueceu os ânimos de suas bases ao jogar todas as suas fichas nas eleições nacionais. A busca pela ocupação dos significantes vazios e de uma transversalidade que mobilizasse os diferentes estratos sociais em uma unidade popular chocou-se com a heterogeneidade política que o 15M produzira. Nessa tentativa de reunir artificialmente o que estava disperso, nos parece que o populismo espanhol não soube equilibrar a produção de uma direção que, ao mesmo tempo, fosse permeável a linhas horizontais que mantivessem vivas suas engrenagens. No contínuo e acelerado ciclo de produção de desejos do capitalismo contemporâneo, o Podemos inventou-se habilidosamente como uma nova marca política, mas facilmente perdeu seu fôlego comunicativo e adesão afetiva que inicialmente engendrara.

A abordagem do sindicalismo social nos parece buscar soluções que respondam ao mesmo tempo à necessidade de produção de ciclos de experimentação políticas e à criação de novas formas de articulação e territorialização que deem conta de agregar as subjetividades do trabalho precarizado e não remunerado disperso nas metrópoles. Ao valorizar o encontro e a corporeidade da presença e da conversação franca sobre o sofrimento produzido pelo neoliberalismo, propõe uma territorialização que, ao mesmo tempo que aberta, seja capaz de reduzir a velocidade dos acontecimentos para catalisar a formação de redes mais densas e laços mais fortes nos territórios locais. Ora, fazer variar as velocidades desterritorializantes não necessariamente significa acelerar um ciclo de inovação autônomo sobre os ciclos de produção de desejo das máquinas dos Estado-Corporações, mas pode também significar um ralentização dos tempos de produção subjetiva para reabilitar dispositivos de desprecarização e sociabilidade fora do ritmo acelerado do consumo, da performance e do gozo incessante.

Nesse sentido, a aposta do municipalismo de confluência nos parece um campo profícuo de experimentações, principalmente no uso e cruzamento de ferramentas digitais de inteligência coletiva com dinâmicas territoriais, nas formas de co-gestão comunitárias e públicas, na invenção de protocolos de usufruto de bens comuns. Entretanto, é inegável que as condições de produção de desejo, assim como as da circulação de pessoas, mercadorias e capitais, passam por arranjos globais e nacionais. Desse modo, o investimento na formação de uma rede de municípios que passe por cima das estruturas nacionais e regionais para

proporcionar uma autonomia reticular desses territórios ainda parece uma realidade distante.

Não podemos deixar de falar do Brasil. Apesar de nosso foco nesta cartografia ter sido a Espanha, a deterioração da situação política brasileira dos últimos anos - e neste mesmo momento que escrevemos essas linhas - contribuiu significativamente para a instalação do olhar que pusemos sobre nosso território de pesquisa. Ora, junho de 2013 e o 15M guardam muitas similaridades. E muitas diferenças também. Apesar de compartilhar a heterogeneidade, a explosão afetiva e o rechaço a estruturas tradicionais de representação, a experiência brasileira não produziu iniciativas organizativas capazes de aglutinar setores sociais com viés emancipatório que pudessem oferecer alternativas ao impasse neoliberal, enquanto seu maior partido de esquerda era abatido. Nesse vácuo, é importante salientar que as diferentes realidades da herança social-democrata europeia e a herança colonial escravocrata brasileira estão no cerne dessa diferença. Em primeiro lugar, nas metrópoles brasileiras, soma-se à atomização social produzida pelo neoliberalismo, a chaga necropolítica da violência urbana e do genocídio da população pobre e negra das periferias. Com um estado do bem-estar social delineado pela Constituição de 88 ainda precário, o recente golpe jurídico-midiático deteriora as estruturas tradicionais de representação, produzindo uma polarização incapaz de articular diálogos e que, ao mesmo tempo, inviabiliza o surgimento de novas formas de coletividades capazes de produzir novos atores no campo político institucional.

Em suma, como efeito deste trabalho, esperamos ter contribuído para o entendimento das apostas tecnopolítica, neopopulista e do sindicalismo social, com seus êxitos e limitações, diante das condições de produção de subjetividade na sociedade contemporânea. Certamente, o 15M e suas derivações vêm combinando estas diferentes abordagens e produzindo novas articulações em diferentes escalas. Oxalá, os efeitos dessas apostas sirvam de aprendizado coletivo e de subsídio para novas perguntas, influenciando processos constituintes e de radicalização democrática no Brasil e em outras partes do mundo diante da crise e do impasse continuado da estranha não morte do neoliberalismo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, C. **A cauda longa**. Rio de Janeiro. Campus, 2006

ANTOUN, H. **Mediação, Mobilidade e Governabilidade nas Redes Interativas de Comunicação Distribuída**. In: xxiii Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UERJ, Rio de Janeiro, 2005. Anais. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós- Graduação em Comunicação, 2005. 1 CD-Rom.

_____. **Democracia, Multidão e guerra no ciberespaço**. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede*. Porto alegre. Sulina, 2004.

_____. **O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura**. In: XIII ENCONTRO DA COMPÓS, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004. Anais. São Bernardo do Campo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2004b.

_____. **A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura**. In: Vera França; Maria Helena Weber; Raquel Paiva; Liv Sovik. (Org.). *Livro do XI Compós: estudos de comunicação ensaios de complexidade*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003, v. 1, p. 165192.

ANTOUN, H. MALINI, F. **A Internet e a Rua. CiberAtivismo nas Redes Sociais**. Porto Alegre. Sulina, 2013

ANTOUN, H. MALINI, F. **Ontologia da Liberdade na Rede: as multimídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**. In: xix Encontro da Compós. Anais. 2010

ANTOUN, H. PECCINI, A. **A Web e a Parceria - Projetos colaborativos e o problema da mediação na Internet**. In: XVI ENCONTRO DA COMPÓS. Curitiba. UTP, 2007. Online

ANTOUN, H. LEMOS, A. PECCINI, A. **Código e Luta por Autonomia na Comunicação em Rede** In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos. 2007. Online

BARABÁSI, A. **Linked**. São Paulo: Hemus, 2005

BARAN, P. **On Distribution Communication. Introduction to Distributed Networks**. RAND Corporation. Santa Monica, 1964. Disponível em: http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf

BARBROOK, R. **Futuros Imaginários**. São Paulo. Editora Peiropólis, 2009.

BAUWENS, M. **P2P and Human Evolution: Peer to Peer as the premise of a new mode of civilization**. Disponível em: <http://noosphere.cc/P2P2bi.htm> Acesso em: 10/07/2010

BENNETT, W. L., SEGERBERG, A. **The Logic of Connective Action**. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739-768. <http://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>

BENKLER, Y. **The wealth of networks : how social production transforms markets and freedom** . Londres. Yale University Press, 2006

BERNERS-LEE, T. **Weaving the Web**. Nova Iorque. Harper Collins, 1999

BRUNO, F. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. Famecos, 2008

_____. **Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura**. Compós, 2009

BERQUÓ, P. A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2016

CABALLERO, F. S. **Teoría Crítica y Sociedad de La Informacion**. Disponível na Internet: <<http://www.comunicacionydesarrollo.org/pdf/teoriacritica.pdf>>. Acesso em 20/12/2009

CANDÓN, J. **Comunicación, internet y democracia deliberativa en el 15M** . In: 15MP2P Una mirada Transdisciplinar del 15M. Online. <http://pt.scribd.com/doc/224680674/15MP2P-Una-mirada-transdisciplinar-del-15M>. Acesso em: 14/07/2014.

CARVALHAL, A. **A Moda Imita a Vida: como construir uma marca de moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet – Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro. ed. Zahar, 2013;

CAVA, B. **O podemos entre a multidão e a hegemonia**. In: Podemos e Syriza – Experimentações políticas e democracia no século XXI. Pp: 123-138. São Paulo. Annablume, 2015

CLEAVER, H. **The Chiapas uprising and the future of class struggle in the new world order**. Common Sense, 2 (15):5-17. 1994. Disponível em: <http://www.eco.utexas.edu/facstaff/Cleaver/chiapasuprising.html>. Acesso em: 14/07/2014

CLOUGH, P. **The Affective Turn: Theorising the Social**. Duke University Press, Durham.2005

COELHO DOS SANTOS, F. **Peripécias de Agosto – Alguns episódios da “cena hacker”**. In: XI ENCONTRO DA COMPÓS, ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Anais... Rio de Janeiro Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2002. 1 CD-Rom.

CORSANI, A. “Elementos de um ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo” In: **Capitalismo Cognitivo: Trabalho, Redes, Informação**. Rio de Janeiro. Editora DP&A,

2003

CROUCH, C. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity, 2011.

DARDOT, P. LAVAL, C. “**A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**”. Boitempo Editorial. São Paulo, 2016

DELEUZE G. **Post-Scriptum sobre as sociedades de controle** In: Conversações. Rio de Janeiro. Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DÚRAN, R; “**El Tsunami urbanizador español y mundial**”. Online. Disponível em: http://www.nodo50.org/ramonfd/tsunami_urbanizador.pdf. Acesso em: 12/10/2016

ERREJÓN, I. CHANTAL, M. **Construir Pueblo**. Madrid. Icaria Editorial, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Martins Fontes. São Paulo, 2008

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009

GALLOWAY, A. **Protocol: How Control exists after decentralization**. Londres. MIT PRESS, 2004

_____. “Qual o potencial de uma rede” In: SILVEIRA, S. (Org.) **Cidadania e Redes Digitais**. São Paulo. Maracá, 2010

GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. Pluto Press, 2012

_____. **Populism 2.0: Social media activism, the generic Internet user and interactive direct democracy** – Artigo não publicado, 2014.

GIBBS, A. **Affect Theory and Audience** in: The Handbook of Media Audiences (ed V. Nightingale), Wiley-Blackwell, Oxford, UK. 2012

GUATTARI, F. **Caosmose, um novo paradigma estético**. São Paulo. Editora 43, 1992

_____. **A transversalidade** (1964). In: Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional. Aparecida /S.P: Idéias & Letras, 2004;

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GUTIERREZ, B. **Spain's Micro-Utopias: The 15M Movement and its Prototypes**. Online. <http://guerrillatranslation.com/2013/05/16/spains-micro-utopias-the-15m-movement-and-its-prototypes/>. Acesso em 14/07/2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARDT, M. NEGRI, A. **Império**. São Paulo. Record, 2001

_____. **Multidão**. São Paulo. Record, 2005

_____. **Commonwealth**. Cambridge. Harvard Univesersity Press. 2009

HERNANDEZ, I. LOPEZ, E. **Fin de Ciclo: Financiarización, territorio y sociedad de propietarios en la onda larga del capitalismo hispano** . Traficantes de Sueños. Madrid, 2010

HERSCOVICI, A. **Conhecimento, capitalismo imaterial e trabalho: alguns elementos de análise**. In: UNIRRevista – Volume 3, número 1. Porto Alegre, 2006.

HIMANEN, P. **The hacker ethic and the spirit of the information age**. Nova Iorque, Random House. 2001

HUGHES, E. 'A Cypherpunk manifesto". In: Peter Ludlow (org.) **Crypto Anarchy, Cyberstates and Pirate Utopias**. MIT, 2001.

HYDE *et al.* **An Open Web** . Disponível na Internet: <http://openweb.flossmanuals.net/>
Acesso em: 11/01/2010

IGLESIAS, P. **Understanding Podemos**. In: New Left Review 93 p. 7-22. Londres, 2015
Disponível em : <https://newleftreview.org/II/93/pablo-iglesias-understanding-podemos>.
Acesso em: 10/04/2016

JOHNSON, S. **Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, Cidades e softwares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACLAU, E. **La razón populista**. Madrid. Fondo de Cultura Económica. 2012

LAZZARATO, M. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2006

_____. **La Fábrica del Hombre Endeudado**. Amorrortu. Madrid, 2013

LAZZARATO, M. NEGRI, A. **Trabalho imaterial – formas de vida e produção de**

subjetividade. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

LEMKE, T. "**The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality**". *Economy and Society* Vol. 30. 2001

LESSIG, L. **Code and other laws of cyberspace**. New York: Basic Books, 1999.

_____. **Cultura livre**. 1a. Edição. São Paulo. Trama Editorial, 2005

LEVINE, R. LOCKE, C. SEARLS, D. WEINBERGER, D. **The Cluetrain Manifesto : The End of Business as Usual**, Cambridge, Perseus Books. 2000

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo. editora 34, 1993, p.119

_____. **Cibercultura**. S.o Paulo. editora 34, 1999

LEVY, S. **Hackers – heroes of the computer revolution**. Londres, Penguin. 1994

KASTRUP, V., PASSOS, E., TEDESCO, S. **Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia** - Vol. II. Revista Fractal: Editorial v. 25, n. 2. 2013.

KELLY, K.. **Out of control: the rise of neo-biological civilization** . Nova Iorque, Addison-Wesley. 1994

MASSUMI, B. **The future birth of the affective fact**. Conference Proceedings: Genealogies of Biopolitics, available at <http://browse.reticular.info/text/collected/massumi.pdf>

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. *Public Culture*, 15, 2003, p. 11-40.

MCCOMBS, M. **Estableciendo la Agenda. El impacto de los medios en la opinion publica y el conocimiento**. Barcelona, Paidós. 2006

MARTÍNEZ, G. **CT o la cultura de la transición: Crítica a 35 años de cultura**. Madrid, 2012

MALINI, F. **A fuga dos meios – a constituição das novas lutas sociais nas redes virtuais de comunicação**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. IBICT/CNPq – ECOUFRJ, 2002, 125 pp.

MINAR, N.; HEDLUND, M. "Uma rede de pontos" ORAM, A (org). **PeerTo-Peer o poder transformador das redes ponto a ponto**. São Paulo: editora Berkeley, 2001

MONTERDE, A. **La potencia de la cooperación en la plaza global**. En *Miradas de la Universidad Nómada al 15M*. 2012 Disponível em: <http://www.madrilonia.org/2011/05/la-potencia-de-la-cooperacion-se-encarna-en-la-plaza-global/>

MONTERDE, A. **Las mutaciones del movimiento red 15M**. In: 15MP2P. Una mirada

transdisciplinar del 15m. Edição do Autor. Barcelona, 2013;

MONTERDE, A. **Emergencia, evolucion e efectos del movimiento-red 15M** (2011-2015). Una Aproximacion Tecnopolitica. Tese de Doutorado. IN3/UOC. 2015. 425 pp.

MOSCO, V. **Digital Sublime: Myth, Power and Cyberspace**. The MIT Press. Cambridge, 2004.

NUNES, R. **Organisation of the Organisationless: Collective Action After Networks**. Mute Books. Londres, 2014.

OBSERVATORIO METROPOLITANO **La apuesta municipalista. La democracia empieza por lo cercano**. Madrid: Traficantes de Sueños. 2014

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, P. P. **Vida capital: Ensaios de biopolítica**. Ed. Iluminuras: São Paulo, 1a Ed., 2a reimpr., 2011.

[PREC@RIOS](#) EN MOVIMIENTO. “*Autonomia e Metrópolis: Del Movimiento Okupa a los centros sociales de segunda generación*”. Málaga, 2008

REED, D. P. **Digital Strategy: Weapons of Math Destruction**. Context Magazine, 2(1). Disponível em <http://www.contextmag.com/archives/199903/DigitalStrategy.asp>. 1999

_____. **That Sneaky Exponential – Beyond Metcalfe’s Law to the Power of Community Building**. Context Magazine, 2(1). Disponível em <http://www.contextmag.com/archives/199903/DigitalStrategyReedsLaw.asp>. 1999a.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. “**Biopolíticas gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes**”. In: Revista *Lugar comum*, 41: 71-88. Rio de Janeiro, 2013.

RHEINGOLD, H. 2002. **Smart Mobs: the next social revolution**. Cambridge, Perseus.

_____. **The Virtual Community: homesteading on the electronic frontier**. Nova Iorque, Harper Collins., 1993

SANCHEZ-CEDILLO, R: “**15M como la insurreccion del cuerpo-maquina**”, 2011. Disponível em: <http://www.universidadnomada.net/spip.php?article377>. Acesso em: 14/07/2014

SILVEIRA, S. **Sociedade dos Códigos: entre a opacidade e a liberdade**. Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo /SP, v. 27, n. 45, p. 57-78, 2006.

_____. “Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública”. In: PRETTO, N.

SILVEIRA, S (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1, p. 31-50.

STALLMAN, R. **Freedom or Power**. Disponível na Internet: <http://www.gnu.org/philosophy/free-dom-or-power.html> 2001. Acesso em 11/07/2009

TORET, J. **Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M** In:Tecnopolítica, Internet Y R-Evoluciones Sobre La Centralidad De Redes Digitales En El #15M . Icaria Editorial. Barcelona, 2012.

TORET, J. **Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas**. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. Barcelona. IN3 Working Paper Series, 2013

TORET, J. LAMA, J. **Devenir cyborg, era postmediática y máquinas tecnopolíticas Guattari en la sociedad red**. Online. Disponível em: http://tecnopolitica.net/sites/default/files/20120821_ecos_Guattari_sociedad_red.pdf Acesso em: 15/07/2016

VALVERDE, C.**Desenterrar las palabras. Transmisión generacional del trauma de la violencia política del s.XX en el Estado español**. Icaria Editorial. 2014